

1º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2025

Lei Municipal n.º 9.723/20.07.15

Agosto de 2017 a Dezembro de 2018



PREFEITURA DE
SANTO ANDRÉ

MOVIDOS PELA NOSSA GENTE,
ORGULHO EM CUIDAR DE VOCÊ

EXPEDIENTE

Prefeito

Paulo Henrique Pinto Serra

Secretária de Educação

Dinah Kojuck Zekcer

Equipe Técnica – Portaria SE n.º 007 de 22.08.2017

Daniela Trevizan – Depto. de Gestão de Recursos e Projetos Especiais

Érica Aparecida Ferreira da Silva – Gerência de Orçamento e Finanças da Educação

Janaína Teresinha Botini – Gerência Administrativa da Educação

Margareth Alevi – Depto de Educação de Jovens e Adultos

Sandramara Morando Gerbelli – Gerência de Educação Inclusiva

Silvia Regina Grokowski Baldijão – Depto. de Educação Infantil e Fundamental

Elaboração e Organização

Daniela Trevizan

Apoio Técnico

Aline Dias Cavalcante

Samuel Estevam Cardoso Lino

Solange Aparecida Galuzzi

Realização

Prefeitura de Santo André – Secretaria de Educação

SUMARIO

ABREVIACÕES E SIGLAS	12
GLOSSARIO	19
APRESENTACO	31
METODOLOGIA DE AVALIACO	33
AREAS DE PONDERACO E REGIÕES DO MUNICIPIO DE SANTO ANDRÉ	35
META 1	12
META 2	45
META 3	63
META 4	71
META 5	81
META 6	91
META 7	97
META 8	119
META 9	127
META 10	133
META 11	137
META 12	143
META 13	147
META 14	151
META 15	155
META 16	159
META 17	163
META 18	165
META 19	169
CONSIDERACOES FINAIS	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	177

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.1	NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE – INDICADOR 1A – 2010-2018.....	34
GRÁFICO 1.2	NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE – INDICADOR 1B – 2010-2018.....	34
GRÁFICO 1.3	ATENDIMENTO DAS REDES NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0-3 ANOS.....	43
GRÁFICO 1.4	ATENDIMENTO DAS REDES NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS.....	44
GRÁFICO 2.1	NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE – SANTO ANDRÉ – 2014-2018	48
GRÁFICO 2.2	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DA REDE PÚBLICA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	54
GRÁFICO 2.3	TAXA DE REPROVAÇÃO DA REDE PÚBLICA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	55
GRÁFICO 2.4	TAXA DE ABANDONO DA REDE PÚBLICA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	55
GRÁFICO 2.5	TAXA DE APROVAÇÃO DA REDE PÚBLICA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	56
GRÁFICO 2.6	TAXA DE APROVAÇÃO DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 2008 A 2018.....	58
GRÁFICO 2.7	TAXA DE APROVAÇÃO 6º A 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 2008 A 2018.....	58
GRÁFICO 2.8	ATENDIMENTO POR TIPO DE ENSINO DA ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL I NA FAIXA ETÁRIA DE 6 A 10 ANOS.....	59
GRÁFICO 2.9	ATENDIMENTO POR TIPO DE ENSINO DA ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL II NA FAIXA ETÁRIA DE 11 A 14 ANOS.....	59
GRÁFICO 2.10	ATENDIMENTO TOTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I E II PARA FAIXA ETÁRIA DOS 6 AOS 14 ANOS.....	60
GRÁFICO 2.11	QUANTIDADE DE ALUNOS POR TURMA – ANOS INICIAIS – 2010-2018	60
GRÁFICO 2.12	QUANTIDADE DE ALUNOS POR TURMA – ANOS FINAIS – 2010-2018	61
GRÁFICO 3.1	NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA – 2014-2018.....	65
GRÁFICO 3.2	NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO – 2014-2018.....	65
GRÁFICO 3.3	TAXA DE APROVAÇÃO ENSINO MÉDIO 2008 A 2018.....	66
GRÁFICO 3.4	ATENDIMENTO POR TIPO DE ENSINO DA ETAPA DO ENSINO MÉDIO.....	68
GRÁFICO 3.5	QUANTIDADE DE ALUNOS POR TURMA – ENSINO MÉDIO – 2010-2018	70
GRÁFICO 4.1	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	74
GRÁFICO 6.1	NÚMERO E PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES PÚBLICAS EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2010-2018.....	94
GRÁFICO 6.2	NÚMERO E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2010-2018.....	94
GRÁFICO 6.3	UNIDADES ESCOLARES PÚBLICAS EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	95
GRÁFICO 6.4	NÚMERO DE ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	95
GRÁFICO 7.1	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA DA ANEB/ANRESC – SANTO ANDRÉ – REDE PÚBLICA - 2017	103
GRÁFICO 7.2	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA DA ANEB/ANRESC – SANTO ANDRÉ – REDE PÚBLICA - 2017	103
GRÁFICO 7.3	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DA ANEB/ANRESC – SANTO ANDRÉ – REDE PÚBLICA - 2017	104
GRÁFICO 7.4	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DA ANEB/ANRESC – SANTO ANDRÉ – REDE PÚBLICA – 2017	104
GRÁFICO 9.1	NÚMERO QUE FREQUENTAVA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL– SANTO ANDRÉ – 2010-2018.....	130

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1.1	CRECHES ENTREGUES ATÉ MAIO DE 2019.....	36
TABELA 1.2	CRECHES PREVISTAS PARA ENTREGA ATÉ 2020	37
TABELA 1.3	VALOR INVESTIDO POR UNIDADE ESCOLAR ATÉ ABRIL/2019.....	37
TABELA 1.4	ATENDIMENTO MUNICIPAL POR ÁREA DE PONDERAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 3 ANOS – COMPARATIVO 2017/2018.....	39
TABELA 1.5	ATENDIMENTO MUNICIPAL POR ÁREA DE PONDERAÇÃO CONSIDERANDO AS LISTAS DE ESPERA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 3 ANOS EM 2018.....	40
TABELA 1.6	ATENDIMENTO MUNICIPAL POR ÁREA DE PONDERAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS NA REDE MUNICIPAL – COMPARATIVO 2017/2018.	41
TABELA 1.7	ATENDIMENTO MUNICIPAL POR ÁREA DE PONDERAÇÃO CONSIDERANDO AS LISTAS DE ESPERA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS EM 2018.....	42
TABELA 1.8	ATENDIMENTO MUNICIPAL E PARTICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 3 ANOS 2018.....	43
TABELA 1.9	ATENDIMENTO MUNICIPAL E PARTICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS 2018.....	44
TABELA 2.1	ATENDIMENTO POR TIPO DE ENSINO (MUNICIPAL/ESTADUAL/PARTICULAR) NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I DE 6 A 10 ANOS EM 2018.	50
TABELA 2.2	ATENDIMENTO POR TIPO DE ENSINO (MUNICIPAL/ESTADUAL/PARTICULAR) NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I DE 11 A 14 ANOS EM 2018.	51
TABELA 2.3	ENSINO FUNDAMENTAL – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR – REDE ESTADUAL 2008 A 2018.	56
TABELA 2.4	ENSINO FUNDAMENTAL – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL 2008 A 2018.	57
TABELA 2.5	ENSINO FUNDAMENTAL – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR – REDE PÚBLICA 2008 A 2018.....	57
TABELA 2.6	ENSINO FUNDAMENTAL – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR – REDE PARTICULAR 2008 A 2018.	57
TABELA 2.7	ENSINO FUNDAMENTAL – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR – TOTAL DAS REDES 2008 A 2018.	58
TABELA 3.1	ENSINO MÉDIO – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DE 2008 A 2018.	66
TABELA 3.2	ATENDIMENTO POR TIPO DE ENSINO (ESTADUAL/PARTICULAR) E ÁREA DE PONDERAÇÃO NO ENSINO MÉDIO EM 2018.	68
TABELA 4.1	MUNICIPAL – DISTRIBUIÇÃO DE ATENDIMENTO DAS DEFICIÊNCIAS EM CLASSE COMUM E EM SALA DE RECURSO.....	75
TABELA 4.2	MUNICIPAL – ATENDIMENTO POR ENSINO E UNIDADE ESCOLAR 2018	75
TABELA 5.1	PERCENTUAL DOS ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA – LEITURA 2013 A 2016.	85
TABELA 5.2	PERCENTUAL DOS ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA – ESCRITA 2013 A 2016.....	85
TABELA 5.3	PERCENTUAL DOS ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA – MATEMÁTICA 2013 A 2016	86
TABELA 5.4	ENSINO FUNDAMENTAL – TAXA DE REPROVAÇÃO POR REDE – 1º AO 3º ANO – 2008 A 2018.....	86
TABELA 7.1	QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA – METAS ALCANÇADAS E PROJETADAS IDEB – 2005-2021	99
TABELA 7.2	RESULTADO MÉDIO DO SAEB - LÍNGUA PORTUGUESA ANOS INICIAIS 5º ANOS - SANTO ANDRÉ.....	100
TABELA 7.3	RESULTADO MÉDIO DO SAEB - MATEMÁTICA ANOS INICIAIS 5º ANOS - SANTO ANDRÉ.....	100
TABELA 7.4	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA DA ANEB/ANRESC - SANTO ANDRÉ - MUNICIPAL/ESTADUAL/PÚBLICA - 2017	100
TABELA 7.5	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DA ANEB/ANRESC - SANTO ANDRÉ - MUNICIPAL/ESTADUAL/PÚBLICA - 2017	101
TABELA 7.6	RESULTADO MÉDIO DO SAEB - LÍNGUA PORTUGUESA ANOS FINAIS 9º ANOS - SANTO ANDRÉ.....	101
TABELA 7.7	RESULTADO MÉDIO DO SAEB - MATEMÁTICA ANOS FINAIS 9º ANOS - SANTO ANDRÉ.....	101

TABELA 7.8	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA DA ANEB/ANRESC - SANTO ANDRÉ - MUNICIPAL/ESTADUAL/PÚBLICA - 2017	102
TABELA 7.9	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DA ANEB/ANRESC - SANTO ANDRÉ - MUNICIPAL/ESTADUAL/PÚBLICA - 2017	102
TABELA 19.1	DEMONSTRATIVO DE RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO.....	172
TABELA 20.1	RELAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENTRE METAS E ESTRATÉGIAS NA EXECUÇÃO DO PME.....	175

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 5-1	INTERPRETAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCALA DE LEITURA DA ANA.....	87
QUADRO 5-2	INTERPRETAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCALA DE ESCRITA DA ANA.	88
QUADRO 5-3	INTERPRETAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DA ANA.....	89
QUADRO 7-1	INTERPRETAÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	105
QUADRO 7-2	INTERPRETAÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	107
QUADRO 7-3	INTERPRETAÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	112
QUADRO 7-4	INTERPRETAÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	113

FIGURAS

FIGURA 1-1	INDICADOR 1A – POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL	35
FIGURA 1-2	INDICADOR 1B – POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL	35
FIGURA 2-1	INDICADOR 2A – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 E 14 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.....	49
FIGURA 2-2	INDICADOR 2B – PERCENTUAL DE PESSOAS COM 16 ANOS COM O FUNDAMENTAL CONCLUÍDO – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.....	49
FIGURA 3-1	INDICADOR 3A – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTA ESCOLA – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.....	67
FIGURA 3-2	INDICADOR 3B – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS MATRICULADA NO ENSINO MÉDIO. – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.....	67
FIGURA 4-1	INDICADOR 4A – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTA A ESCOLA – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.	78
FIGURA 4-2	INDICADOR 4B – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE ESTUDAM EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.	79
FIGURA 5-1	INDICADOR 5A – ESTUDANTES COM PROFICIÊNCIA INSUFICIENTE EM LEITURA (NÍVEL 1 DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA) – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.	86
FIGURA 5-2	INDICADOR 5B – ESTUDANTES COM PROFICIÊNCIA INSUFICIENTE EM ESCRITA (NÍVEL 1, 2 E 3 DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA) – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.	87
FIGURA 5-3	INDICADOR 5C – ESTUDANTES COM PROFICIÊNCIA INSUFICIENTE EM MATEMÁTICA (NÍVEL 1 E 2 DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA) – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.	87
FIGURA 6-1	INDICADOR 6A – PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE POSSUEM PELO MENOS, 25% DOS ALUNOS DO PÚBLICO ALVO DA ETI EM JORNADA DE TEMPO INTEGRAL* – COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.....	96
FIGURA 6-2	INDICADOR 6B – PERCENTUAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA QUE PERTENCEM AO PÚBLICO ALVO DA ETI E QUE ESTÃO EM JORNADA DE TEMPO INTEGRAL*– COMPARATIVO FEDERAL, REGIONAL E ESTADUAL.	96
FIGURA 8-1	INDICADOR 8A - ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE.....	124
FIGURA 8-2	INDICADOR 8B - ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE NA ÁREA RURAL.	124
FIGURA 8-3	INDICADOR 8C - ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS PERTENCENTE AOS 25% MAIS POBRES (RENDA DOMICILIAR PER CAPITA).....	125
FIGURA 8-4	INDICADOR 8D - RAZÃO ENTRE A ESCOLARIDADE MÉDIA DE NEGROS E NÃO NEGROS NA FAIXA ETÁRIA DE 18 A 29 ANOS	125
FIGURA 8-5	INDICADOR 8E - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE NO CAMPO COM MENOS DE 12 ANOS DE ESCOLARIDADE.....	125
FIGURA 8-6	INDICADOR 8F - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE NO CAMPO COM MENOS DE 12 ANOS DE ESCOLARIDADE.....	126
FIGURA 8-7	INDICADOR 8G - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS ENTRE OS 25% MAIS POBRES COM MENOS DE 12 ANOS DE ESCOLARIDADE	126
FIGURA 8-8	INDICADOR 8H - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NEGRA ENTRE 18 E 29 ANOS COM MENOS DE 12 ANOS DE ESCOLARIDADE.	126
FIGURA 9-1	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS IDADE	131
FIGURA 9-2	TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE	131
FIGURA 10-1	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	135
FIGURA 11-1	NÚMEROS DE ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	140
FIGURA 11-2	NÚMEROS DE ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA REDE PÚBLICA.....	141
FIGURA 12-1	TAXA BRUTA DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	145

FIGURA 12-2	TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO AJUSTADA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.	146
FIGURA 13-1	PERCENTUAL DE FUNÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO OU DOUTORADO	149
FIGURA 13-2	PERCENTUAL DE FUNÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO	149
FIGURA 14-1	PROPORÇÃO DE DOCÊNCIAS COM PROFESSORES QUE POSSUEM FORMAÇÃO SUPERIOR COMPATÍVEL COM A ÁREA DE CONHECIMENTO EM QUE LECIONAM NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	153
FIGURA 15-1	PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU OU STRICTO SENSU.....	158
FIGURA 16-1	RAZÃO ENTRE O SALÁRIO MÉDIO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA (NÃO FEDERAL) E O SALÁRIO MÉDIO DE NÃO PROFESSORES, COM ESCOLARIDADE SEMELHANTE.	162

ABREVIações E SIGLAS

AAP	Avaliação da Aprendizagem em Processo
ABCDMRR	Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
AC	Atividade Complementar
ACD	Atividades Curriculares Desportivas
ADI	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AMARE	Associação Modelo de Amor e Respeito ao Excepcional
ANA	Avaliação Nacional de Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil)
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APE	Atendimento Pedagógico Especializado
APM	Associação de Pais e Mestres
Apond	Áreas de Ponderação
APP	Avaliação Processual Pedagógica
ATPC	Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
AVAPE	Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPP	Banco do Povo Paulista
CadÚnico	Cadastro Único de Programas Sociais
CAEM	Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar
CAPE	Centro de Apoio Pedagógico Especializado (Atual Núcleo de Apoio Pedagógico)
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CAQI	Custo Aluno Qualidade Inicial
CEB	Câmara de Educação Básica
CEEJA	Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos
CEEP	Centro de Educação Estudos e Pesquisa

CENSO	Conjunto de Dados Estatísticos que Informa Diferentes Características dos Habitantes de uma Cidade, um Estado ou uma Nação
CEPEC	Coordenação de Estudos Pedagógicos e Curriculares
CESA	Centro Educacional de Santo André
CEU	Centro Educacional Unificado
CF	Constituição Federal
CGEB	Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
CGU	Controladoria Geral da União
CIEDS	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CIMA	Coordenação de Informação Monitoramento e Avaliação Educacional
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COMDEF	Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONEP	Conselho Nacional de Ética e Pesquisa
CPFP	Centro Público de Formação Profissional
CPTER	Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRER	Associação Projeto CRER - Carinho e Respeito ao Excepcional Renovando
DCN Educação Ambiental	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
DEIF	Departamento de Educação Infantil e Fundamental
DEJA	Departamento de Educação de Jovens e Adultos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIREDD	Diretoria de Estudos Educacionais
DRE	Diretoria Regional de Ensino
DRH	Departamento de Recursos Humanos
EA	Programa Emprego Apoiado

EAD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDUCACENSO	Censo Escolar
EE	Escola Estadual
EF	Ensino Fundamental
EFAP	Escola de Formação em Administração Pública
EFAPE	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJA FIC	Educação de Jovens e Adultos – Formação Inicial Continuada
EMAI	Educação Matemática nos Anos Iniciais
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMTU	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ETEC	Escola Técnica Estadual
ETI	Educação em Tempo Integral
FAE	Fundo de Apoio à Educação
FATEC	Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FDE	Fundação para Desenvolvimento da Educação
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem - Estar do Menor
FIES	Financiamento Estudantil
FUABC	Fundação ABC
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FME	Fórum Municipal de Educação
FPE	Formação pela Escola
FRE	Fórum Regional de Educação
FSA	Fundação Santo André
Fundação CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Antiga FEBEM)

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GDAE	Gestão Dinâmica de Administração Escolar
GEI	Gerência de Educação Inclusiva
GISE	Gerência de Indicadores Socioeconômicos (Antigo DISE)
GOFE	Gerência de Orçamento e Finanças da Educação
GT	Grupo de Trabalho
GTIS	Grupo de Trabalho e Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
IES	Instituição de Ensino Superior
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
IPSA	Instituto de Previdência de Santo André
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ITS - BRASIL	Instituto de Tecnologia Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MAVS	Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério de Educação
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
MP	Ministério Público
MPE	Micro e Pequena Empresa
NANASA	Núcleo de Apoio à Natação Adaptada de Santo André
NAPS	Núcleo de Atenção Psicossocial
OBA	Olimpíadas Brasileiras de Astronomia
PAEI	Professor Assessor de Educação Inclusiva
PAR	Programa de Ações Articuladas
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNP	Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico

PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEBSP	Professores de Educação Básica do Estado de São Paulo
PEF	Programa Escola da Família
PEI	Programa de Ensino Integral
PFST	Programa Frente Social de Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC JR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PME	Plano Municipal de Educação
PMEC	Professor Mediador Escolar e Comunitário
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PP	Proposta Pedagógica
PPP	Plano Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
Programa Mais Educação	Programa Federal no Reforço na Atividade Escolar
ProINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
ProInfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSA	Prefeitura de Santo André
PSE	Programa Saúde na Escola
REA	Recursos Educacionais Abertos
REE	Rede Estadual de Ensino
RP	Reunião Pedagógica
RPM	Reunião Pedagógica Mensal
RPS	Reunião Pedagógica Semanal
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SDGE	Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SE	Secretaria de Educação
SEC LIGADO	Serviço Especial Conveniado LIGADO
SED	Secretaria Escolar Digital
SEE	Secretaria Estadual de Educação/ Ensino
SEMASA	Serviço Municipal de Água e Saneamento Ambiental de Santo André
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGECON	Sistema de Gestão de Conselhos e Validação do SIOPE
SIGPC	Sistema de Gestão de Prestação de Contas
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério de Educação
SIOPE	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SISEDUC	Sistema Integrado de Educação
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SNE	Sistema Nacional de Educação
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
STM	Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TEG	Transporte Escolar Gratuito
TEG Adaptado	Transporte Escolar Gratuito Adaptado
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	Unidade Escolar
UFABC	Universidade Federal do ABC

UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo
UNIVESP	Universidade Virtual do Estado de São Paulo
UPES	União Paulista dos Estudantes de São Paulo

GLOSSÁRIO

Autista Infantil ou Transtorno do Espectro Autista (TEA)	É um transtorno que causa problemas no desenvolvimento da linguagem, nos processos de comunicação, na interação e comportamento social da criança.
Altas Habilidades ou Superdotação	É a aptidão para atividades intelectuais, artísticas ou esportivas que parecem ser inatas, uma vez que a pessoa superdotada parece apresentar tais habilidades sem que possa explicar como aprenderam.
Aluno de ETI	É o aluno do público alvo da ETI e que está em jornada de tempo integral.
Baixa Visão	É o comprometimento do funcionamento visual em ambos os olhos, mesmo após correção com uso de óculos ou lentes de contato, mas a pessoa utiliza ou é potencialmente capaz de utilizar a visão para planejamento e execução de alguma tarefa.
Brasil Carinhoso	É um projeto desenvolvido pelo Governo Federal Brasileiro que compõe a Lei nº 570, de 14 de maio de 2012. Consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na Educação Infantil. Os recursos são destinados aos alunos de zero á 48 meses, matriculados em creches públicas ou conveniadas com o poder público, cujas famílias sejam beneficiadas do Programa Bolsa Família.
Brasil Profissionalizado	Iniciativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); o Brasil Profissionalizado busca o fortalecimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas redes estaduais de educação profissional. Instituído no ano de 2007, foi criado por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. O programa atua no fomento de ações que usam à

expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do Ensino Médio integrado à educação profissional e tecnológica. Os recursos do Brasil Profissionalizado são repassados para os estados por meio de termos de compromissos desde que o programa passou a fazer parte do Plano de Ações Articuladas (PAR) para construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da Educação. As ações do Brasil Profissionalizado são geridas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

CAEM

Por meio de Termo de Colaboração firmado entre a Secretaria de Educação Municipal e a Fundação do ABC, o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEM) é um espaço dedicado à avaliação multidisciplinar de alunos com suspeita de deficiência ou que apresentam baixo rendimento escolar. Oferece, também, tratamento terapêutico aos alunos que possuem diagnóstico de Transtorno Funcional Específico, além de apoio/orientação aos familiares e às equipes da Secretaria de Educação. Trata-se de serviço pioneiro na região voltado ao suporte às necessidades voltadas à inclusão educacional dos alunos da Rede Municipal de Ensino, incluindo os profissionais que atuam diretamente junto aos alunos com surdez, alunos com cegueira e demais deficiências, dentre eles instrutor surdo, intérprete de LIBRAS, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo.

— Caminho na Escola

O programa Caminho na Escola objetiva renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos de estudantes residentes municipal, do Distrito Federal e estadual de educação básica pública. Voltado a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, o programa oferece ônibus, lanchas e bicicletas, fabricados especialmente para o tráfego nestas regiões, sempre visando à segurança e a qualidade do transporte. Destina-se a estudantes da rede pública de educação básica, gestores educacionais são os responsáveis pela aquisição dos veículos.

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Promove o planejamento e a articulação de ações de caráter regional. Criada em 1990, a entidade passou a ser o primeiro consórcio multissetorial de direito público e natureza autárquica do país em fevereiro de 2010.

Deficiência Intelectual

É um transtorno de desenvolvimento que faz com que o indivíduo tenha um nível cognitivo e comportamental muito abaixo do que é esperado para a sua idade cronológica.

Deficiência Múltipla

É a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente, sejam intelectuais, físicas, distúrbios neurológicos, emocionais, linguagem e desenvolvimento educacional, vocacional, social e emocional dificultando sua autossuficiência.

ENACTUS UFABC

É uma organização internacional sem fins lucrativos, formada por uma comunidade de alunos acadêmicos e líderes de negócios, comprometidos a usar o poder da ação empreendedora para transformar vidas e construir um mundo melhor. Tal empenho

também se refletiu nas grandes conquistas em editais e nas premiações em Encontros Nacionais da ENACTUS Brasil (ENEB).

Escola de ETI

É a escola estadual que possui pelo menos 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral

Formação pela Escola

O programa Formação pela Escola (FPE) é um programa de formação continuada, na modalidade a distância, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE. Destina-se a cidadãos que exercem funções de gestão, execução, monitoramento, prestação de contas e controle social de recursos orçamentários dos programas e ações financiados pelo FNDE.

Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundação ABRINQ, é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 13 de fevereiro de 1990 - ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes, tanto por meio de ações, programas e projetos, como por meio do estímulo ao fortalecimento de políticas públicas de garantia à infância e adolescência. É mantida por pessoas, empresas e organizações nacionais e internacionais que lutam pela causa das crianças e dos adolescentes. Direta ou indiretamente, mais de cinco milhões de crianças já foram beneficiadas pelo trabalho da Fundação, pautada por ações que buscam: Oferecer às crianças e adolescentes o acesso à educação, saúde, cultura, lazer, formação profissional e inclusão digital.

A participação nos trabalhos da Fundação inclui o voluntariado, doações, investimentos, apoio técnico e profissional. Para além dessas formas, empresas podem se candidatar a receber o selo Empresa Amiga da Criança e prefeituras podem se alinhar aos

objetivos do programa Prefeito Amigo da Criança.

Fundação Lemann

É uma organização brasileira sem fins lucrativos criada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann. A entidade é atuante na área da Educação no Brasil. A instituição realiza uma série de ações voltadas à inovação, gestão, políticas educacionais e a formação de uma rede de jovens talentos.

Jornada de tempo integral

É a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias, contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarização do aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de atividade complementar (AC) e/ou de atendimento educacional especializado (AEE) realizado em instituições públicas e/ou privadas.

Khan Academy

Oferece uma coleção grátis de vídeos de matemática, medicina e saúde, economia e finanças, física, química, biologia, ciência da computação, entre outras matérias. A Fundação Lemann é responsável pela implementação do programa no Brasil, além de membros da Khan Academy Internacional com sede na Califórnia, Estados Unidos.

Lato – Sensu

Especialização: A atividade de pesquisa tem sentido amplo, envolvendo problemas específicos da área de estudo. De acordo com o MEC a duração mínima desse curso é de 360 horas.
MBA: Do inglês, *Master in Business Administration* (Mestre em Administração de Negócios) estuda matérias de finanças, contabilidade, recursos humanos, marketing entre outros.

Lions Club

Empresários profissionais liberais e executivos se reúnem voluntariamente para ao bem de pessoas/famílias carentes.

Paralisia Cerebral	É um conjunto de desordens permanentes que afetam o movimento e postura. Os sintomas ocorrem devido a um distúrbio que acontece durante o desenvolvimento do cérebro, na maioria das vezes antes do nascimento.
--------------------	---

Plataforma Freire	Criada pelo Ministério da Educação é a porta de entrada dos professores de Educação Básica Pública, no exercício do Magistério, nas instituições públicas de Ensino Superior. Ao mesmo tempo em que coloca em prática o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, a plataforma homenageia o educador brasileiro Paulo Freire.
-------------------	---

Políticas Afirmativas ou Ações Afirmativas	São atos ou medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado espontânea ou compulsoriamente com os objetivos de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Em suma, ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado.
--	--

24

PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador, o objetivo é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico.
--------	--

Programa ACESSA São Paulo	Programa de Inclusão Digital do Governo do Estado de São Paulo. Criado em julho de 2000 para oferecer acesso grátis à Internet.
---------------------------	---

Programa Escola da	A ideia é tornar as escolas públicas de Educação Básica; espaços
--------------------	--

Família	alternativos para o desenvolvimento de atividades complementares as ações educacionais nos finais de semana, melhorando a qualidade da Educação, contribuindo para a construção de uma Cultura de Paz, reduzindo os índices de violência e aumentando as oportunidades de emprego aos jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social.
Programa Escola Acessível	Promove Condições de Acessibilidade ao Ambiente Físico, aos Recursos Didáticos e Pedagógicos e a Comunicação e Informação nas Escolas Públicas de Ensino Regular.
Programa Mais Cultura	Programa Federal em Parceria com a Comunidade do Local, Parceria entre os Ministérios da Educação e da Cultura.
Programa Nacional Biblioteca da Escola	Foi criado pelo Governo Federal, em 1997, com o objetivo de promover o hábito da leitura e ampliar o acesso à cultura e a informação. O programa consiste na distribuição de acervos de obras de literatura de pesquisa e de referência às escolas públicas do país. O atendimento é feito de forma alternada: ou são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino infantil de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos ou são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica no Censo Escolar. O programa divide-se em três ações: PNBE Literário, PNBE Periódicos e PNBE Professor.
Programa RENEGOCIA	Oferece Parcelamento de Dívidas para Empresários e Pessoas Físicas.

É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

ProInfo

Para fazer parte do Proinfo Urbano e /ou Rural, o município deve seguir três passos: a adesão, o cadastro e a seleção das escolas. A adesão é o compromisso do município com as diretrizes do programa, imprescindível para o recebimento dos laboratórios. Após essa etapa, deve ser feito o cadastro do prefeito em nosso sistema, que permitirá o próximo passo, que é a inclusão das escolas no Proinfo.

26

Projeto Alfatech

Auxilia crianças com dificuldades de leitura e escrita a desenvolverem esses repertórios. O projeto foi desenvolvido pela ENACTUS UFABC em parceria com a Secretaria de Educação e é coordenado pelo pesquisador do INCT – ECCE, doutor Marcelo Caetano.

Projeto Foco Aprendizagem ou Ação Foco Aprendizagem

Tem como objetivo geral, oferecer uma formação integrada e continuada as diferentes instâncias e aos profissionais da rede pública do Estado de São Paulo, dos órgãos centrais (EFAP, CGEB e CIMA), das diretorias de ensino (Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico = PCNP, executivos públicos, diretores de Núcleo Pedagógico, supervisores de ensino e dirigentes); além dos demais que atuam diretamente nas unidades escolares da rede (professores, professores coordenadores, diretores de escola e vice-diretores). O foco é a prática profissional, a avaliação e o acompanhamento da aprendizagem e as ações de intervenção visando à melhoria

contínua do ensino aprendizagem, recontextualizada no âmbito da plataforma Foco Aprendizagem e a estratégia articulada às ações de implementação do Currículo do Estado de São Paulo.

Público alvo da ETI

São os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são presenciais, em escola pública e não pertencem à educação de jovens e adultos nem à educação profissional técnica de nível médio, oferecidas na forma subsequente ou concomitante.

Rede de Proteção

Envolve a ação de várias secretarias que visam atuar em questões sociais de extrema complexidade, definindo estratégias para a prevenção, atendimento e fomento de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco.

SEC – LIGADO

Com fundamento na Resolução STM n.º 19 (revogada pela Res. STM n.º 95, de 31/10/2011) o Serviço Especial Conveniado – SEC (LIGADO) é um serviço de transporte que tem como propósito atender as necessidades e estimular a inserção das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida severa no Sistema de Transporte Metropolitano já existente.

Atualmente este serviço é realizado especificamente mediante o Convênio firmado entre a EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, sendo o custeio da execução deste serviço integralmente absorvido pela SEE.

27

Síndrome de Asperger (SA)

É uma perturbação do desenvolvimento caracterizada por dificuldades significativas a nível dos relacionamentos sociais e comunicação não verbal de interesses e padrões de comportamentos restritos e repetitivos.

Síndrome de Down

É um distúrbio genético causado quando uma divisão celular

anormal resulta em material genético extra do cromossomo 21. Provoca uma aparência facial distinta, deficiência mental, atrasos no desenvolvimento e pode ser associada à doença cardíaca ou da tireoide.

Síndrome de Rett

É uma doença neurológica provocada por uma mutação genética que atinge na maioria dos casos, crianças do sexo feminino. Caracteriza-se pela perda progressiva de funções neurológicas e motoras após meses de desenvolvimento aparentemente normal em geral até aos 18 meses de vida.

Sistema BRAILLE

É um sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão. É tradicionalmente escrito em papel em relevo. Os usuários desse sistema podem ler em telas de computadores e em outros suportes eletrônicos, graças a um mostrador em braile atualizáveis.

Soroban

É o nome dado ao ÁBACO japonês que consiste em um instrumento para cálculo.

Stricto – Sensu

- Mestrado: Duração de 2 anos (média)

Aprofundamento: Mais aprofundado que a graduação.

Carga Horária: Aulas teóricas, aulas práticas, pesquisa bibliográfica.

Dissertação: Apresentar as considerações e análises sobre um tema.

- Doutorado: Duração de 4 anos (média)

Aprofundamento: Pesquisa mais aprofundada do que no mestrado.

Carga Horária: Aulas teóricas, aulas práticas, pesquisa bibliográfica, pesquisa em campo.

Dissertação: Apresentar uma nova visão sobre um tema.

Transtorno Desintegrativo da Infância ou Síndrome de Heller	Deve ser diferenciado de uma demência com início durante a infância. É um tipo de transtorno global do desenvolvimento geralmente diagnosticado pela primeira vez na infância ou adolescência.
---	--

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Santo André – PME foi sancionado pela Lei n.º 9.723 de 20 de julho de 2015 e definiu mecanismos e instâncias para o monitoramento e avaliação de suas metas e estratégias periodicamente. Desde então todo planejamento das ações educacionais do município é projetado em consonância com as metas e estratégias do PME. É um dos principais instrumentos de política pública educacional, pois orienta a gestão educacional e referenda o controle social e a participação cidadã.

De acordo com o Plano, as metas e suas respectivas estratégias devem ser executadas dentro do prazo de vigência, monitoradas anualmente e a cada 2 (dois) anos ao longo do período de vigência a Secretaria de Educação deverá disponibilizar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, tendo como referência estudos e resultados de pesquisas nacionais, por amostra ou demais dados disponíveis em um Relatório de Avaliação que aqui se apresenta.

É fundamental lembrar que para toda ação planejada é necessário, avaliar periodicamente se a mesma está decorrendo conforme previsto e, por outro lado, analisar se os resultados são de fato os pretendidos. Assim, a apresentação dos dados coletados não deve ficar na superficialidade. Tendo como base esses resultados devemos enfrentar os desafios na superação das dificuldades, com políticas efetivas de investimentos, no aperfeiçoamento das práticas educacionais.

Nesse contexto, apesar do cenário adverso e dos obstáculos enfrentados, não podemos deixar de considerar a importância do plano para o desenvolvimento das políticas públicas, em que são necessários mecanismos de acompanhamento e avaliação para aferir e com isso até replanejar, se for o caso.

A execução das metas do PME é uma ação conjunta entre as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, instituições de ensino privadas, movimentos sociais, associações representativas e sociedade civil, o que promove uma ampla análise e reflexão da situação educacional de nosso município, assim, cabe a todos os envolvidos esforços para que o plano de educação cumpra sua finalidade, traduzindo suas diretrizes, metas e estratégias.

Os Planos devem extrapolar as gestões municipal, estadual e federal, dado que neste segmento se persegue o princípio da continuidade da gestão. Portanto, perpassam as siglas partidárias, pois são políticas educacionais que dizem respeito àquela municipalidade ou aos cidadãos do estado e da federação. Nesta perspectiva, os interesses coletivos devem ser superiores aos interesses de mandatos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação do PME consiste na observação dos indicadores estabelecidos de acordo com documento elaborado pela Equipe Técnica, relacionado ao cumprimento das diretrizes, metas e estratégias previstas, apresentados através dos relatórios anuais de monitoramento e bianuais de avaliação.

A Secretaria Municipal de Educação constituiu sua Equipe Técnica com o objetivo de monitorar continuamente as metas e estratégias do Plano, a partir de levantamentos, sistematizações e análise de dados e informações referentes à execução do Plano. Essa equipe é constituída por técnicos da SE vinculados aos setores de Educação, Administração e Finanças.

A função desta equipe é apoiar tecnicamente o Comitê de Articulação Interfederativa do Plano Municipal de Educação de Santo André, conforme estabelecido na Lei n.º 9.723 de 20 de julho de 2015 que é a Comissão Coordenadora, com objetivo de pactuar as ações de colaboração técnica e financeira para atendimento da demanda e a melhoria da qualidade da educação, sendo responsável pela análise e aprovação dos relatórios de monitoramento e avaliação e posteriormente sua divulgação. Este comitê é constituído por representantes do Conselho Municipal de Educação, representantes do Poder Público Municipal, Estadual e Federal, além da colaboração do Fórum Municipal de Educação.

O monitoramento contínuo das metas se dá através do acompanhamento da evolução dos Indicadores atualizados anualmente nos relatórios comparando-se os dados das fontes oficiais e locais de cada indicador. Também se fundamentou na legislação vigente e nos principais indicadores educacionais, demográficos e socioeconômicos do Estado.

O presente relatório ainda advém da observação do contínuo processo de discussão, construção e aprimoramento de indicadores efetuados pelos órgãos do governo federal em seu monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação.

Algumas informações importantes acabam ficando defasadas, tendo em vista que o último CENSO realizado foi no ano de 2010. Ocorre ainda, em alguns casos, falta de dados, impossibilitando a aferição dos indicadores sugeridos no Plano, tendo em vista que não estão disponíveis através de fontes oficiais.

Destacamos a existência de indicadores onde apesar de algumas informações encaminhadas, estas ainda foram insuficientes para gerar e aferir resultados de suas metas.

Sendo assim, os indicadores que não possuem fontes oficiais, até que sejam divulgados dados oficiais, não terão como ser aferidos.

Nesta diretriz, o relatório que se apresenta é um instrumento para a avaliação dos primeiros três anos de execução do PME de Santo André (2016 a 2018), baseando se no monitoramento das metas e estratégias realizado nos últimos anos, além de atualizar os indicadores das metas para o ano de 2018 dando continuidade no seu monitoramento anual. Este terceiro relatório, de elaboração bianual, irá compor com dados a complementar o monitoramento.

As fontes de dados deste relatório são, principalmente, colhidas da base do CENSO do IBGE/2010 (sendo que os microdados foram tratados e trabalhados pelo GISE/SDGE/PSA) com estimativas para 2017 e 2018, compreendendo dados demográficos com as características para a compilação das informações pertinentes à faixa etária, gênero, cor/etnia, aspectos econômicos, tipos de domicílios residenciais e Ministério da Educação - INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), para coleta de informações da base de dados do EDUCACENSO e das Secretarias Estadual de Educação e Secretaria de Educação de Santo André.

ÁREAS DE PONDERAÇÃO E REGIÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ

Área de ponderação segundo o IBGE é uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos, para a aplicação de procedimentos de calibração dos pesos de forma a produzir estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo.

Em sua forma mais agregada, Santo André poderá ser observada também por meio das 6 Regiões da Cidade, formadas por agrupamentos de áreas de ponderação, de forma a garantir a consistência estatística para tabulação dos dados e, conseqüentemente, para sua interpretação. Para esta elaboração, foram levados em consideração um conjunto de aspectos econômicos, sociais e ambientais da organização do território do município.

São 23 áreas de ponderação no município, organizadas de acordo com a tabela 1 e 6 regiões na cidade com a seguinte composição:

- **Norte:** Camilópolis, Nações, Parque João Ramalho, Santa Terezinha, Parque Capuava, Parque Novo Oratório, Parque Oratório;
- **Sul I:** Vila Luzita, Jardim Santo André, Cata Preta;
- **Sul II:** Parque Andreense;
- **Centro:** Centro, Campestre, Assunção;
- **Leste:** Cidade São Jorge, Condomínio Maracanã, Vila Humaitá; e
- **Oeste:** Vila Palmares, Jardim Bom Pastor, Jardim do Estádio, Jardim Cristiane, Vila Linda, Vila Pires.

35

No Mapa 1, é possível visualizar a distribuição territorial do município de Santo André, nas duas perspectivas: áreas de ponderação (representadas por números) e regiões da cidade (representada por cores).

Mapa 1 Regiões da Cidade e Áreas de Ponderação

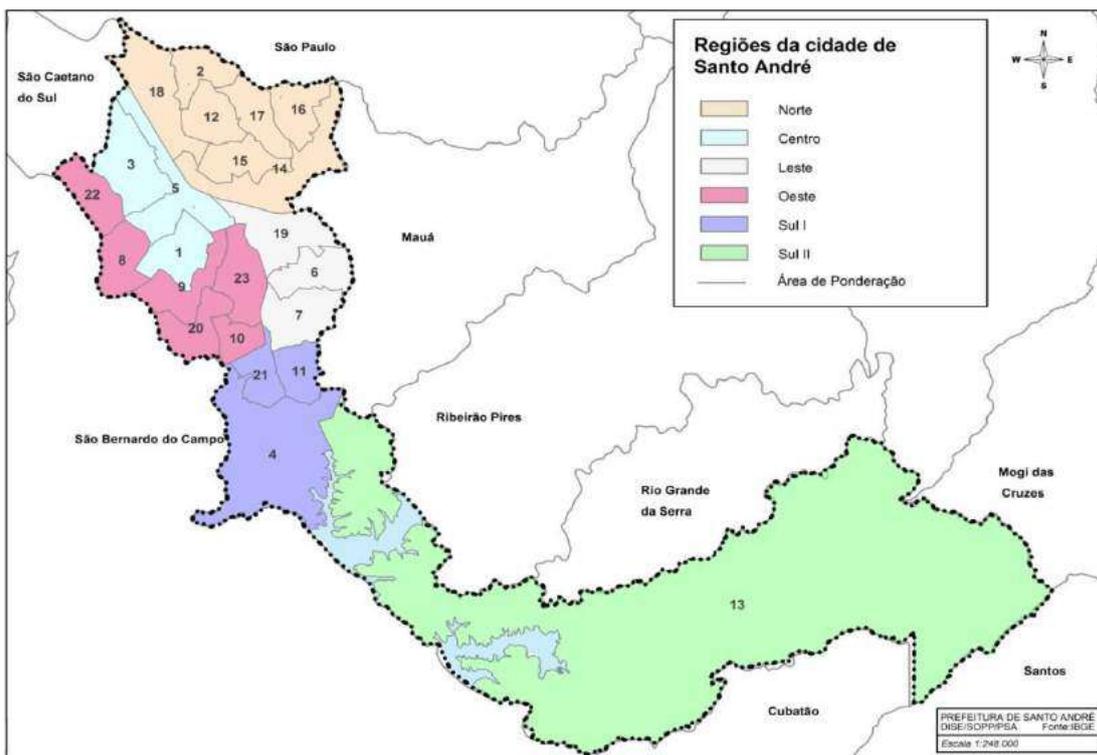


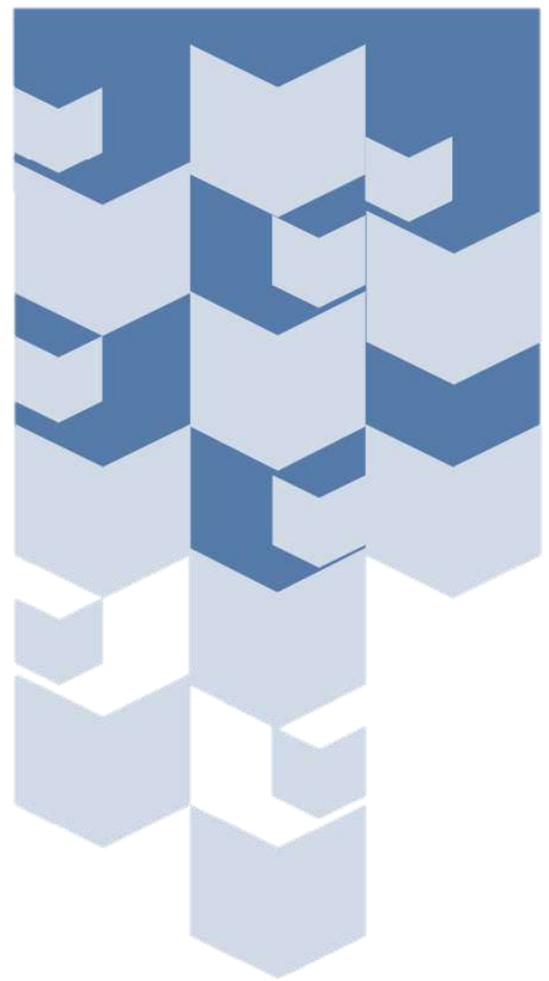
Tabela 1 Áreas de Ponderação de Santo André

Área de Ponderação (nº)	Área de Ponderação (nome)	Área Censitária (bairro)
1	Assunção	Bairro Paraíso / Vila Assunção / Vila Gilda / Vila Dora / Vila Santa Teresa
2	Camilópolis	Jardim das Maravilhas / Jardim Utinga / Vila Camilópolis
3	Campestre	Campestre / Jardim / Santa Maria / Vila Alpina / Vila Guiomar / Bairro Jardim
4	Cata Preta	Cata Preta / Jardim Riviera / Parque do Pedroso / Parque Miami / Sítio dos Vianas
5	Centro	Casa Branca / Centro / Jardim Bela Vista / Tamanduateí 1 / Tamanduateí 3 / Vila Alice / Vila Bastos
6	Cidade São Jorge	Cidade São Jorge / Jardim Marek / Parque Gerassi / Centreville / Vila Progresso
7	Condomínio Maracanã	Condomínio Maracanã / Jardim Ipanema / Vila Guaraciaba / Vila Lutécia / Vila Suíça / Vila Tibiriçá/ Jardim Carla
8	Jardim Bom Pastor	Jardim Bom Pastor / Vila Floresta / Vila Scarpelli / Vila Valparaíso
9	Jardim Cristiane	Jardim Cristiane / Jardim Stella / Vila Alzira / Vila Cambuí
10	Jardim do Estádio	Jardim do Estádio / Jardim Santa Cristina / Jd. Teles de Menezes / Vila Mazzei
11	Jardim Santo André	Jardim Santo André / Parque dos Pássaros
12	Nações	Jardim Santo Antônio / Parque das Nações / Vila Francisco Matarazzo
13	Parque Andreense	Acampamento Anchieta / Cabeceiras do Araçá / Cabeceiras do Rio Grande / Cabeceiras do Rio Mogi / Cabeceiras do Rio Pequeno / Campo Grande / Estância Rio Grande / Fazenda dos Tecos / Jardim Clube de Campo / Jardim Guaripocaba / Jardim Joaquim Eugênio de Lima / Paranapiacaba / Parque América / Parque das Garças / Parque Estadual da Serra do Mar / Parque Represa Billings II / Parque Represa Billings III / Parque Rio Grande / Recreio da Borda do Campo / Reserva Biológica Alto da Serra / Rio Grande / Sítio Taquaral / Três Divisas / Várzea do Rio Grande / Waisberg I / Waisberg II
14	Parque Capuava	Jardim Alzira Franco / Jardim Itapoan / Jardim Rina / Parque Capuava / Polo Petroquímico Capuava / Tamanduateí 5 / Tamanduateí 6 / Tamanduateí 8
15	Parque João Ramalho	Parque Jaçatuba / Parque João Ramalho / Vila Curuçá / Vila Rica
16	Parque Novo Oratório	Jardim Ana Maria / Jardim Santo Alberto / Parque Novo Oratório
17	Parque Oratório	Parque Erasmo Assunção / Parque Oratório / Vila Lucinda
18	Santa Terezinha	Bangu / Santa Terezinha / Tamanduateí 2 / Tamanduateí 4 / Vila Metalúrgica / Vila São Pedro
19	Vila Humaitá	Parque Marajoara / Tamanduateí 7 / Vila América / Vila Guarani / Vila Homero Thon / Vila Humaitá / Parque Industrial
20	Vila Linda	Jardim Alvorada / Jardim Las Vegas / Vila Linda
21	Vila Luzita	Jardim Irene / Vila João Ramalho / Vila Luzita / Jd. Guarará / Vila Guarará
22	Vila Palmares	Vila Palmares / Vila Príncipe de Gales / Vila Sacadura Cabral / Jardim Paraíso
23	Vila Pires	Bairro Silveira / Vila Helena / Vila Junqueira / Vila Pires / Vila Vitória

Fonte: GISE/SDGE/PSA

META 1

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO INFANTIL, ATÉ 2016, PRIORIZANDO AS CRIANÇAS DE 4 (QUATRO) E 5 (CINCO) ANOS E AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS, EM, NO MÍNIMO 50% (CINQUENTA POR CENTO), PARA CRIANÇAS DE ATÉ 03 (TRÊS) ANOS EM CRECHES PÚBLICAS, ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



Meta 1 – Universalizar a educação infantil, até 2016, priorizando as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e ampliar a oferta de vagas, em, no mínimo 50% (cinquenta por cento), para crianças de até 03 (três) anos em creches públicas, até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação.

Indicador 1A	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequentam a escola/creche											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	92,89%	93,79%	94,46%	94,81%	94,33%	95,27%	96,22%	97,15%	98,09%	99,04%	100%
≠ MP e ME	----	+0,21%	-0,02%	-0,39%	-1,42%							
Meta Executada	91,99%	93,10%	93,77%	94,07%	93,31%							
Indicador 1B	Percentual da população de 0 e 3 anos que frequentam a escola/creche											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	42,08%	44,02 %	44,54%	42,10%	45,38%	46,14%	46,90%	47,66%	48,42%	49,18%	50%
≠ MP e ME	----	+1,20%	-0,14%	-3,56	+2,52%							
Meta Executada	41,29%	43,28%	43,88%	40,98%	44,62%							

É preciso universalizar a educação infantil, assegurando a qualidade da educação oferecida para essa etapa. O foco deve ser no desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos. Assim, compreendem-se ser de suma importância, na rotina das instituições de ensino, as brincadeiras e as múltiplas linguagens. Essa garantia foi assegurada na Emenda Constitucional n.º 59 de 11/11/09 e que normatizada pela Lei 12.796/2013 ajustou a LDB tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade.

Em desdobramentos ao processo de discussões curriculares iniciadas em 2017, a SE por meio da Coordenação de Estudos Pedagógicos e Curriculares (CEPEC) organizou grupos de trabalho com a participação de representantes docentes, gestores e equipe técnica da secretaria para estudos, discussões e elaboração de texto base para a Proposta Curricular da rede municipal. Dentre estes grupos tivemos em específico um na etapa da educação infantil para discutirem aspectos acerca da avaliação em suas dimensões, a saber: (1) avaliação de aprendizagem; (2) avaliação institucional; (3) avaliação de sistema.

Atendendo a estratégia proposta no PME no âmbito da Educação Infantil aplica-se a dimensão 2, com proposta de um texto com princípios orientadores para que as Unidades Escolares (re)pensem suas auto avaliações institucionais a partir de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Com a finalização da Proposta Curricular em setembro de 2018, deu-se início ao trabalho formativo junto ao grupo de Assistentes Pedagógicos da rede em relação aos princípios contidos nos textos orientadores de cada uma das dimensões supracitadas.

33

O desdobramento deste trabalho formativo visa alcançar a qualificação da elaboração e auto avaliação dos PPPs e analisar criticamente esses documentos para deles sejam extraídos dados a serem utilizados nos planejamentos estratégicos da Secretaria de Educação.

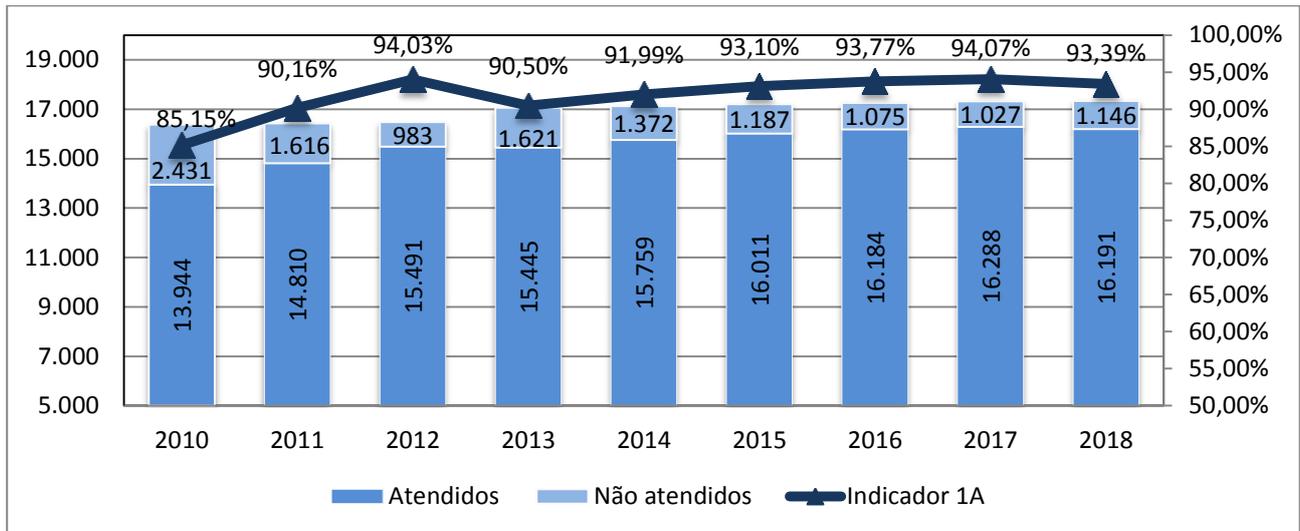
Com tais ações, esperamos tornar viável, a partir de 2019, a real constituição de um Sistema de Avaliação Institucional com base nos indicadores da educação infantil.

Há necessidade de planejamento estratégico e previsões orçamentárias para o cumprimento desta meta. É preciso estabelecer percentuais de atendimento para cada ano na efetivação das matrículas dessas turmas, para que possamos atender a demanda reprimida, para dessa forma, até 2025, ou antes, poder assegurar o cumprimento da meta.

Dentro das previsões orçamentárias e visando a qualificação no atendimento nas instituições de Educação Infantil foram oferecidos cursos de especialização na UFABC para professores da rede municipal em um convênio entre a IES e a Secretaria de Educação até o ano de 2018; após esse período ainda há disponível na plataforma Freire a possibilidade de concluir uma graduação EAD para professores que ainda não concluíram.

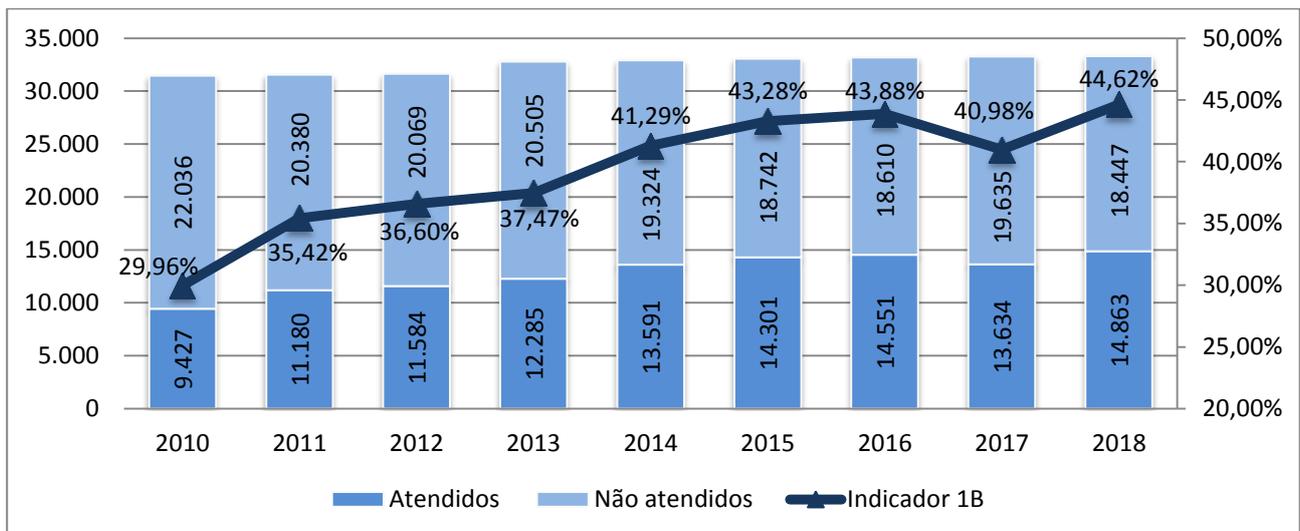
Ao analisar os dados do desenvolvimento da meta, gráficos 1.1 e 1.2, constatou-se que as matrículas encontram-se em expansão, em ambos indicadores, com significativa mudança na forma como hoje se compreende a função social e política desse nível de ensino e a concepção de criança em seu processo de aprendizado e desenvolvimento.

Gráfico 1.1 Número e percentual da população de 4 a 5 anos de idade que frequentava a escola ou creche – Indicador 1A – 2010-2018.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Gráfico 1.2 Número e percentual da população de 0 a 3 anos de idade que frequentava a escola ou creche – Indicador 1B – 2010-2018.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Um dos problemas enfrentados no diagnóstico correto da porcentagem de atendimento é a defasagem do censo demográfico e a perspectiva que as projeções populacionais oferecem, já que há diferença no atendimento em relação à projeção populacional e em relação à demanda da rede apesar da ampla divulgação, com cartazes, faixas e site oficial da Prefeitura do período de inscrição para Educação Infantil na rede Municipal.

Além disso, por intermédio das equipes de coordenação, equipes gestoras e professores das Unidades Escolares vêm realizando reuniões periódicas com famílias, tendo como objetivos a

valorização, o conhecimento e conscientização acerca da importância do processo de aprendizagem na Educação Infantil.

Observando a figura abaixo podemos verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal, regional e estadual.

Figura 1-1 Indicador 1A – população de 4 e 5 anos que frequenta a escola – Comparativo Federal, Regional e Estadual



Fonte: PNE-MEC

Figura 1-2 Indicador 1B – população de 0 a 3 anos que frequenta a escola – Comparativo Federal, Regional e Estadual



Fonte: PNE-MEC

O cenário geral constatado foi de crescimento do acesso à educação nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de manutenção no atendimento de 4 e 5 anos, mas muitos desafios para o alcance das metas foram percebidos, tanto no que se refere ao indicador, quanto para extratos populacionais específicos e regionalização do atendimento.

Em relação ao acesso da população de 0 a 3 anos ocorreu um crescimento entre 2015 a 2018, essa trajetória tem sido percebida no município, já que houve abertura de novas instituições

de Educação Infantil na rede municipal. Vale ressaltar que esse crescimento se aproxima bastante da meta mínima estabelecida no PME e podemos afirmar que na crescente expansão superaremos a meta até 2025.

Para atendimento da meta e das estratégias, desde 2015 intensificou-se a divisão de demanda entre Estado e Município conforme previsto na Constituição e termo de acordo. Em algumas regiões foram encaminhados maior número de alunos de 1º e 5º anos do município para o Estado visando ampliar o atendimento de 4 e 5 anos. Em 2018 foi inserido um sistema de geolocalização por meio de inscrição única para os ingressantes no 1º ano do Ensino Fundamental, tal sistema permite que a criança seja matriculada em uma Unidade Escolar próxima da sua residência. Além disso, para atendimento da meta foi estabelecida uma estratégia com a previsão de construção de uma creche por ano, o que totalizariam 10 creches ao longo da vigência deste plano; sendo que em 2015 a rede municipal contava com 32 creches, passou a 35 em 2017 e 37 em 2018; porém a previsão de 2015 a 2025 prevê a construção de 16 unidades, sendo que de 2015 até agora já foram entregues 8 unidades e até o primeiro semestre de 2020 serão mais 8 unidades em regime de colaboração com o Governo Federal, no programa Pró-Infância, conforme as tabelas 1.1 e 1.2.

Tabela 1.1 Creches entregues até maio de 2019

Creches em Obras	Início da Obra	Inauguração
Creche Maria Dolores Felipe – Jd. Milena	2012	12/04/2015
Sueli Leal Barros – Parque Andreense	2012	16/04/2016
Vereador Cosmo do Gás – Sitio dos Vianas	2013	25/06/2016
Maria Ruth – Jd. Carla	2013	25/06/2016
Evangelina Jordão Luppi	EMEIEF transf. Creche	Janeiro/2018
Pedro Cia – Homero Thon	Conveniada transf. município	10/07/2017
Cata Preta – Vila João Ramalho	10/07/2017	07/04/2019
Mirante II – Condomínio Maracanã	16/10/2017	26/05/2019

Fonte: SE-PSA

Tabela 1.2 Creches previstas para entrega até 2020

Creches em Obras	Início da Obra	Previsão de Inauguração
Creche Guaratinguetá II Av. Guaratinguetá, 701- Alzira Franco	23/10/2017	23/06/2019
Creche Jardim Santo André – Creche Eloá Cristina Pimentel da Silva Av. Primeiro de Dezembro, 298 – Jd. Santo André	09/03/2018	21/07/2019
Creche Jardim Rina Rua Miguel Guillen, 401 - Jardim Rina	15/05/2017	25/08/2019
Creche Guaratinguetá I Av. Guaratinguetá, 775 - Alzira Franco	30/10/2017	22/09/2019
Creche Mirante I Rua Angra dos Reis, 80 – Cond. Maracanã	03/09/2018	1º semestre/2020
Creche Jardim Santo André – Creche Padre Attilio Taricco Rua Cazuzza s/nº - Jardim Santo André	01/12/2015	1º semestre/2020
Creche Jorge Beretta Rua Jorge Beretta, 300 – Pq. Erasmo Assunção	14/09/2018	1º semestre/ 2020
Creche Tamarutaca Av. Dom Jorge Marcos de Oliveira, 100 - Vila Guiomar	11/09/2018	1º semestre/2020

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

A Secretaria de Educação através da Gerência de Orçamento e Finanças da Educação – GOFE acompanha a disponibilização de recursos pelo Governo Federal no Programa ProINFÂNCIA, aderido através da elaboração do PAR – Plano de Ações Articuladas. Atualmente os Termos de Compromisso com o FNDE ainda tem 7 creches com obras iniciadas para serem entregues, o valor das construções em regime de colaboração segue na tabela abaixo:

Tabela 1.3 Valor investido por unidade escolar até abril/2019

Creche	Valor Investido até 04/2019
Cata Preta	7.978.697,81
Cazuza	3.974.122,76
Guaratinguetá I	5.092.328,68

Guaratinguetá II	6.081.829,03
Jardim Rina	6.220.796,05
Jardim Mirante I	1.394.652,84
Jardim Mirante II	6.662.842,10
Jardim Santo André	6.421.980,93
Jorge Beretta	2.932.467,42
Tamarutaca	2.518.732,74

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Observações:

- a) Os valores prestados representam a quantia paga até o momento, e mesmo que algumas unidades já tenham sido entregues, podem possuir valores em aberto a serem pagos.

Para atendimento da demanda recebida e, por força do excesso de liminares nas creches no decorrer dos anos letivos, evitando que a relação adulto/aluno sofra maiores sobrecargas, a Secretaria de Educação trabalha com a divisão de demanda, já citada. No início do ano letivo e ao longo do período para absorver a demanda de liminares contrata profissionais Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs).

A Secretaria de Educação ainda prioriza a matrícula (com critérios de acesso e classificação) e o atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade e qualifica parcerias com diferentes secretarias para subsidiar o desenvolvimento integral das crianças, em programas de orientação e apoio às famílias como atualização das vacinas, alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil, ações de combate ao mosquito da dengue, avaliação de saúde bucal, prevenção das violências e dos acidentes, prevenção ao uso do álcool, tabaco, crack e outras drogas, realização de práticas corporais da atividade física e do lazer, promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, prevenção de DSTs e orientação sobre direito sexual e reprodutivo. O município ainda conta com o apoio da Promotoria Pública, Serviço Social e Conselho Tutelar.

Para um correto levantamento de demanda analisamos a cidade por área de ponderação, além de separar o tipo de atendimento para cada etapa de ensino no atendimento municipal e particular, portanto as porcentagens de atendimento da rede municipal e particular são analisadas de forma separada como pode ser verificado nas tabelas 1.4 a 1.9 e apresentado em números reais nos gráficos 1.3 e 1.4.

Tabela 1.4 Atendimento Municipal por área de ponderação na Educação Infantil de 0 a 3 anos – comparativo 2017/2018.

Área de Ponderação	2017			2018		
	População Total	População Atendida	% atendim.	População Total	População Atendida	% atendim.
	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos
1 - Assunção	1.002	37	3,69%	1.003	0	0,00%
2 - Camilópolis	1.137	571	50,22%	1.138	608	53,41%
3 - Campestre	1.374	337	24,53%	1.376	552	40,13%
4 - Cata Preta	2.660	989	37,18%	2.663	1246	46,78%
5 - Centro	708	0	0%	709	0	0,00%
6 - Cidade São Jorge	2.229	739	33,15%	2.232	754	33,79%
7 - Cond. Maracanã	2.007	500	24,91%	2.009	710	35,33%
8 - Jd Bom Pastor	1.126	543	48,22%	1.127	549	48,70%
9 - Jd. Cristiane	1.226	247	20,15%	1.228	319	25,99%
10 - Jd. do Estádio	1.357	36	2,65%	1.359	53	3,90%
11 - Jd. Sto André	2.185	816	37,35%	2.188	871	39,81%
12 - Nações	1.044	143	13,70%	1.045	186	17,79%
13 - Pq. Andreense	1.020	162	15,88%	1.021	165	16,16%
14 - Pq. Capuava	1.612	471	29,22%	1.614	438	27,14%
15 - Pq. João Ramalho	1.322	514	38,88%	1.324	477	36,04%
16 - Pq. Novo Oratório	1.077	207	19,22%	1.078	586	54,34%
17 - Pq. Oratório	1.092	173	15,84%	1.093	288	26,34%
18 - Sta Terezinha	1.482	0	0%	1.484	98	6,60%
19 - Vila Humaitá	1.207	0	0%	1.208	164	13,57%
20 - Vila Linda	1.522	500	32,85%	1.524	497	32,61%
21 - Vila Luzita	1.452	392	27,00%	1.454	650	44,71%
22 - Vila Palmares	2.377	419	17,63%	2.380	428	17,98%
23 - Vila Pires	1.051	429	40,82%	1.052	504	47,90%
Total	33.269	8.225	24,72%	33.310	10.143	30,45%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Observações:

- As áreas de ponderação que aparecem “zeradas” de população atendida são porque não há um equipamento público nesta área de ponderação.
- Meta refere-se somente ao atendimento da rede pública, portanto, nestes dados estão o atendimento direto – administração pública – e o indireto por meio das creches conveniadas com a Prefeitura. Já os indicadores são apresentados com atendimento total, pois se referem ao número de alunos na faixa etária que frequentam a escola.

Tabela 1.5 Atendimento Municipal por área de ponderação considerando as listas de espera na Educação Infantil de 0 a 3 anos em 2018.

Área de Ponderação	2018				
	População Total	População Atendida	População em espera*	% atendim. Em relação a pop total	% atendim. Em relação à demanda
	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos
1 - Assunção	1.003	0	0	0,00%	0,00%
2 - Camilópolis	1.138	608	303	53,41%	45,96%
3 - Campestre	1.376	552	81	40,13%	43,23%
4 - Cata Preta	2.663	1246	660	46,78%	64,39%
5 - Centro	709	0	0	0,00%	0,00%
6 - Cidade São Jorge	2.232	754	229	33,79%	74,14%
7 - Cond. Maracanã	2.009	710	284	35,33%	66,48%
8 - Jd Bom Pastor	1.127	549	63	48,70%	77,32%
9 - Jd. Cristiane	1.228	319	104	25,99%	63,42%
10 - Jd. do Estádio	1.359	53	0	3,90%	28,19%
11 - Jd. Sto André	2.188	871	182	39,81%	77,22%
12 - Nações	1.045	186	371	17,79%	27,72%
13 - Pq. Andreense	1.021	165	43	16,16%	54,28%
14 - Pq. Capuava	1.614	438	198	27,14%	67,59%
15 - Pq. João Ramalho	1.324	477	154	36,04%	54,70%
16 - Pq. Novo Oratório	1.078	586	114	54,34%	63,70%
17 - Pq. Oratório	1.093	288	93	26,34%	56,80%
18 - Sta Terezinha	1.484	98	8	6,60%	21,59%
19 - Vila Humaitá	1.208	164	35	13,57%	47,40%
20 - Vila Linda	1.524	497	164	32,61%	75,19%
21 - Vila Luzita	1.454	650	163	44,71%	71,04%
22 - Vila Palmares	2.380	428	41	17,98%	74,31%
23 - Vila Pires	1.052	504	128	47,90%	45,57%
Total	33.310	10.143	3.418	30,45%	55,48%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Observações:

- Quando apresentamos a porcentagem de atendimento **em relação à população total** nos referimos ao atendimento municipal em relação à projeção populacional expedida por órgão oficial, o que pode não refletir a realidade.
- Quando apresentamos a porcentagem de atendimento **em relação à demanda** nos referimos ao total de crianças atendidas no município mais a lista de espera para atendimento na rede municipal.
- Ainda podemos avaliar uma terceira possibilidade de atendimento em relação à demanda conhecida, que seria calculada com base nos atendimentos municipal, particular e lista de espera, somando assim um total de **81,3%** no atendimento à faixa etária, ultrapassando, portanto a meta estabelecida no PME.

Tabela 1.6 Atendimento Municipal por área de ponderação na Educação Infantil de 4 e 5 anos na rede municipal – comparativo 2017/2018.

Área de Ponderação	2017			2018		
	População Total	População Atendida	% atendim.	População Total	População Atendida	% atendim.
	4 e 5 anos	4 e 5 anos	4 e 5 anos	4 e 5 anos	4 e 5 anos	4 e 5 anos
1 - Assunção	512	107	20,90%	513	68	13,26%
2 - Camilópolis	505	830	164,36%	506	828	163,72%
3 - Campestre	575	553	96,17%	576	413	71,79%
4 - Cata Preta	1.491	1.360	91,21%	1.493	1.565	104,89%
5 - Centro	585	0	0%	586	0	0,00%
6 - Cidade São Jorge	829	630	76,00%	830	606	73,00%
7 - Cond. Maracanã	923	348	37,70%	924	393	42,54%
8 - Jd Bom Pastor	674	448	66,47%	675	451	66,81%
9 - Jd. Cristiane	809	376	46,48%	810	246	30,37%
10 - Jd. do Estádio	1.000	599	59,90%	1.001	548	54,78%
11 - Jd. Sto André	1.247	597	47,88%	1.248	600	48,11%
12 - Nações	734	34	4,63%	735	112	15,25%
13 - Pq. Andreense	505	134	26,56%	505	133	26,35%
14 - Pq. Capuava	786	347	44,17%	786	346	44,03%
15 - Pq. João Ramalho	719	460	63,97%	720	479	66,59%
16 - Pq. Novo Oratório	416	704	169,26%	416	766	184,10%
17 - Pq. Oratório	560	500	89,30%	561	407	72,66%
18 - Sta Terezinha	548	318	58,04%	549	225	41,05%
19 - Vila Humaitá	751	515	68,55%	752	592	78,77%
20 - Vila Linda	658	451	68,58%	658	432	65,67%
21 - Vila Luzita	780	339	43,43%	781	335	42,91%
22 - Vila Palmares	913	419	45,87%	915	398	43,56%
23 - Vila Pires	796	951	119,53%	797	852	107,05%
Total	17.315	11.020	63,64%	17.337	10.795	62,30%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Observações:

- Cabe destacar que o período aqui referido corresponde a data base do EDUCACENSO que é maio de 2018.
- Vale ressaltar que o atendimento refere-se à rede pública, não incluído o atendimento da rede particular.
- A região sem apontamento de atendimento nesta faixa etária é porque não equipamento público com endereço nesta área de ponderação.

Tabela 1.7 Atendimento Municipal por área de ponderação considerando as listas de espera na Educação Infantil de 4 e 5 anos em 2018.

Área de Ponderação	2018				
	População Total	População Atendida	População em espera*	% atendim. Em relação a pop total	% atendim. Em relação à demanda
	4 e 5 anos	4 e 5 anos	4 e 5 anos	4 e 5 anos	4 e 5 anos
1 - Assunção	513	68	0%	13,26%	9,13%
2 - Camilópolis	506	828	0%	163,72%	66,51%
3 - Campestre	576	413	0%	71,79%	34,71%
4 - Cata Preta	1.493	1.565	0%	104,89%	97,57%
5 - Centro	586	0	0%	0,00%	0,00%
6 - Cidade São Jorge	830	606	0%	73,00%	85,84%
7 - Cond. Maracanã	924	393	0%	42,54%	84,52%
8 - Jd Bom Pastor	675	451	0%	66,81%	71,93%
9 - Jd. Cristiane	810	246	0%	30,37%	57,88%
10 - Jd. do Estádio	1.001	548	0%	54,78%	75,59%
11 - Jd. Sto André	1.248	600	0%	48,11%	86,21%
12 - Nações	735	112	0%	15,25%	48,07%
13 - Pq. Andreense	505	133	0%	26,35%	47,33%
14 - Pq. Capuava	786	346	0%	44,03%	95,84%
15 - Pq. João Ramalho	720	479	0%	66,59%	66,34%
16 - Pq. Novo Oratório	416	766	0%	184,10%	70,73%
17 - Pq. Oratório	561	407	0%	72,66%	86,23%
18 - Sta Terezinha	549	225	0%	41,05%	36,76%
19 - Vila Humaitá	752	592	0%	78,77%	80,43%
20 - Vila Linda	658	432	0%	65,67%	100,00%
21 - Vila Luzita	781	335	0%	42,91%	61,36%
22 - Vila Palmares	915	398	0%	43,56%	85,78%
23 - Vila Pires	797	852	0%	107,05%	71,72%
Total	17.337	10.795	0%	62,30%	66,77%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Observações:

- b) Quando apresentamos a porcentagem de atendimento **em relação à população total** nos referimos ao atendimento municipal em relação à projeção populacional expedida por órgão oficial, o que pode não refletir a realidade.
- c) Quando apresentamos a porcentagem de atendimento **em relação à demanda** nos referimos ao total de crianças atendidas no município mais a lista de espera para atendimento na rede municipal.
- d) Ainda podemos avaliar uma terceira possibilidade de atendimento em relação à demanda conhecida, que seria calculada com base nos atendimentos municipal, particular e lista de espera, somando assim um total de **100%** no atendimento à faixa etária.

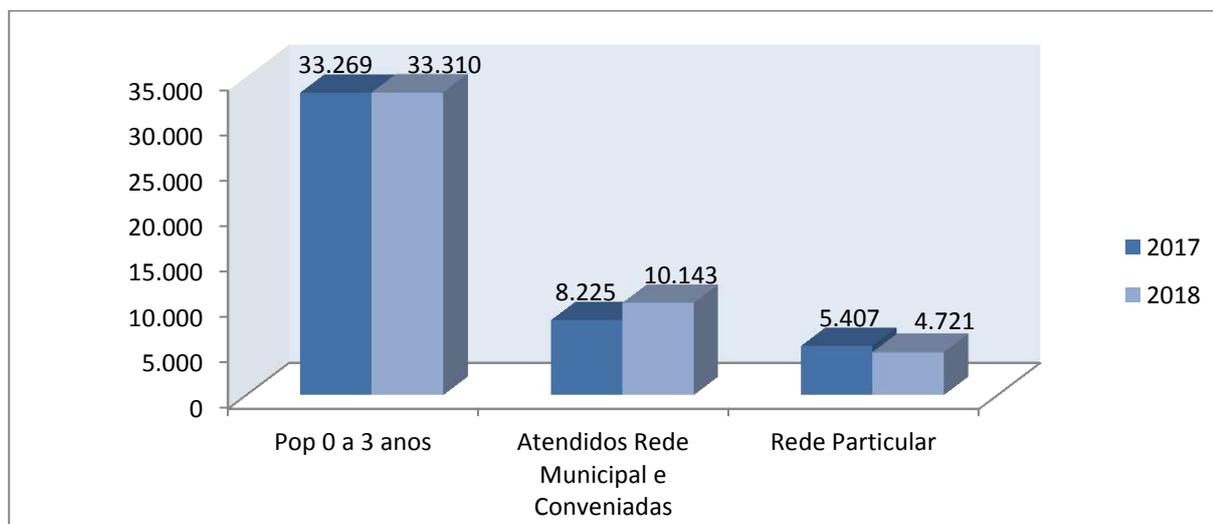
Tabela 1.8 Atendimento Municipal e Particular na educação infantil de 0 a 3 anos 2018.

Área de Ponderação	Pop Total	Pop At. Munic.	Pop at. Par	% atend.
	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos	0-3 anos
1 - Assunção	1.003	0	562	56,02%
2 - Camilópolis	1.138	608	412	89,60%
3 - Campestre	1.376	552	644	86,94%
4 - Cata Preta	2.663	1246	29	47,87%
5 - Centro	709	0	591	83,37%
6 - Cidade São Jorge	2.232	754	34	35,31%
7 - Cond. Maracanã	2.009	710	74	39,02%
8 - Jd Bom Pastor	1.127	549	98	57,39%
9 - Jd. Cristiane	1.228	319	80	32,50%
10 - Jd. do Estádio	1.359	53	135	13,84%
11 - Jd. Sto André	2.188	871	75	43,24%
12 - Nações	1.045	186	114	28,70%
13 - Pq. Andreense	1.021	165	96	25,56%
14 - Pq. Capuava	1.614	438	12	27,88%
15 - Pq. João Ramalho	1.324	477	241	54,25%
16 - Pq. Novo Oratório	1.078	586	220	74,75%
17 - Pq. Oratório	1.093	288	126	37,87%
18 - Sta Terezinha	1.484	98	348	30,06%
19 - Vila Humaitá	1.208	164	147	25,73%
20 - Vila Linda	1.524	497	0	32,61%
21 - Vila Luzita	1.454	650	102	51,73%
22 - Vila Palmares	2.380	428	107	22,48%
23 - Vila Pires	1.052	504	474	92,94%
Total	33.310	10.143	4.721	44,62%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

43

Gráfico 1.3 Atendimento das Redes na educação infantil de 0-3 anos.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

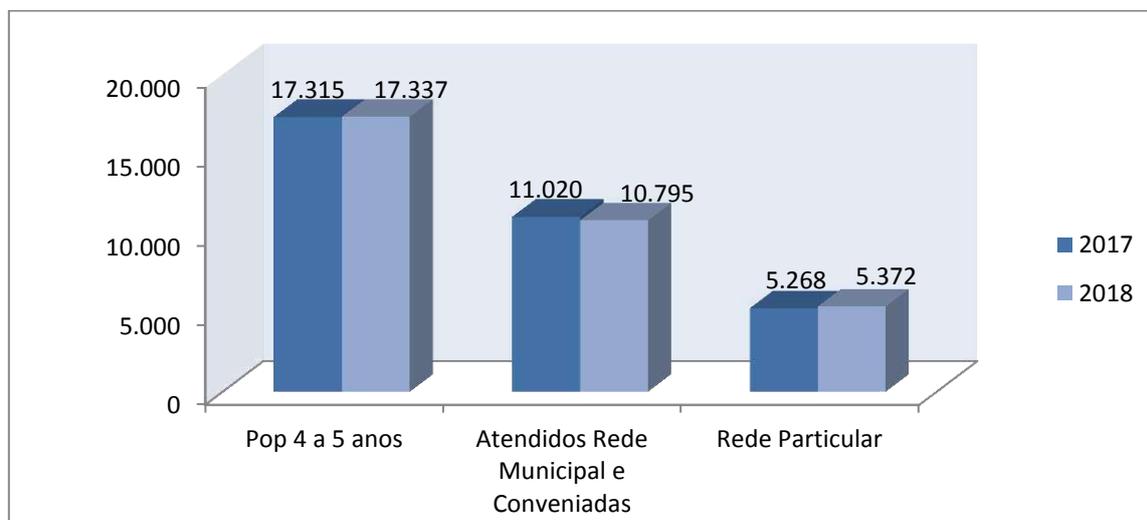
Tabela 1.9 Atendimento Municipal e Particular na educação infantil de 4 e 5 anos 2018.

Área de Ponderação	Pop Total	Pop At. Munic.	Pop at. Par	% atend.
	4-5 anos	4-5 anos	4-5 anos	4-5 anos
1 - Assunção	513	68	677	145,28%
2 - Camilópolis	506	828	417	246,17%
3 - Campestre	576	413	777	206,86%
4 - Cata Preta	1.493	1.565	39	107,50%
5 - Centro	586	0	609	104,04%
6 - Cidade São Jorge	830	606	100	85,04%
7 - Cond. Maracanã	924	393	72	50,33%
8 - Jd Bom Pastor	675	451	176	92,89%
9 - Jd. Cristiane	810	246	179	52,47%
10 - Jd. do Estádio	1.001	548	177	72,47%
11 - Jd. Sto André	1.248	600	96	55,80%
12 - Nações	735	112	121	31,72%
13 - Pq. Andreense	505	133	148	55,67%
14 - Pq. Capuava	786	346	15	45,94%
15 - Pq. João Ramalho	720	479	243	100,37%
16 - Pq. Novo Oratório	416	766	317	260,28%
17 - Pq. Oratório	561	407	65	84,26%
18 - Sta Terezinha	549	225	387	111,67%
19 - Vila Humaitá	752	592	144	97,93%
20 - Vila Linda	658	432	0	65,67%
21 - Vila Luzita	781	335	211	69,93%
22 - Vila Palmares	915	398	66	50,78%
23 - Vila Pires	797	852	336	149,27%
Total	17.337	10.795	5.372	93,31%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

44

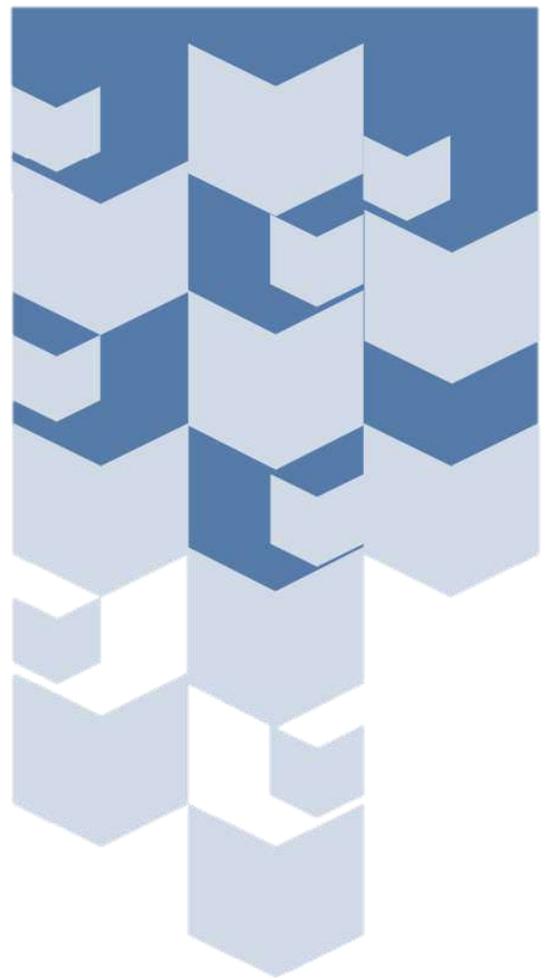
Gráfico 1.4 Atendimento das Redes na educação infantil de 4 e 5 anos.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

META 2

UNIVERSALIZAR O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS PARA TODA A POPULAÇÃO DE 6 (SEIS) A 14 (QUATORZE) ANOS E GARANTIR QUE 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO) DOS ALUNOS CONCLUAM ESSA ETAPA NA IDADE RECOMENDADA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME



2 – Descrição da Meta: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME

Indicador 2A	Descrição do Indicador: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	97,63%	95,28%	91,06%	94,95%	94,82%	95,68%	96,54%	97,40%	98,26%	99,12%	100%
≠ MP e ME	-----	-2,87%	-4,83%	+3,17%	-0,99%							
Meta executada no período	96,76%	94,76%	90,45%	94,23%	93,96%							
Indicador 2B	Descrição do Indicador: Percentual de pessoas com 16 anos com o fundamental concluído											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	73,32%	73,52%	74,22%	73,25%	75,64%	78,86%	82,08%	85,30%	88,52%	92,74%	95%
≠ MP e ME	-----	-2,72%	-2,52%	-4,79%	-0,83%							
Meta executada no período	70,66%	70,6%	71%	69,43%	72,42%							

O Ensino Fundamental foi, durante a maior parte do século XX, o único grau de ensino a que teve acesso a grande maioria da população e sua obrigatoriedade inicialmente se caracterizava pela duração de 4 (quatro) anos. Com a Carta Constitucional promulgada em 1967, ampliou-se para 8 (oito) anos essa obrigatoriedade e, em decorrência, a Lei n.º 5.692/71 modificou a estrutura do ensino, unificando o curso primário e o ginásio em único curso, o antigamente chamado 1º grau, com duração de 8 (oito) anos. Na atualidade, a política educacional é regulamentada pela LDB 9.394/96, a qual, desde sua promulgação, vem passando por alterações¹ que trazem avanços na organização e funcionamento dos sistemas de ensino.

Alinhar o Ensino Fundamental, etapa basilar da Educação Básica, visa o desenvolvimento do educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A expansão da obrigatoriedade do acesso à educação escolar e, mais especificamente, a universalização da educação básica, mesmo sendo garantidas constitucionalmente, como um direito de todos, nos remete a seguinte reflexão: garantir que toda criança seja matriculada na escola não garante que esta etapa da educação esteja sendo universalizada.

Desta forma é visível e significativa a importância da universalização do acesso ao ensino fundamental porque as contradições passam a voltar-se, principalmente, para a qualidade da educação básica, notadamente para o ensino fundamental, com o intuito de não tornar inócua a democratização do acesso.

Portanto, a democratização do ensino não se dá somente pela garantia do acesso, requerendo sua oferta com qualidade com o intuito de otimizar a permanência dos estudantes e, desse modo, contribuir para a melhoria dos processos formativos. Assim, a democratização de

¹ Leis que alteram a LDB, no que se relaciona ao Ensino Fundamental etapa da Educação Básica:

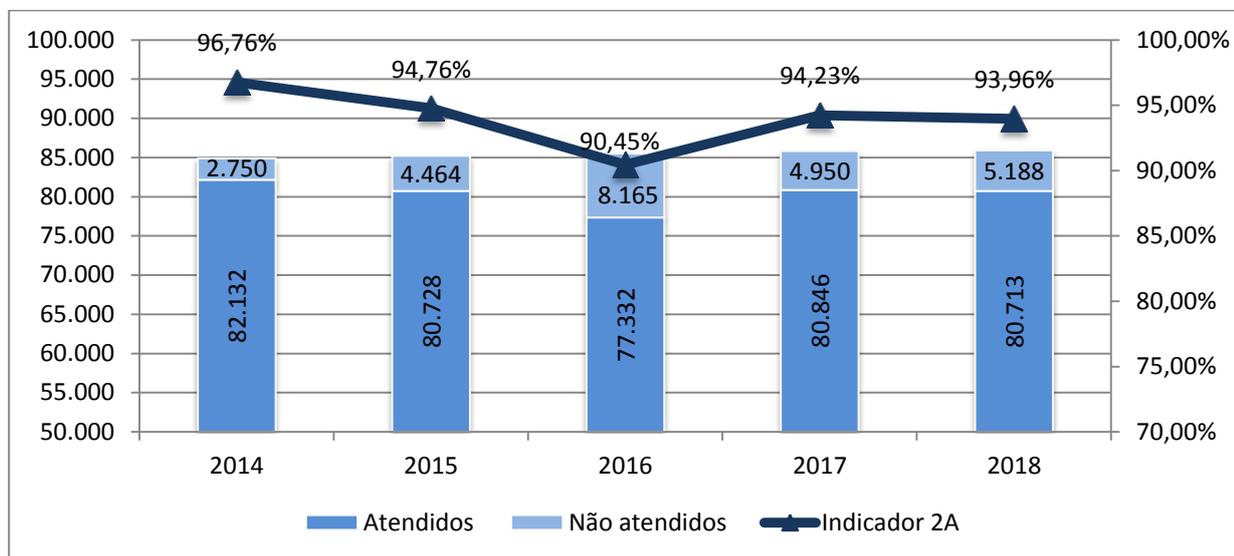
- Lei nº 12.013/2009: alterou o art.12 determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos.
- Lei nº 12.020/2009: alterou redação do inciso II do art. 20, que define instituições de ensino comunitárias.
- Lei nº 11.769/2008: incluiu parágrafo no art. 26, sobre a música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo.
- Lei nº 11.700/2008: incluiu o inciso X no artigo 4º, fixando como dever do Estado efetivar a garantia de vaga na escola pública de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.
- Lei nº 11.645/2008: alterou a redação do art. 26-A, para incluir no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei nº 11.525/2007: acrescentou parágrafo 5º ao art. 32, incluindo conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do Ensino Fundamental.
- Lei nº 11.330/2006: deu nova redação ao parágrafo 3º do art. 87, referente ao recenseamento de estudantes no Ensino Fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 a 14 anos e de 15 a 16 anos de idade.
- Lei nº 11.274/2006: alterou a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87, dispondo sobre a duração de 9(nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.
- Lei nº 11.114/2005: alterou os arts. 6º, 30, 32 e 87, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino Fundamental aos seis anos de idade.
- Lei nº 10.793/2003: alterou a redação do art. 26, parágrafo 3º, e do art.92, com referência à Educação Física nos ensinos fundamental e médio.
- Lei nº 10.709/2006: acrescentou incisos aos arts. 10 e 11, referentes ao transporte escolar.
- Lei nº 10.287/2001: incluiu inciso no art. 12, referente a notificação ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos estudantes que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido por lei.
- Lei nº 9.475/1997: deu nova redação ao art. 33, referente ao ensino religioso.

uma educação pública de qualidade significa propiciar o acesso aos bens culturais que permeiam as disciplinas, os saberes e os valores de cada instituição escolar e que são passados aos alunos.

O município e seus entes municipal e estadual, responsáveis pelo atendimento da faixa etária, realizam diversas ações para ampliar a oferta de vagas no ensino fundamental e a permanência desses alunos no ciclo, como ampliação de unidades, reordenamento de vagas, divulgação de período de matrículas, programas para atendimento a demanda social, cultural e local.

Ao analisar os dados do desenvolvimento da meta, gráfico 2.1, constatou-se que as matrículas encontram-se estabilizadas, com expectativas de manutenção das porcentagens praticadas para os próximos anos que podem ser justificadas pela distorção idade-série.

Gráfico 2.1 Número e percentual da população de 6 a 14 anos de idade que frequentava a escola ou creche – Santo André – 2014-2018



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Como já explicado anteriormente o problema da defasagem do censo demográfico e a perspectiva que as projeções populacionais oferecem nos impedem de um diagnóstico correto quanto aos índices de distorção idade-série, já que as escolas não possuem lista de espera, e principalmente na rede estadual a matrícula é garantida a qualquer um que procurar a rede.

Observando as figuras 2.1 e 2.2 podemos verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal e estadual.

Figura 2-1 Indicador 2A – Percentual da população de 6 e 14 anos que frequentam a escola – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

Figura 2-2 Indicador 2B – Percentual de pessoas com 16 anos com o fundamental concluído – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

Para melhor avaliação do atendimento a faixa dos 6 a 14 anos, analisamos o Ensino Fundamental I e II separadamente, sendo o ensino fundamental I dividido entre município e estado e o ensino fundamental II de competência apenas do estado, portanto entenda-se que as ações descritas e executadas por cada ente competem ao atendimento de suas respectivas etapas ensinos.

Para um correto levantamento de demanda analisamos a cidade por área de ponderação, além de separar o tipo de atendimento para cada etapa de ensino, fundamental I e II respectivamente nas faixas etárias de 6 a 10 anos e de 11 a 14 anos, no atendimento municipal, estadual e particular, portanto as porcentagens de atendimento da rede municipal, estadual e particular são analisadas de forma separada como pode ser verificado nas tabelas 2.1 e 2.2.

Tabela 2.1 Atendimento por tipo de ensino (municipal/estadual/particular) na educação fundamental I de 6 a 10 anos em 2018.

Área de Ponderação	População Total	População Atendida Municipal	População Atendida Estadual	População Atendida Particular	% Atendimento
	6-10 anos	6-10 anos	6-10 anos	6-10 anos	6-10 anos
1 - Assunção	1.337	229	738	1.336	172,25%
2 - Camilópolis	1.595	1.581	904	1.187	230,20%
3 - Campestre	1.798	483	343	3.203	224,10%
4 - Cata Preta	3.401	2.287	267	0	75,09%
5 - Centro	891	0	655	1.515	243,45%
6 - Cidade São Jorge	2.942	1.236	0	145	46,94%
7 - Cond. Maracanã	2.878	264	1.250	163	58,27%
8 - Jd Bom Pastor	1.604	422	272	375	66,64%
9 - Jd. Cristiane	1.609	431	0	720	71,52%
10 - Jd. do Estádio	1.975	1.150	300	101	78,52%
11 - Jd. Sto André	3.238	770	525	133	44,10%
12 - Nações	1.365	236	1.628	319	159,90%
13 - Pq. Andreense	1.518	351	945	556	122,04%
14 - Pq. Capuava	2.585	727	375	0	42,62%
15 - Pq. João Ramalho	1.933	1.003	0	893	98,09%
16 - Pq. Novo Oratório	1.717	967	1.008	1.261	188,45%
17 - Pq. Oratório	1.503	486	670	25	78,55%
18 - Sta Terezinha	1.521	323	0	1.301	106,80%
19 - Vila Humaitá	1.679	1.207	924	297	144,62%
20 - Vila Linda	2.191	925	301	0	55,95%
21 - Vila Luzita	2.054	0	803	506	63,73%
22 - Vila Palmares	2.384	561	644	0	50,55%
23 - Vila Pires	1.441	1.494	1.079	1.044	251,02%
Total	45.160	17.133	13.631	15.080	101,52%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Tabela 2.2 Atendimento por tipo de ensino (municipal/estadual/particular) na educação fundamental I de 11 a 14 anos em 2018.

Área de Ponderação	População Total	População Atendida Municipal	População Atendida Estadual	População Atendida Particular	% Atendimento
	11-14 anos	11-14 anos	11-14 anos	11-14 anos	11-14 anos
1 - Assunção	1.044	-	1.038	952	190,68%
2 - Camilópolis	1.460	-	971	781	120,00%
3 - Campestre	1.412	-	640	2.272	206,28%
4 - Cata Preta	3.290	-	503	0	15,29%
5 - Centro	935	-	1.830	1.396	345,13%
6 - Cidade São Jorge	2.434	-	834	148	40,34%
7 - Cond. Maracanã	2.431	-	838	122	39,49%
8 - Jd Bom Pastor	1.310	-	873	378	95,51%
9 - Jd. Cristiane	1.800	-	228	539	42,61%
10 - Jd. do Estádio	1.813	-	1.210	134	74,13%
11 - Jd. Sto André	3.015	-	685	90	25,71%
12 - Nações	1.311	-	1.832	412	171,19%
13 - Pq. Andreense	1.311	-	2.146	398	194,08%
14 - Pq. Capuava	2.099	-	912	0	43,44%
15 - Pq. João Ramalho	1.747	-	0	530	30,33%
16 - Pq. Novo Oratório	1.537	-	1.607	975	168,02%
17 - Pq. Oratório	1.346	-	764	0	56,76%
18 - Sta Terezinha	1.487	-	1.334	976	155,32%
19 - Vila Humaitá	1.437	-	1.319	184	104,60%
20 - Vila Linda	1.818	-	380	0	20,90%
21 - Vila Luzita	1.715	-	2.517	190	157,83%
22 - Vila Palmares	2.576	-	187	71	10,01%
23 - Vila Pires	1.414	-	1.176	651	129,24%
Total	40.741	-	23.824	11.199	85,96%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

A fim de qualificar o atendimento prestado, dentre os grupos de trabalho da rede municipal formados em 2017 pelo CEPEC para discussão da proposta curricular, houve um específico para o ensino fundamental discutir aspectos acerca da avaliação em suas dimensões, a saber: Avaliação de Aprendizagem e Avaliação de Sistema. Nesta proposta encontram-se textos contendo princípios orientadores que auxiliarão nas decisões referentes aos processos de avaliação interno das Unidades Escolares, bem como da organização de um instrumento de avaliação interna viabilizado pela Secretaria de Educação. Essa proposta curricular foi finalizada em setembro de 2018 e, a partir daí, deu-se início ao trabalho de formação junto ao grupo de Assistentes Pedagógicos da rede em relação aos princípios contidos nos textos orientadores de cada uma das dimensões supracitadas.

O desdobramento deste trabalho formativo visará o alcance de metas como a de elaborar instrumentos próprios para concretizar a concepção de avaliação processual assumida pela rede e planejar como se dará a execução de uma avaliação interna do sistema educacional que abrange a rede municipal, como meio de auxiliar os processos de ensino-aprendizagem, bem como favorecer as análises da SE acerca de providências a serem tomadas para qualificar os mesmos, em nível macro.

Acredita-se que, com tais ações, serão possíveis a partir de 2019, viabilizar a real execução de uma avaliação mediadora como mecanismo de planejamento e acompanhamento individualizado dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental.

A rede estadual já possui sua própria metodologia com a realização do SARESP uma vez por ano e também há a AAP bimestralmente. Ambas são avaliações externas aplicadas a todas as escolas estaduais do município, com o objetivo de verificar o alcance ou não dos objetivos educacionais, no que tange à aquisição de habilidades e competências ligadas ao ensino e aprendizagem.

Além de garantir a matrícula e a qualidade do ensino, também é fortalecido o acompanhamento e o monitoramento da permanência de todos os alunos do ensino fundamental, tendo em vista que a Prefeitura trabalha com educação infantil e ensino fundamental I, faixa etária de 0 a aproximadamente 10 anos aproximadamente, verifica-se a baixa taxa de evasão, uma vez que nesta faixa etária os alunos têm obrigatoriamente o acompanhamento dos responsáveis para ingresso na Unidade Escolar.

As unidades escolares são orientadas pelas coordenadoras de setor a monitorar a frequência dos alunos, de forma que sempre que um aluno apresentar faltas consecutivas, a secretaria da escola deve entrar em contato com os responsáveis para obter uma justificativa. Caso não tenha sucesso nessa tentativa, as Unidades Escolares encaminham carta às famílias dando um prazo para comparecimento e, se mesmo assim não houver um retorno, o Conselho Tutelar é acionado a fim de se verificar as possíveis causas desse não comparecimento.

Ressaltamos também que mensalmente é realizado um mapa de movimento, com os dados de atendimento das EMEIEFs e Creches o qual tem finalidade de monitorar e acompanhar o atendimento da rede municipal de ensino.

É próprio também da rede municipal que ocorram reuniões de Conselho de Ciclo ao final de cada trimestre letivo em que são discutidos os diferentes processos de aprendizagem dos alunos de todos os anos, bem como, são realizados encaminhamentos para que ninguém fique a margem. Além disso, desde o 2º semestre de 2017 a rede conta com um projeto institucional da Secretaria Municipal de Educação chamado Mais Saber que tem como objetivo oferecer aulas, artes musicais, sustentabilidade, cidadania e valores, atividades rítmicas e recreativas.

Em 2018 a SE aderiu ao Programa Federal Mais Alfabetização que visa fortalecer e alicerçar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Para isso, o Ministério da Educação garantirá apoio adicional, prioritariamente no turno regular, do assistente de alfabetização ao professor alfabetizador.

A Diretoria Regional de Ensino de Santo André com a instituição da Resolução SE 42, de 18/08/2015, trouxe à obrigação de todas as Escolas de, mais acirradamente, promoverem ações de alerta, advertência aos Responsáveis e de chamamento dos Alunos à frequência, sempre que as faltas atingirem 10% do permitido em lei. Trata-se do Programa “Quem falta, faz falta”. Além da Lei 9394 de 1996 que obriga a serem notificados o Conselho Tutelar, a Vara da Infância e o Ministério Público quanto ao excesso de faltas. Este trabalho é realizado também em parceria com os Conselhos Tutelares e sempre que identificada alguma criança em idade escolar sem matrícula ativa, localizamos uma vaga em escola pública, preferencialmente próxima à residência.

Segundo o Relatório do **2º ciclo de Monitoramento das Metas do PNE – 2018**, em uma perspectiva mais ampla, o Brasil alcançou a marca de 97,8% das crianças de 6 a 14 anos na escola em 2017, tendo praticamente universalizado o atendimento escolar nessa faixa etária da população. Observa-se que, no período de 2004 a 2017, há duas tendências: a primeira, de crescimento mais rápido, ocorreu entre 2004 e 2012; a segunda, de crescimento menos vigoroso, ocorreu a partir de 2012. A matrícula aos 6 anos tornou-se obrigatória no Brasil com a Lei n.º 11.274 de 02 de fevereiro de 2006, com prazo para os municípios, estados e o Distrito Federal tornassem a lei efetiva até 2010.

53

Em Santo André pelos dados apresentados podemos concluir que o atendimento a faixa etária de 6 a 10 atende 100% do público, já quando chegamos a faixa etária de 11 a 14 verificamos uma defasagem de 15% no atendimento que nos remete a taxas de abandono e reprovação que contribuem para distorção idade-série.

A distorção idade-série é representada por todos aqueles alunos que possuem um ano ou mais de atraso em relação ao nível/série adequada para sua idade. Este é um fenômeno acumulativo, uma vez que a criança ingressa fora da faixa etária, ou reprova, ou até mesmo abandona e regressa em um período posterior, a mesma não consegue recupera-lo frequentando o ensino regular.

Com os gráficos de 2.2 podemos observar que a distorção idade-série cresce de forma mais acentuada a partir do terceiro ano, que é quando acontecem as primeiras reprovações. Os resultados mais alarmantes para o Fundamental são observados nos anos finais, quando observamos um aumento nas reprovações conforme o gráfico 2.3 e no abandono conforme o gráfico 2.4.

Vale ressaltar que conforme apresentado pelo Censo Escolar-INEP, as unidades escolares das regiões mais carentes, onde se concentram as famílias com maior índice de vulnerabilidade

social do município que enfrentam este problema, e o contrario também se mostra verdadeiro, pois as regiões centrais com índices sociais mais elevados quase não apresentam ou não possuem distorção.

Analisando o ensino médio, observamos que o 1º ano possui a maior concentração de distorção da educação básica, resultado proveniente de todo acúmulo dos anos do ensino fundamental, mas ao contrario do ensino fundamental conforme avançamos nas séries existe um decréscimo das taxas de distorção idade-série. Embora esse dado possa parecer positivo, podemos relacionar esta queda com as elevadas taxas de abandono praticadas no EM, conforme os gráficos mencionados, e conforme o gráfico 3.5 que mostra a quantidade de matrículas ano a ano nos últimos 8 anos.

Conforme dados apresentados pelo Censo Escolar-INEP é possível identificar que o abandono escolar também é característico das regiões onde as famílias apresentam maior índice vulnerabilidade social.

Gráfico 2.2 Taxa de Distorção Idade-série da Rede Pública Ensino Fundamental e Médio

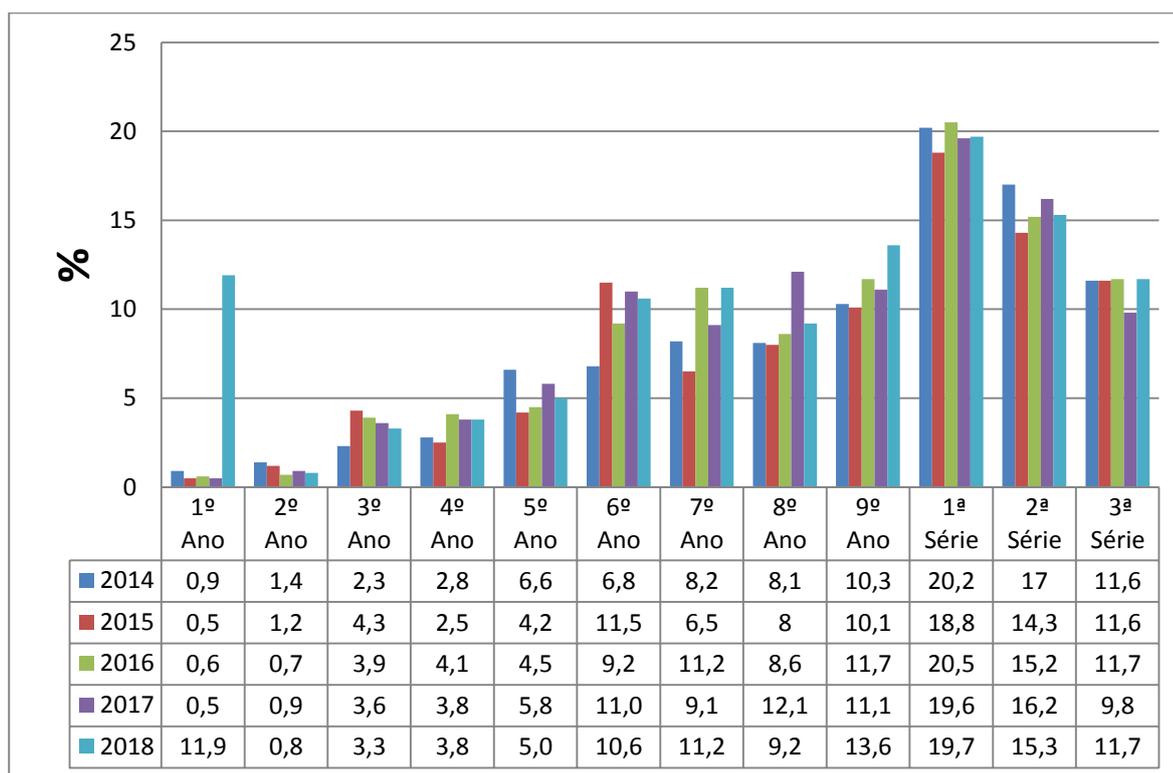


Gráfico 2.3 Taxa de Reprovação da Rede Pública Ensino Fundamental e Médio

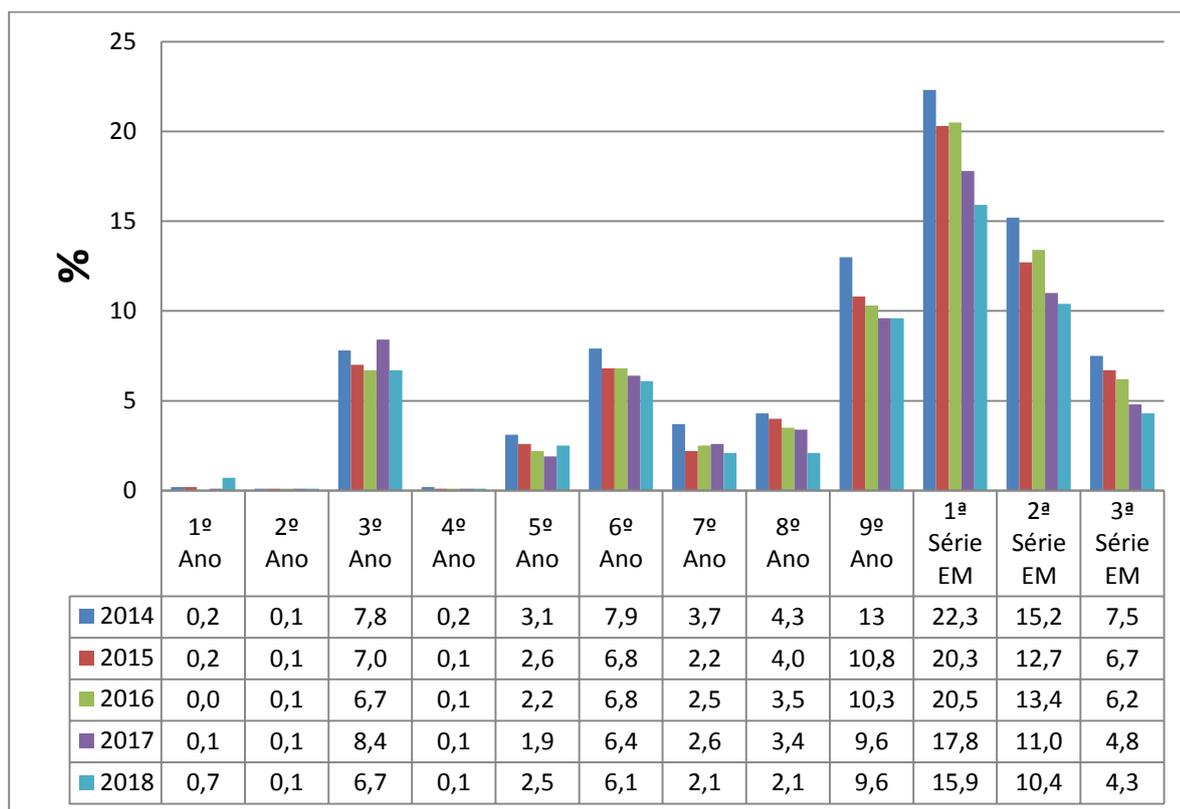


Gráfico 2.4 Taxa de Abandono da Rede Pública Ensino Fundamental e Médio

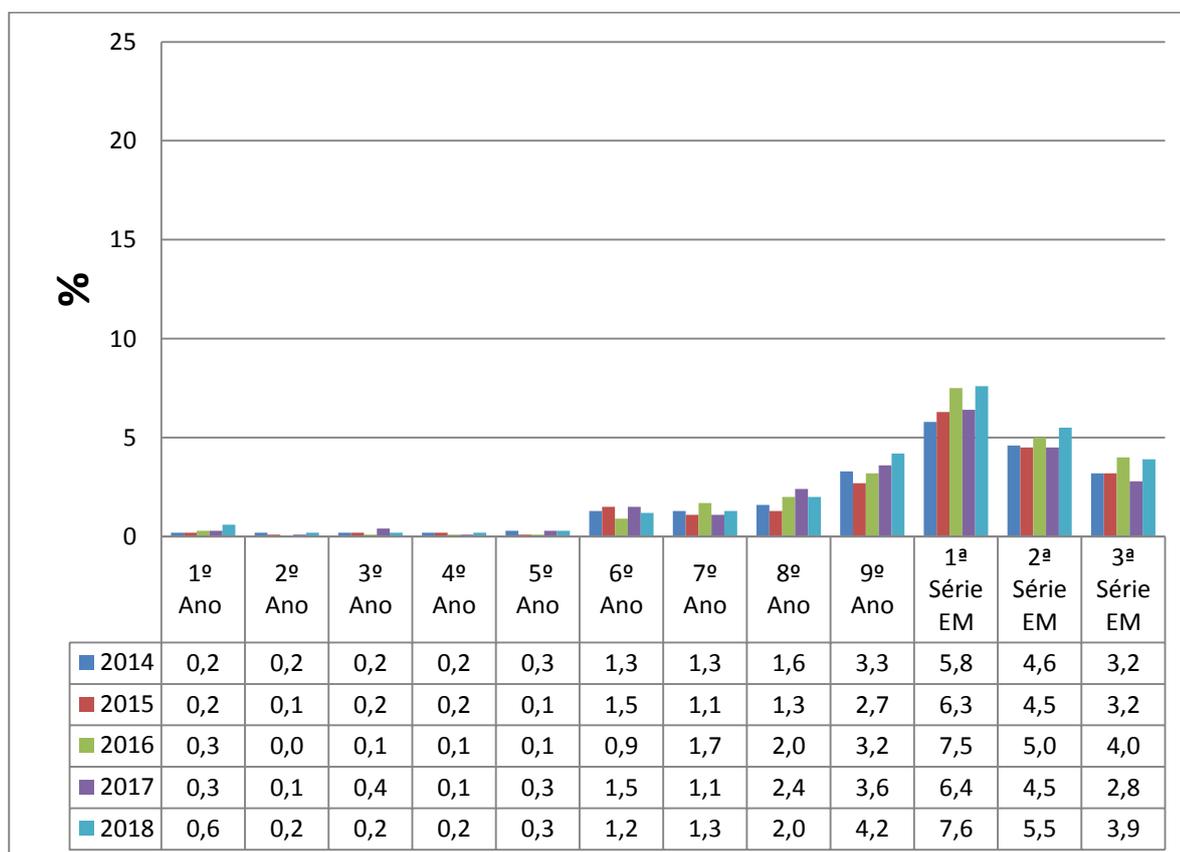
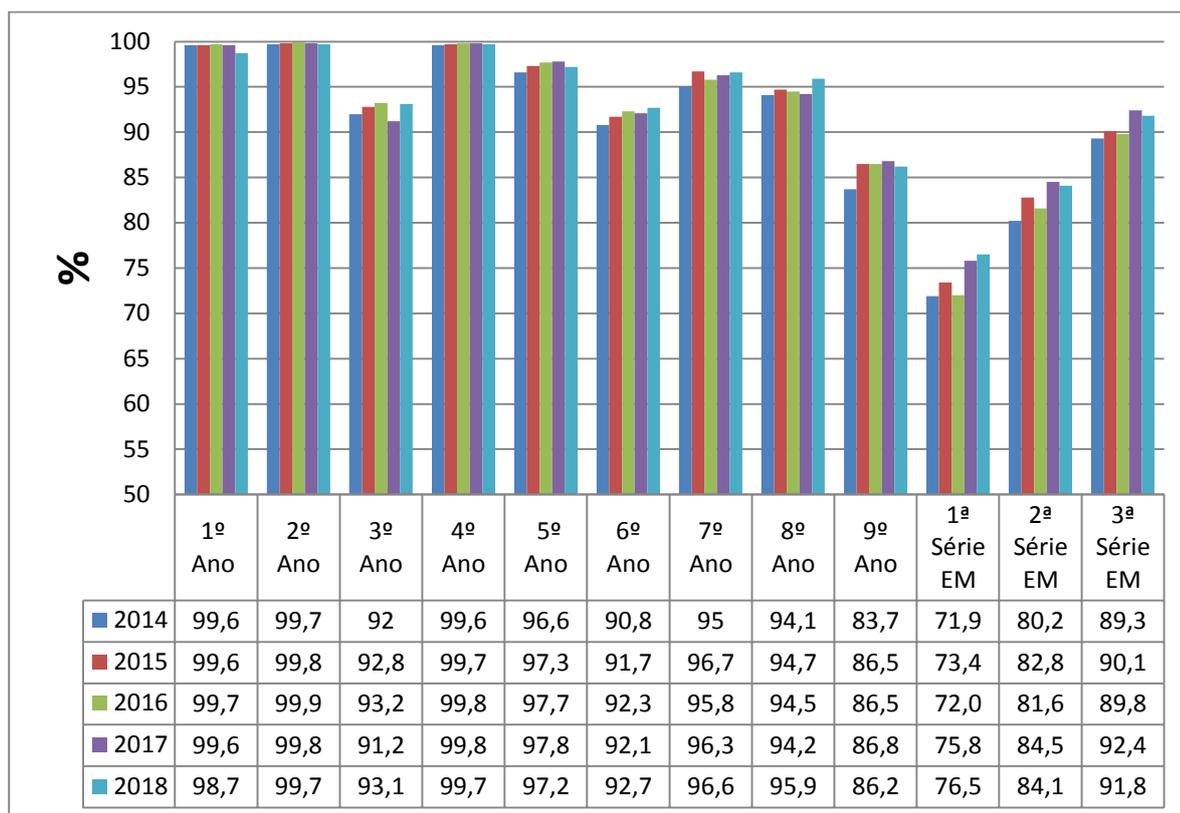


Gráfico 2.5 Taxa de Aprovação da Rede Pública Ensino Fundamental e Médio



Analisando as séries históricas de 2008 a 2018, da tabela 2.3 a tabela 2.7 e os gráficos 2.5 e 2.6, podemos verificar de forma mais detalhada que ao longo destes 10 anos a taxa de aprovação vem crescendo nas diferentes redes, este fato pode estar ligado à atualização da metodologia de ensino durante este período. A perspectiva é que nos próximos anos, de forma gradual, isso vá reduzindo a distorção idade-série e reflita diretamente no Indicador 2B.

Tabela 2.3 Ensino Fundamental – Evolução das taxas de rendimento escolar – Rede Estadual 2008 a 2018.

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total
2008	97,4	89,6	92,5	2,2	8,5	6,1	0,4	1,9	1,4
2009	97,7	90,0	92,8	2,2	9,0	6,6	0,1	1,0	0,6
2010	97,4	89,4	91,8	2,5	9,1	7,1	1,0	1,5	1,1
2011	98,0	89,1	91,6	1,7	7,7	6,0	0,3	3,2	2,4
2012	97,8	89,6	92	1,8	7,1	5,6	0,4	3,3	2,4
2013	97,9	90,4	92,5	1,8	7,1	5,5	0,3	2,5	2,0
2014	98,3	90,5	92,9	1,5	7,5	5,7	0,2	2,0	1,4
2015	98,7	92,1	94,4	1,2	6,2	4,4	0,1	1,7	0,8
2016	98,5	91,8	94,2	1,3	6,2	4,4	0,5	2,0	1,4
2017	98,2	92,2	94,4	1,4	5,7	4,1	0,4	2,1	1,5
2018	98,5	93,2	95,2	1,0	4,7	3,4	0,5	2,1	1,4

Fonte: INEP

Tabela 2.4 Ensino Fundamental – Evolução das taxas de rendimento escolar – Rede Municipal 2008 a 2018.

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total
2008	95,8	-	95,8	3,5	-	3,5	0,7	-	0,7
2009	94,9	-	94,9	4,8	-	4,8	0,3	-	0,3
2010	94,4	-	94,4	5,3	-	5,3	0,3	-	0,3
2011	94,4	-	94,4	5,1	-	5,1	0,5	-	0,5
2012	94,9	-	94,9	4,9	-	4,9	0,2	-	0,2
2013	95,9	-	95,9	4,0	-	4,0	0,1	-	0,1
2014	96,9	-	96,9	2,9	-	2,9	0,2	-	0,2
2015	97,0	-	97,0	2,8	-	2,8	0,2	-	0,2
2016	97,5	-	97,5	2,3	-	2,3	0,2	-	0,2
2017	97,0	-	97,0	2,8	-	2,8	0,2	-	0,2
2018	96,9	-	96,9	2,9	-	2,9	0,7	-	0,7

Fonte: INEP

Tabela 2.5 Ensino Fundamental – Evolução das taxas de rendimento escolar – Rede Pública 2008 a 2018.

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total
2008	96,7	89,6	93,3	2,8	8,5	5,6	0,5	1,9	1,1
2009	96,4	90,0	93,3	3,4	9,0	6,2	0,2	1,0	0,5
2010	95,8	89,4	92,5	4,0	9,1	6,7	0,2	1,5	0,8
2011	95,9	89,1	92,4	3,6	7,7	5,8	0,5	3,2	1,8
2012	96,1	89,6	92,8	3,6	7,1	5,4	0,3	3,3	1,8
2013	96,7	90,4	93,5	3,1	7,1	5,1	0,2	2,5	1,4
2014	97,5	90,5	94,1	2,3	7,5	4,8	0,2	1,4	1,1
2015	97,8	92,1	95,3	2,1	6,2	3,9	0,1	1,7	0,8
2016	98,0	91,8	95,3	1,9	6,2	3,8	0,1	2,0	0,9
2017	97,5	92,2	95,2	2,2	5,7	3,7	0,3	2,1	1,1
2018	97,6	93,2	95,7	2,1	4,7	3,2	0,3	2,1	1,1

Fonte: INEP

Tabela 2.6 Ensino Fundamental – Evolução das taxas de rendimento escolar – Rede Particular 2008 a 2018.

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total
2008	99,3	96,3	97,9	0,7	3,7	2,1	-	-	-
2009	99,0	96,3	97,7	1,0	3,7	2,3	-	-	-
2010	99,0	95,3	97,3	1,0	4,6	2,7	-	0,1	-
2011	99,0	95,5	97,4	1,0	4,5	2,6	-	-	-
2012	98,9	95,5	97,3	1,1	4,4	2,7	-	-	-
2013	99,0	96,4	97,8	1,0	3,6	2,2	-	-	-
2014	99,0	96,4	97,8	1,0	3,6	2,2	-	-	-
2015	99,2	96,7	98,1	0,8	3,3	1,9	-	-	-
2016	99,3	97,1	98,4	2,9	0,2	1,6	-	-	-
2017	99,5	98,2	98,9	0,5	1,8	1,1	-	-	-
2018	99,6	98,5	99,1	0,4	1,5	0,9	-	-	-

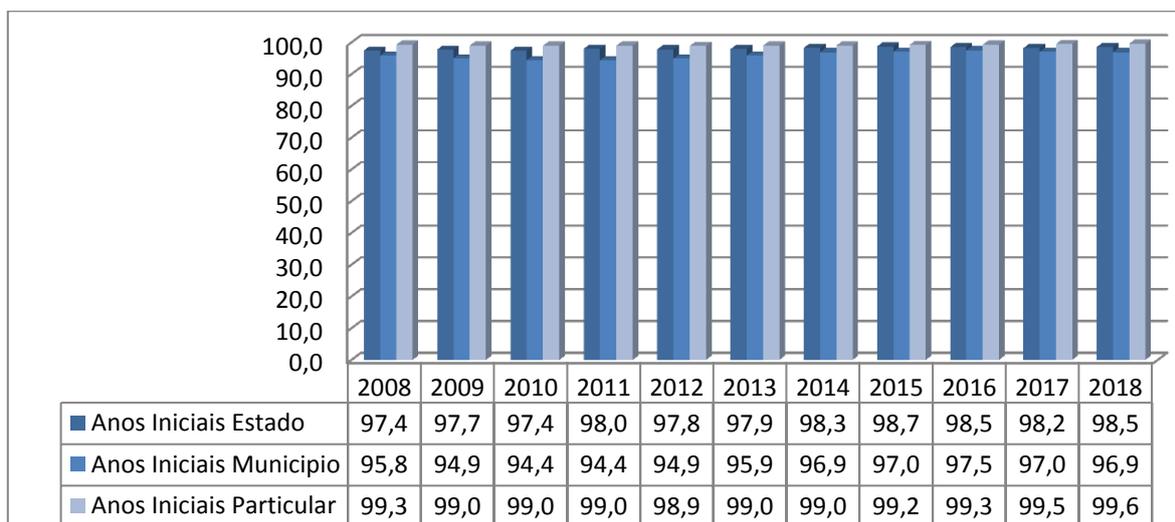
Fonte: INEP

Tabela 2.7 Ensino Fundamental – Evolução das taxas de rendimento escolar – Total das Redes 2008 a 2018.

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total
2008	97,3	91,1	94,3	2,3	7,4	4,8	0,4	1,5	0,9
2009	97,0	91,5	94,3	2,8	7,8	5,2	0,2	0,7	0,5
2010	96,7	90,8	93,7	3,1	8,0	5,6	0,2	1,2	0,7
2011	96,8	90,7	93,7	2,9	6,9	4,9	0,3	2,4	1,4
2012	97,0	91,2	94,1	2,8	6,4	4,6	1,3	0,2	2,4
2013	97,4	92,0	94,8	2,4	6,1	4,2	0,2	1,9	1,0
2014	97,9	92,2	95,2	1,9	6,4	4,0	0,2	1,4	0,8
2015	98,2	93,6	96,2	1,7	5,3	3,2	0,1	1,1	0,6
2016	98,4	93,5	96,3	1,5	5,1	3,1	0,1	1,4	0,6
2017	98,2	94,1	96,4	1,7	4,5	2,9	0,1	1,4	0,7
2018	98,3	94,9	96,8	1,5	3,7	2,5	0,2	1,4	0,7

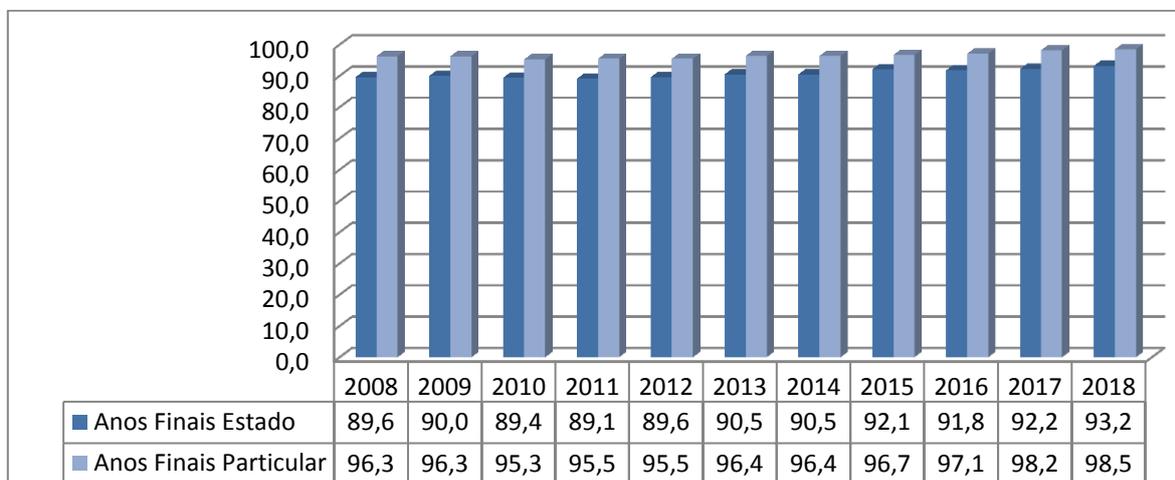
Fonte: INEP

Gráfico 2.6 Taxa de aprovação do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental 2008 a 2018.



Fonte: INEP

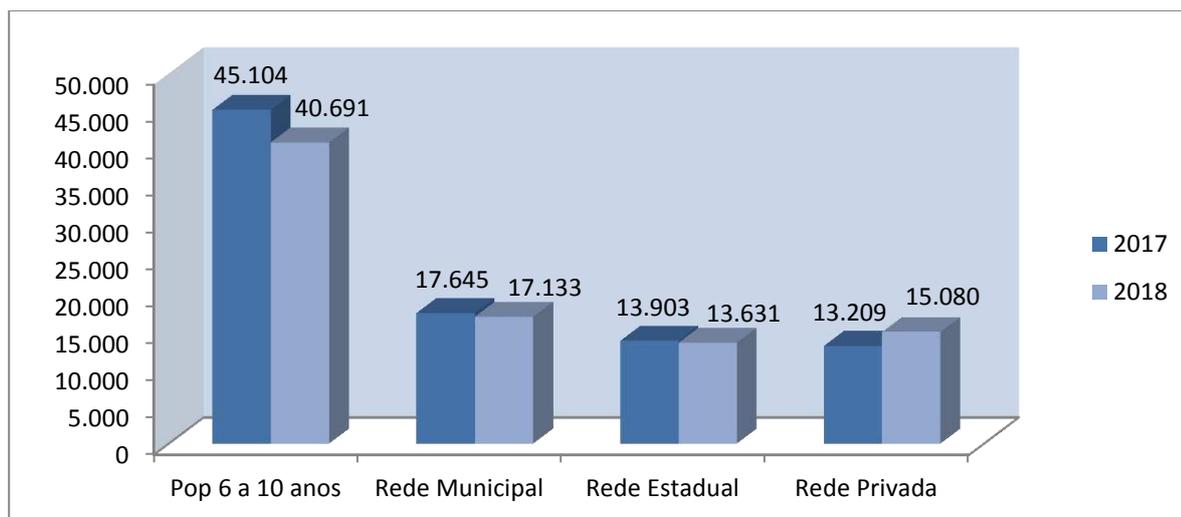
Gráfico 2.7 Taxa de aprovação 6º a 9º ano do Ensino Fundamental 2008 a 2018.



Fonte: INEP

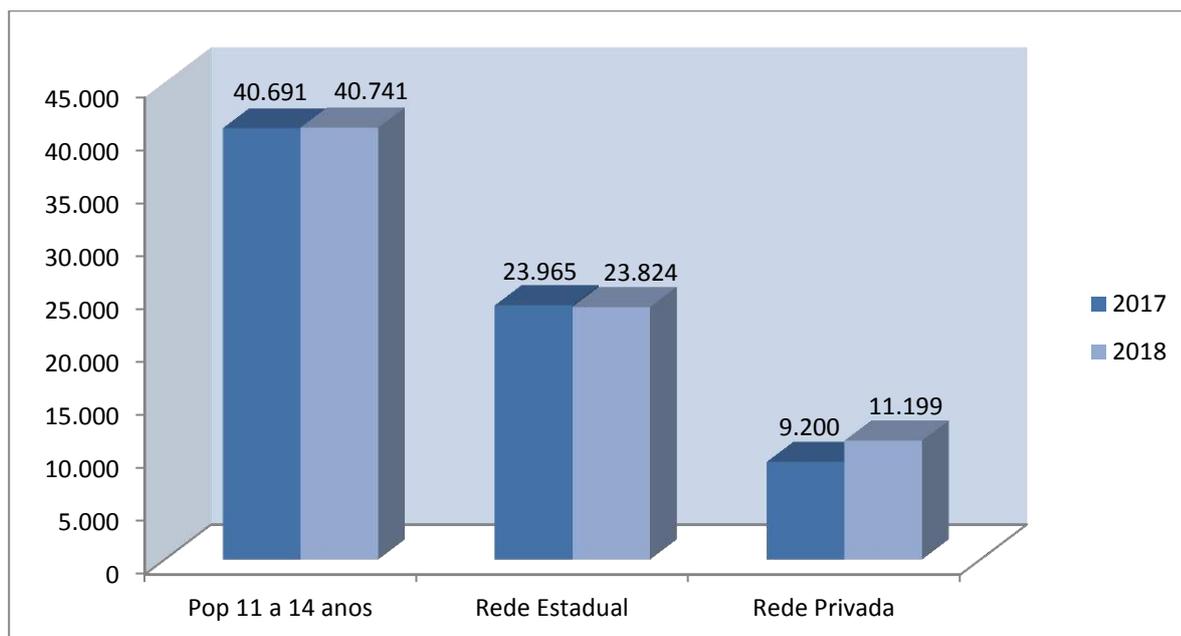
As estratégias de cada meta qualificam os indicadores, mas o atendimento de todas as estratégias não garante o atendimento do indicador, visto este ser quantitativo. A meta trata do ensino fundamental de 9 anos, para faixa etária de 6 a 14 anos e para elucidar o atendimento oferecido para o ensino fundamental I e II e por tipo de ensino (particular, estadual e municipal) seguem os gráficos 2.8, 2.9 e 2.10 com o detalhamento do atendimento.

Gráfico 2.8 Atendimento por tipo de ensino da etapa do Ensino Fundamental I na faixa etária de 6 a 10 anos.



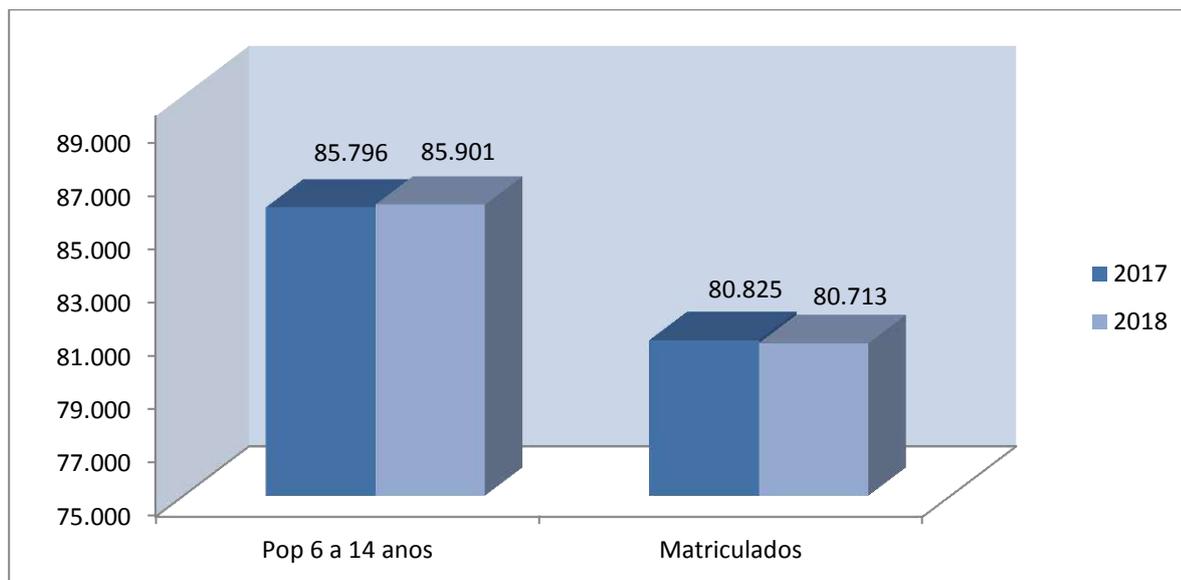
Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Gráfico 2.9 Atendimento por tipo de ensino da etapa do Ensino Fundamental II na faixa etária de 11 a 14 anos.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Gráfico 2.10 Atendimento total no Ensino Fundamental I e II para faixa etária dos 6 aos 14 anos.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Nos gráficos 2.11 e 2.12 é possível verificar a variação de alunos por ano do ensino fundamental, desde 2010. Outra forma de mostrar o número decrescente de alunos por turma no ensino fundamental II, que ano a ano reflete a distorção idade-série causada por abandono e reprovação.

60

Gráfico 2.11 Quantidade de alunos por turma – Anos Iniciais – 2010-2018

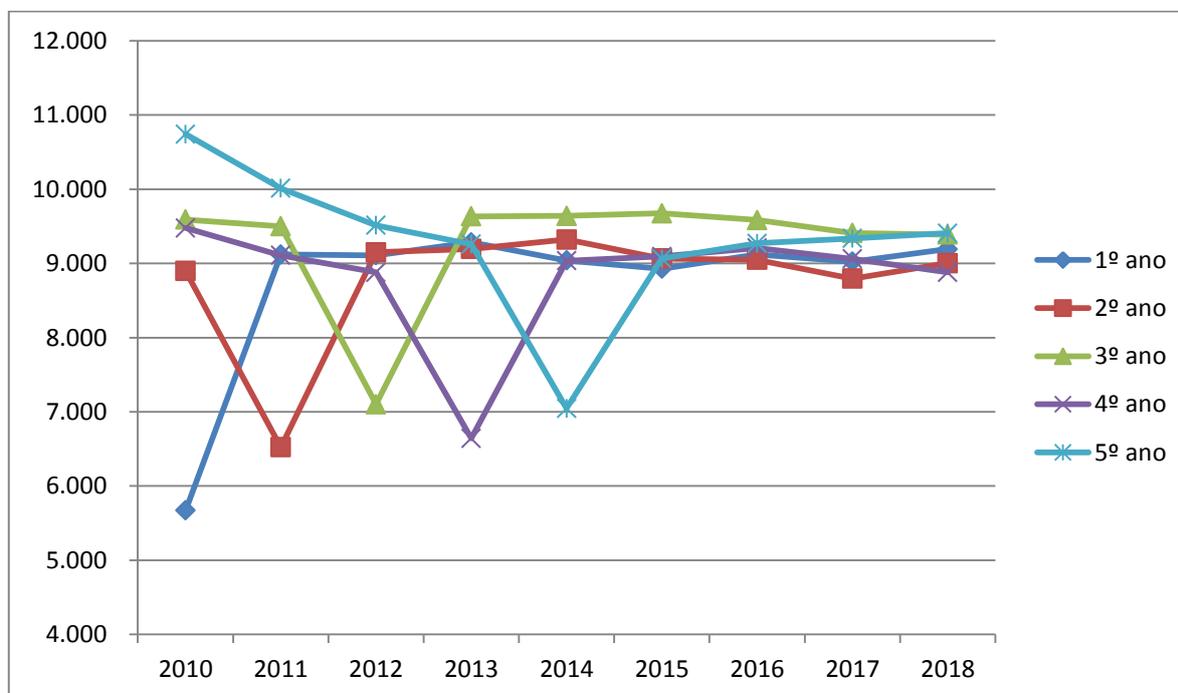
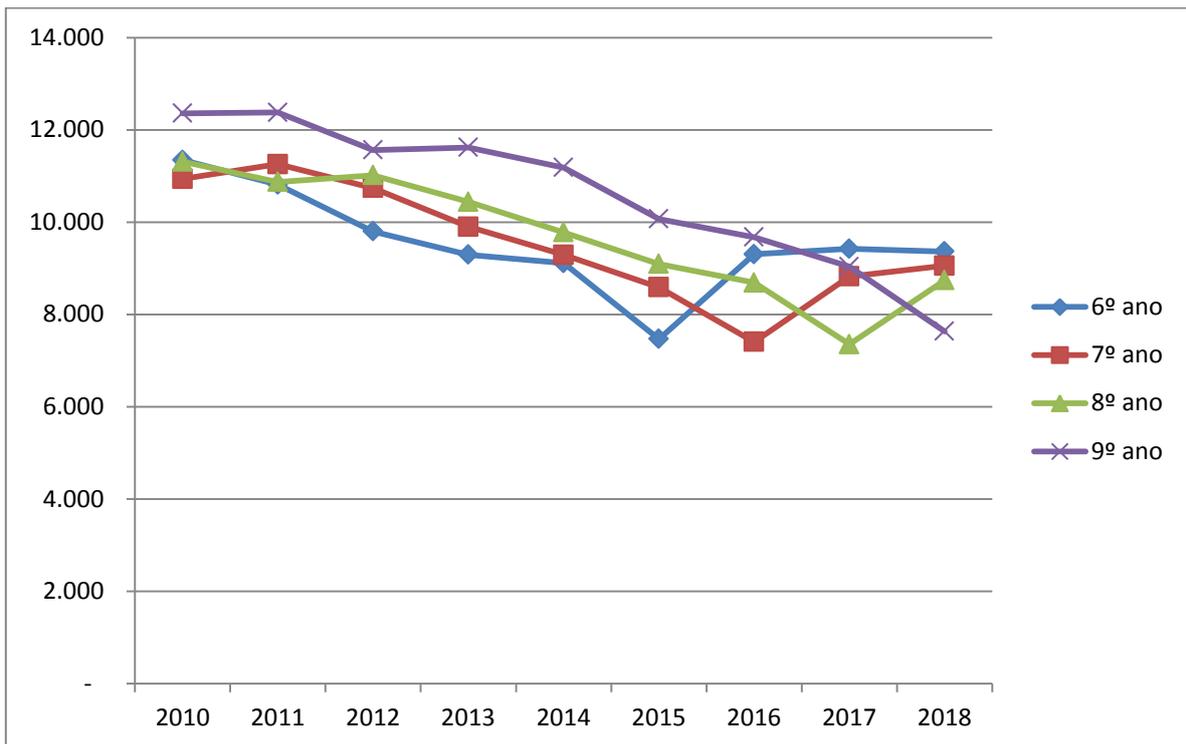


Gráfico 2.12 Quantidade de alunos por turma – Anos Finais – 2010-2018



META 3

UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016, O ATENDIMENTO ESCOLAR PARA TODA A POPULAÇÃO DE 15 (QUINZE) A 17 (DEZESSETE) ANOS E ELEVAR, ATÉ 2020, A TAXA LÍQUIDA DE MATRICULAS NO ENSINO MÉDIO PARA 100% (CEM POR CENTO).



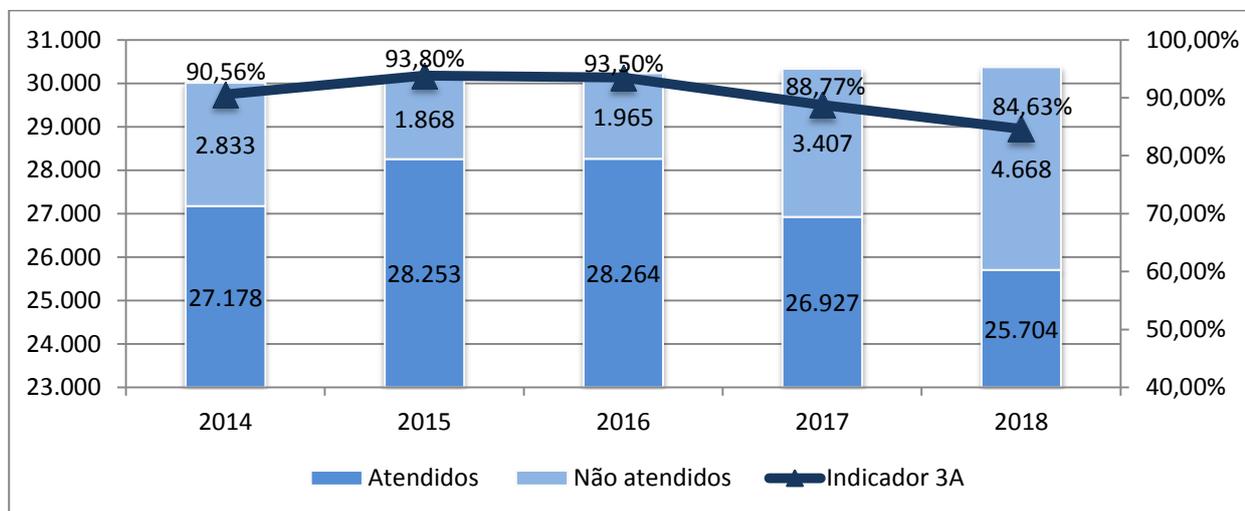
3 - Descrição da Meta: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 100% (cem por cento).

Indicador 3A	Descrição do Indicador: percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta escola											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	91,41%	95,12%	94,22%	90,17%	86,82%	89,01%	91,2%	93,39%	95,58%	97,77%	100%
Diferença entre MP e ME	----	+2,39%	-1,62%	-5,45%	-5,54%							
Meta executada no período	90,56%	93,8%	93,50%	88,77%	84,63%							
Indicador 3B	Descrição do Indicador: porcentagem da população de 15 a 17 anos matriculada no ensino médio.											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	68,94%	73,81%	76,71%	79,89%	77,41%	81,17%	84,93%	88,69%	92,45%	96,21%	100%
≠ MP e ME	----	+1,96%	-0,01%	+0,69	-6,24%							
Meta executada no período	65,84%	70,90%	73,80%	77,02%	73,65%							

Esta meta quando posta nacionalmente objetiva, além de universalizar o acesso à educação entre a população de 15 a 17 anos, garantir que, ao menos 85% desses jovens estejam frequentando o ensino médio, que corresponde à etapa de ensino considerada adequada para essa faixa etária. De forma articulada, os dois objetivos da meta consistem em universalizar o acesso à educação básica e induzir sua conclusão até os 17 anos de idade.

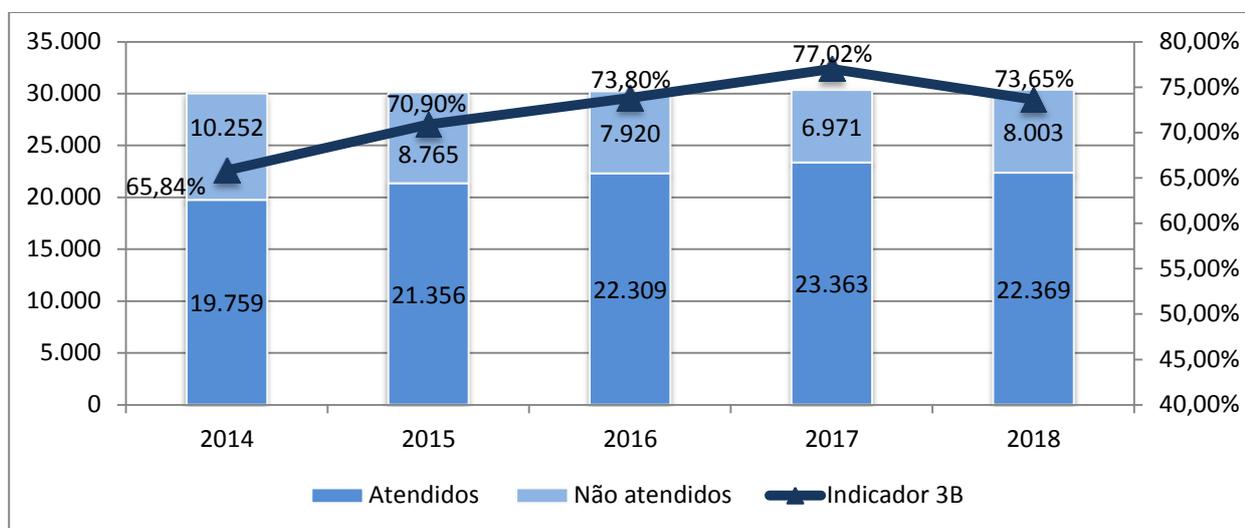
Ao analisar os dados do desenvolvimento da meta, gráficos 3.1 e 3.2, constatou-se que as matrículas encontram-se em retração, no indicador 3A, este fato pode ser devido defasagem do censo demográfico e a perspectiva que as projeções populacionais oferecem em conjunto com a elevada taxa de abandono nesta faixa etária.

Gráfico 3.1 Número e percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava a escola – 2014-2018.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Gráfico 3.2 Número e percentual da população de 15 a 17 anos de idade matriculados no ensino médio – 2014-2018.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

O atendimento escolar da população de 15 a 17 anos de idade no ensino médio apresenta uma tendência de crescimento, ou seja, ao longo do período analisado houve uma redução na taxa de distorção idade-série, embora ela continue bem elevada. O que também nos permite adiantar que não será possível até 2025 atender a universalização da taxa líquida de matrículas pra faixa etária proposta pelo PME, já que temos uma alta taxa de distorção idade-série para sanar.

Conforme tabela 3.1 e gráfico 3.3, podemos identificar que a taxa de aprovação ao longo do período analisado vem crescendo, fator que auxilia na diminuição da taxa de distorção idade-série, a perspectiva é que nos próximos anos, de forma gradual, isso reflita diretamente no Indicador 3B.

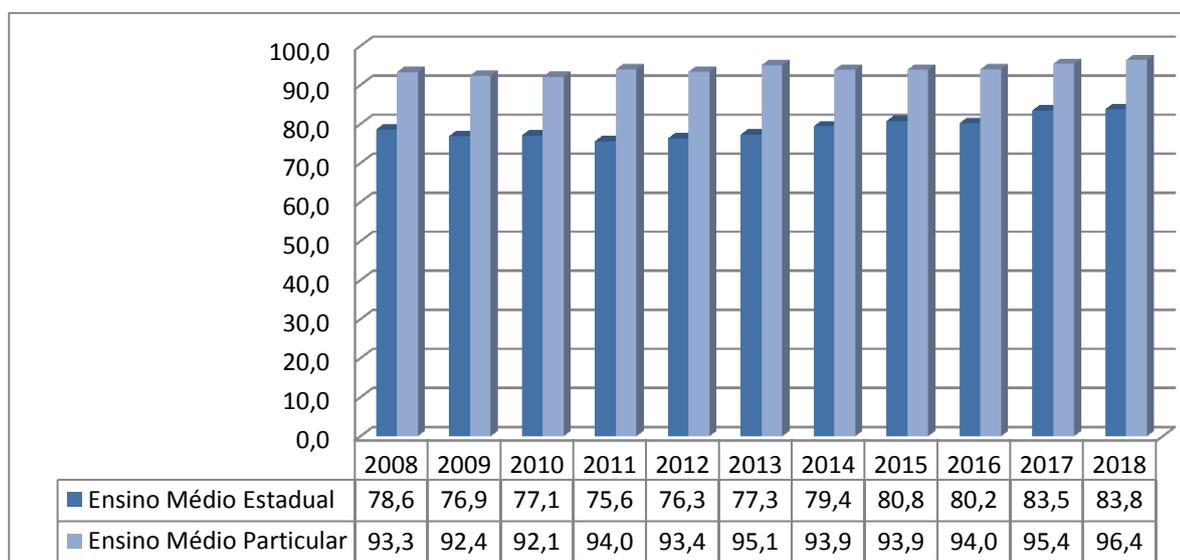
Tabela 3.1 Ensino Médio – Evolução das taxas de rendimento escolar por dependência administrativa de 2008 a 2018.

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Estadual	Particular	Total	Estadual	Particular	Total	Estadual	Particular	Total
2008	78,6	93,3	81,2	17,1	6,7	15,2	4,3	0	3,6
2009	76,9	92,4	79,9	21,1	7,6	18,5	2	0	1,6
2010	77,1	92,1	80	19,8	7,4	17,4	3,1	0,5	2,6
2011	75,6	94	79,3	17,3	6	15	7,1	0	5,7
2012	76,3	93,4	80,2	16,7	6,6	14,4	7	0	5,4
2013	77,3	95,1	81,5	16,5	4,9	13,8	6,2	0	4,7
2014	79,4	93,9	83,1	15,9	6,1	13,4	4,7	0	3,5
2015	80,8	93,9	84,3	14,3	5,9	12,1	4,9	0,2	3,6
2016	80,2	94	83,6	14,1	6	12	5,7	0	4,4
2017	83,5	95,4	86,5	11,8	4,6	10	4,7	0	3,5
2018	83,8	96,4	86,9	10,5	3,6	8,8	5,7	0	4,3

Fonte: INEP

66

Gráfico 3.3 Taxa de aprovação Ensino Médio 2008 a 2018.



Fonte: INEP

Observando a figura 3.1 podemos verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal e estadual.

Figura 3-1 Indicador 3A – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta escola – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

Figura 3-2 Indicador 3B – Porcentagem da população de 15 a 17 anos matriculada no ensino médio. – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

Na tentativa de identificar as áreas deficitárias, separamos a demanda por área de ponderação, conforme tabela 3.2. Na continuidade, conforme gráfico 3.4, apresentamos a proporção de atendimento em números absolutos para uma melhor compreensão.

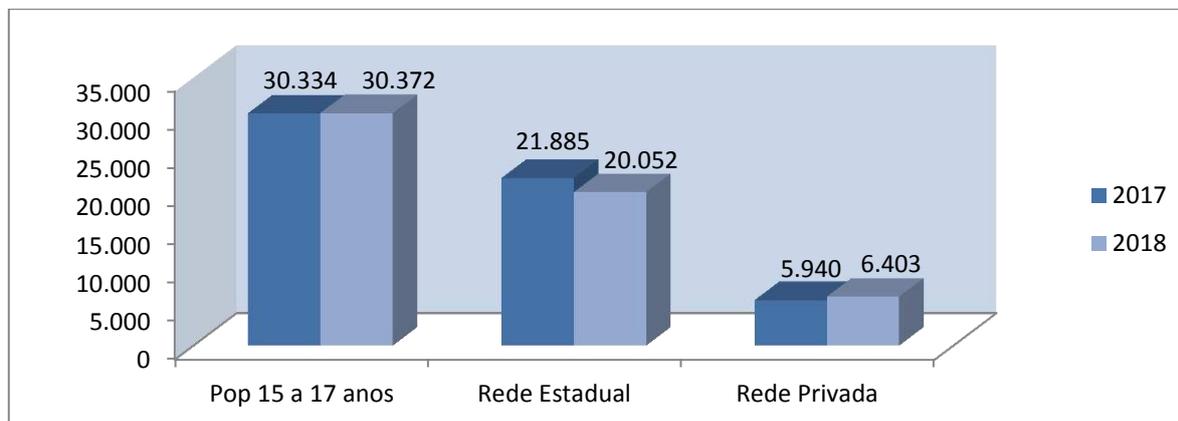
Tabela 3.2 Atendimento por tipo de ensino (estadual/particular) e área de ponderação no ensino médio em 2018.

Área de Ponderação	População Total	População Atendida Estadual	População Atendida Particular	% Atendimento
1 - Assunção	879	1.184	557	198,01%
2 - Camilópolis	1.087	488	479	88,96%
3 - Campestre	996	526	591	112,12%
4 - Cata Preta	2.300	1.328	0	57,74%
5 - Centro	697	2.294	2.610	703,84%
6 - Cidade São Jorge	1.653	1.388	59	87,56%
7 - Cond. Maracanã	1.830	621	0	33,93%
8 - Jd Bom Pastor	1.102	401	60	41,83%
9 - Jd. Cristiane	1.376	147	244	28,41%
10 - Jd. do Estádio	1.368	478	64	39,61%
11 - Jd. Sto André	1.913	844	51	46,79%
12 - Nações	1.032	1.590	167	170,33%
13 - Pq. Andreense	1.010	771	202	96,30%
14 - Pq. Capuava	1.825	671	0	36,77%
15 - Pq. João Ramalho	1.192	357	189	45,81%
16 - Pq. Novo Oratório	1.329	1.217	488	128,29%
17 - Pq. Oratório	945	768	20	83,40%
18 - Sta Terezinha	1.121	1.461	322	159,02%
19 - Vila Humaitá	1.082	374	45	38,73%
20 - Vila Linda	1.656	630	129	45,84%
21 - Vila Luzita	1.134	846	0	74,58%
22 - Vila Palmares	1.682	202	73	16,35%
23 - Vila Pires	1.163	1.466	53	130,66%
Total	30.372	20.052	6.403	87,10%

Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Observações: Proporção relativa a matrículas no ensino médio/projeção população.

Gráfico 3.4 Atendimento por tipo de ensino da etapa do Ensino Médio.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Com a promulgação da LDB 9.394/96, o Ensino Médio passou a ser configurado com uma identidade própria, como etapa responsável pela terminalidade do processo formativo na Educação Básica a qual deve proporcionar ao estudante uma base unitária de modo que o leve a pensar e compreender as determinações da vida social e econômica articulada ao trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Conforme o artigo 35 da LDB, o ensino médio tem por finalidade *“consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando um prosseguimento nos estudos, preparação básica para o trabalho, entre outros como a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea, relacionando a teoria com a prática.”*

Após mais de 20 anos da promulgação da LDB, das emendas acrescidas² e das ações desenvolvidas pelos governos estadual e federal, os sistemas de ensino ainda não alcançaram as mudanças necessárias que atendam às novas demandas do Ensino Médio, estatísticas apontam que pouco mais da metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos atingiu essa etapa da Educação Básica.

A competência de atendimento deste nível de ensino é do Estado, conforme prevê Artigo 10 da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Os estados incumbir-se-ão de: *VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitando o disposto no art. 38 desta Lei.* Desta forma, não há investimentos aplicados nem previstos na meta pela rede municipal.

A rede estadual não conta com espaços culturais ou desportivos próprios, podendo apenas incentivar a participação dos jovens em turmas de ACD – Atividades Curriculares Desportivas e atividades do Programa Escola da Família que atende as necessidades culturais, esportivas aos finais de semana.

² Lei nº 12.061/2009: alterou o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da LDB, para assegurar o acesso de todos os interessados ao Ensino Médio público.

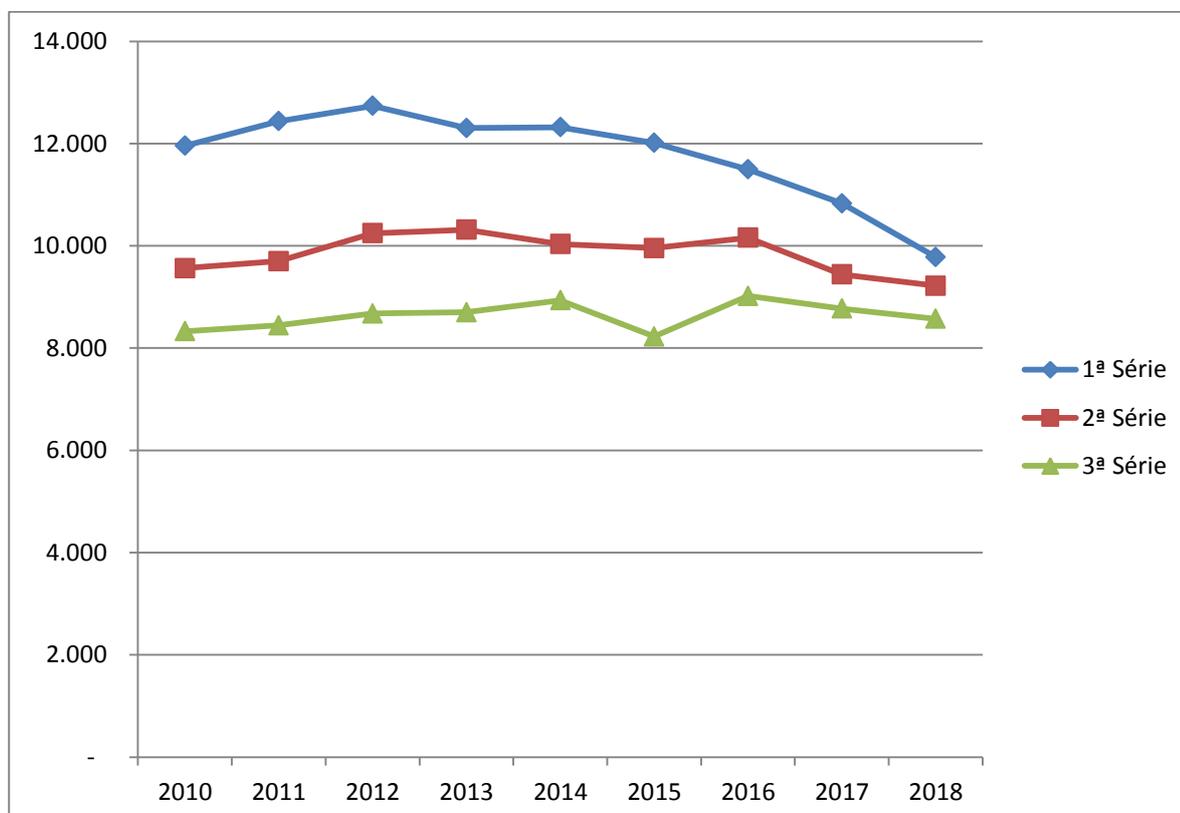
- Lei nº 12.020/2009: alterou a redação do inciso II do art. 20, que define instituições de ensino comunitárias.
- Lei nº 12.014/2009: alterou o art. 61 para discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da Educação Básica.
- Lei nº 12.013/2009: alterou o art. 12, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos.
- Lei nº 11.788/2008: alterou o art. 82, sobre o estágio de estudantes.
- Lei nº 11.741/2008: redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da Educação Profissional Técnica de nível médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.
- Lei nº 11.769/2008: incluiu parágrafo no art. 26, sobre a música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo.
- Lei nº 11.684/2008: incluiu Filosofia e Sociologia como obrigatórias no Ensino Médio.
- Lei nº 11.645/2008: alterou a redação do art. 26-A, para incluir no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei nº 11.301/2006: alterou o art. 67, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério.
- Lei nº 10.793/2003: alterou a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92, com referência à Educação Física nos ensinos fundamental e médio.
- Lei nº 10.709/2003: acrescentou incisos aos arts. 10 e 11, referentes ao transporte escolar.

Lei nº 10.287/2001: incluiu inciso no art. 12, referente a notificação ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos estudantes que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Essa faixa etária e o seu atendimento educacional carecem de investimentos em políticas públicas positivas que intensifiquem o interesse pelos estudos e diversifiquem o tipo de atendimento. Em uma análise mais detalhada da meta fica sugerida ao **Conselho Municipal de Educação** a iniciativa de articular a possibilidade de parceria com Instituições de Ensino Superior para o uso dos prédios que durante o período letivo fiquem ociosos em algum período, elaborando-se propostas de projetos para essa faixa etária. Para tanto, talvez pudesse considerar a formação de um grupo responsável por planejar ações, conjugando os entes municipal, estadual e federal, mediante a articulação deste Conselho.

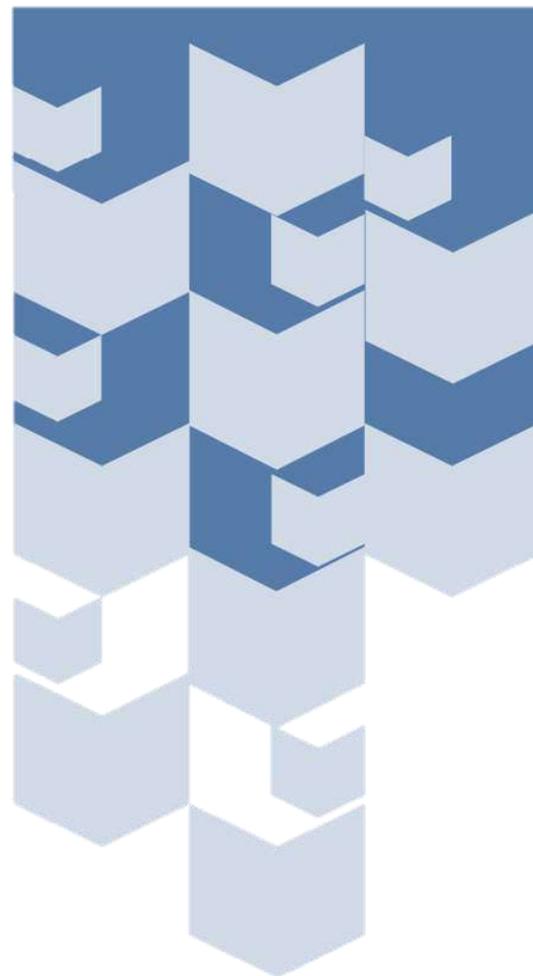
Algumas ações já desenvolvidas pela UFABC oferece biblioteca aberta à comunidade, a realização de eventos com a participação de escolas públicas e privadas do Ensino Médio com divulgação de conceitos científicos, como o V International Masterclasses UFABC; há projetos também para ensino de astronomia, escola preparatória que promove um curso com conteúdo abordados no ENEM e outras atividades voltadas para inserção no Ensino Superior; o programa PIBIC Jr. de iniciação científica que contempla jovens do ensino médio de escolas públicas com o pagamento de bolsas de iniciação científica que desenvolveram pesquisa sob orientação de professores da universidade.

Gráfico 3.5 Quantidade de alunos por turma – Ensino Médio – 2010-2018



META 4

UNIVERSALIZAR, PARA A POPULAÇÃO A PARTIR DE 0 (ZERO) ANO, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO/TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO SUPERIOR NA REDE REGULAR DE ENSINO PÚBLICA E/OU PRIVADA, COM A GARANTIA DE SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, CLASSES, ESCOLAS OU SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PÚBLICOS OU CONVENIADOS, SUBMETIDOS A CRITÉRIOS RIGOROSOS DE CONVENIAMENTO, QUE LEVEM EM CONSIDERAÇÃO A PERSPECTIVA EDUCACIONAL INCLUSIVA.



4 - Descrição da Meta: Universalizar, para a população a partir de 0 (zero) ano, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento/transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ensino superior na rede regular de ensino pública e/ou privada, com a garantia de sistema educacional inclusivo e atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, submetidos a critérios rigorosos de conveniamento, que levem em consideração a perspectiva educacional inclusiva.

Indicador 4A	Descrição do Indicador: percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	----	----	----	----							
≠ MP e ME	----	----	----	----	----							
Meta executada no período	90,8% ¹	0,88% ²	1,07% ²	1,48% ³	1,56% ³							
Indicador 4B	Descrição do Indicador: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	----	----	----	----	99,46%	99,55%	99,64%	99,73%	99,82%	99,91%	100%
≠ MP e ME	----	----	----	----	----							
Meta executada no período	----	----	----	----	99,37%							

¹Dado apresentado pelo site do MEC, não corresponde ao solicitado no indicador de frequência da população na faixa etária de 04 a 17 anos.

² Dados correspondem ao percentual de atendimento na rede pública, não havendo forma de calcular a porcentagem de população que necessita o atendimento.

³ Porcentagem de atendimento correspondente ao atendimento das redes pública e privada com base no número total de matrículas no município.

Antes de tudo, ressalta-se que o monitoramento integral dos objetivos da meta é limitado pelas bases de dados oficiais disponíveis, e pela forma como é tratado no nível nacional e no municipal. O município se responsabilizou pela universalização do atendimento e monitoramento integral da população com deficiência, não restringindo a uma faixa etária; já o indicador nacional trata da população de 4 a 17 anos.

Em 2015 foi feito um Retrato Censitário das Pessoas com Deficiência em Santo André, com a finalidade de estabelecer um diagnóstico sobre as condições de vida dessa parcela da população, reunindo dados oficiais para fornecer subsídios às ações e políticas públicas em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei Federal nº 13.146 de 06/07/15. As informações levantadas tinham caráter censitário e analítico para o contexto do município de Santo André e foram elaboradas a partir de consulta e análise de diferentes bases de dados na tentativa de diagnosticar o público alvo dessa meta no município sendo consultados dados do Censo Demográfico (IBGE), do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), Censo Escolar (INEP), porém é importante ressaltar que as bases de dados citadas possuem entendimentos diferentes sobre o que pode ser considerada a deficiência.

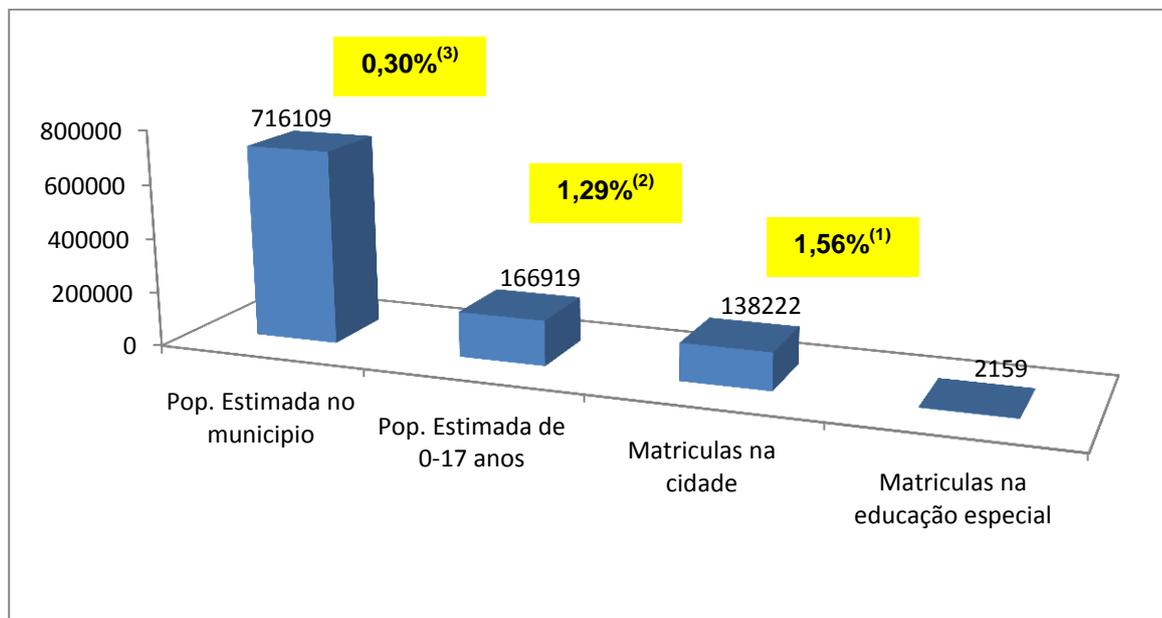
Com relação ao atendimento dos alunos com algum tipo de transtorno, superdotação ou necessidades especiais encontrou-se grandes dificuldades para a aferição de dados reais, haja vista que o último Censo é do ano de 2010. Porém todos os alunos que procuram a rede municipal ou estadual são atendidos.

No gráfico 4.1, é demonstrada a relação do número de matrículas da educação especial no município em relação à quantidade de matrículas da cidade (1), população estimada da faixa etária de 0-17anos (2), e a projeção populacional no município (3). A dificuldade na identificação do indicador 4A pode ser constatada, pois um universo estimado de cerca de 716 mil habitantes na cidade, a população estimada para faixa etária de 0 a 17 anos está em cerca de 167 mil. O total de matrículas na cidade em todos os tipos de atendimento particular e privado é de 138.222 o que corresponde a 82,80% da população da faixa etária. O número de matrículas em educação especial nas redes é de 2.159 o que corresponde a 1,56% das matrículas na cidade. Esse número de matrículas na educação especial corresponde a 1,29% da população estimada na faixa etária de 0 a 17 anos e a 0,30% da população estimada no município. Porém, conforme o censo demográfico do IBGE de 2010 para população com necessidades especiais já havia cerca de 13% da população com algum tipo de deficiência no município.

A construção de uma escola para todos, na perspectiva da educação inclusiva, redimensiona o papel da escola, antes restrito ao encaminhamento para outros serviços que, via de regra, só reforçavam a individualização do problema e desresponsabilizavam a instituição educacional das necessidades educacionais especiais do aluno. Questões atuais desafiam a escola a pensar em um projeto de educação inclusiva, com todos os recursos e serviços necessários, para todos que deles necessitarem, tais como tecnologia assistiva, recursos de

acessibilidade, material e mobiliário adaptado, salas de recursos multifuncionais ou no contexto de atuar, colaborativamente, com os professores regentes no espaço da classe comum em que tenha matriculados alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Gráfico 4.1 Matrículas na Educação Especial



Fonte: GISE/SE-PSA

No município, tanto a rede estadual quanto a municipal estão equipadas para amparar a educação inclusiva.

A rede municipal conta com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no contra turno. Ao todo são 21 polos com SRM com plano formativo para os AEE organizado, contemplando os quatro eixos estruturantes: avaliação, discussão de caso, planejamento/aprofundamento dos estudos nas deficiências e discussão sobre práticas pedagógicas. Além dos professores das SRM há na rede os professores assessores de educação inclusiva (PAEI), os Agentes de Inclusão Escolar (AEI), estagiários de pedagogia, instrutores para surdos e intérpretes de libras. Estes profissionais garantem a efetiva inclusão educacional realizando um trabalho integrado dos alunos com deficiência.

Há ainda a parceria com o CAEM que faz diagnóstico e tratamento de alunos com deficiência na rede pública municipal. Iniciativa da Secretaria de Educação e da Fundação ABC.

Nas tabelas 4.1 e 4.2, são demonstrados respectivamente: a distribuição dos alunos da educação especial que frequentam classe comum e sala de recurso, e aqueles que recebem atendimento especial domiciliar ou hospitalar; e a distribuição das crianças com deficiência da rede conforme período e ciclo.

Tabela 4.1 Municipal – Distribuição de atendimento das deficiências em classe comum e em sala de Recurso.

Necessidade Especial		Classe Comum	Sala de Recurso
DA	Deficiente Auditivo	26	8
DF	Deficiência Física(mobilidade reduzida, cadeirante, etc.)	278	51
DI	Deficiência Intelectual	363	146
DV	Deficiência Visual / Baixa Visão	23	7
MULTI	Deficiência Intelectual ou Deficiência Física Associada a uma Deficiência Sensorial (Auditiva ou Visual)	73	40
PC	Pessoa Cega	5	3
PS	Pessoa Surda	25	
TEA	Transtorno do Espectro Autista	294	104
AH	Altas Habilidades (CID 10 -F81.9)	1	
AD	Atendimento Domiciliar		13
AH	Atendimento Hospitalar		1
Total		1088	371

Fonte: SE-PSA

Tabela 4.2 Municipal – Atendimento por ensino e unidade escolar 2018

UNIDADES ESCOLARES	MANHA	TARDE	VESPERTINO	NOITE	INTEGRAL	EI	EF	EJA	TOTAL
C. Adalgisa Bocaccino Pinheiro de Faro	1	/	/	/	1	2	/	/	2
C. Angela Masiero	3	1	/	/	1	5	/	/	5
C. Beth Lobo	1	/	/	/	/	1	/	/	1
C. Brasil Marques do Amaral	4	/	/	/	/	4	/	/	4
C. Demercindo da Costa Brandão	4	1	/	/	1	6	/	/	6
C. Dom Décio Pereira	2	/	/	/	1	3	/	/	3
C. Elisabete Lilian Piccinin	/	1	/	/	1	2	/	/	2
C. Francisca Zuk	1	2	/	/	1	4	/	/	4
C. Gonzaguinha	1	1	/	/	/	2	/	/	2
C. Heitor Villa Lobos	2	1	/	/	1	4	/	/	4
C. Henfil	2	1	/	/	1	4	/	/	4
C. Herbert de Souza	3	1	/	/	/	4	/	/	4
C. Irmã Rosina da Silva	1	1	/	/	/	2	/	/	2
C. João de Deus	/	1	/	/	/	1	/	/	1
C. Jorge Guimarães	2	1	/	/	1	4	/	/	4
C. Manoel Campestrini	1	1	/	/	2	4	/	/	4
C. Maria Campos	1	2	/	/	1	4	/	/	4
C. Maria Delphina Carvalho Neves	1	1	/	/	1	3	/	/	3
C. Maria Dolores	1	1	/	/	/	2	/	/	2
C. Marina Ulbrich	/	1	/	/	/	1	/	/	1
C. Monsenhor João do Rego Cavalcanti	1	/	/	/	1	2	/	/	2
C. Monteiro Lobato	2	2	/	/	1	5	/	/	5
C. Paranapiacaba	/	/	/	/	/	/	/	/	/
C. Pedro Cia	/	1	/	/	/	1	/	/	1
C. Prof. Antonio Oliveira	1	/	/	/	1	2	/	/	2

C. Prof. Esther Moura Barreto		1				1			1
C. Prof. Evangelina Jordão Luppi	5	3				8			8
C. Prof. Hideki Koyama	1	3			3	7			7
C. Prof. Laura Dias de Camargo	3	1			4	8			8
C. Prof. Maria Ruth Koch M. Croque	3	2				5			5
C. Prof. Máximo Manssur	1	2				3			3
C. Prof. Nancy Andreoli	4	2			1	7			7
C. Prof. Sandra Cristina da Silva		2			1	3			3
C. Prof. Yonne Cintra de Souza	4	3				7			7
C. Prof. Yonne Cintra de Souza - Surdos					1	1			1
C. República Italiana	4	4				8			8
C. Sueli Leal Barros	1	0				1			1
C. Vereador Cosmo do Gás	4	4				8			8
CPFP Armando Mazzo									
CPFP Governador Miguel Arraes	9			4				13	13
CPFP João Amazonas	7	12		3				22	22
CPFP Julio de Grammont				8				8	8
CPFP Maria Lacerda (EJA)	4	20						24	24
CPFP Valdemar Mattei	23			4				27	27
E. Arquiteto Estevão de Faria Ribeiro	3	10				3	10		13
E. Augusto Boal	8	6				4	10		14
E. Ayrton Senna da Silva	2	4				2	4		6
E. Cândido Portinari	13	18	2	2		6	25	4	35
E. Carlos Drummond de Andrade	14	13				5	22		27
E. Carolina Maria de Jesus	16	13	11	3		5	24	14	43
E. Chico Mendes	6	8		2		4	10	2	16
E. Cidade Takasaki	6	8				3	11		14
E. Comendador Piero Pollone	9	10		1		3	16	1	20
E. Cora Coralina	16	16		6		6	25	7	38
E. Demercindo da Costa Brandão	6	11				2	15		17
E. Dom Jorge Marcos de Oliveira	6	9		9		5	10	9	24
E. Dr. Janusz Korczak	4	4				3	5		8
E. Elizabete Leonardi	5	7				2	10		12
E. Eufly Gomes	5	7				2	10		12
E. Fernando Pessoa	7	8		2		7	8	2	17
E. Homero Thon	10	11				8	13		21
E. Jardim Ciprestes				1				1	1
E. João de Barros	3	3		2		0	6	2	8
E. José Maria Sestílio Mattei	5	7				4	8		12
E. Luiz Sacilotto	5	9				4	10		14
E. Luiz Gonzaga	16	21		6		10	27	6	43
E. Machado de Assis	11	8		1		5	14	1	20
E. Madre Teresa de Calcutá	10	4		2		1	13	2	16
E. Miguel Sanches Ruiz	4	4				2	6		8
E. Monsenhor João do Rego Cavalcanti	3	2				5			5
E. Padre Fernando Godat	7	4				1	10		11
E. Paranapiacaba	2	2				2	2		4
E. Parque Andreense	3					0	3		3
E. Prof. Antonio Virgílio Zaniboni	6	5		2		2	9	2	13
E. Prof. Darcy Ribeiro	10	14		3		7	17	3	27
E. Prof. Elaine Cena Chaves Maia	5	9		1		6	8	1	15
E. Prof. José do Prado Silveira	7	7		1		3	11	1	15
E. Prof. José Lazzarini Junior	9	10				6	13		19
E. Prof. Júlio Nunes Nogueira	5	6					11		11
E. Prof. Maria Cecília Dezan Rocha	6	6				4	8		12
E. Prof. Maria da Graça de Souza	7	8				1	14		15
E. Prof. Maria da Penha de A. Manfredi	5	6				2	9		11
E. Prof. Mariângela F. Aranda Fuzetto	5	5				4	6		10

E. Prof. Nicolau Moraes Barros	10	16	/	/	/	6	20	/	26
E. Prof. Nicolau Moraes Barros - Surdos	10	8	/	/	/	4	14	/	18
E. Prof. Odylo Costa Filho	9	6	/	/	/	0	15	/	15
E. Prof. Paulo Freire	3	2	/	/	/	1	4	/	5
E. Prof. Therezinha Monteiro Barros Nosé	8	11	/	/	/	2	17	/	19
E. Profª Yvonne Zahir	3	3	/	3	/	2	4	3	9
E. Reverendo Oscar Chaves	9	7	/	/	/	1	15	/	16
E. Salvador dos Santos	6	16	/	/	/	4	18	/	22
E. Sonia Aparecida Marques	3	4	/	2	/	1	6	2	9
E. Sylvia Orthof	9	8	/	/	/	3	14	/	17
E. Tarsila do Amaral	9	8	/	/	/	1	16	/	17
E. Vereador Manoel de Oliveira	29	10	/	3	/	2	17	23	42
E. Vinicius de Moraes	5	5	/	/	/	2	8	/	10
TOTAL DE ALUNOS	491	487	13	71	26	307	601	180	1088

Fonte: SE-PSA

Iniciaram-se em 2018, no Polo Bilíngue da Rede Municipal de Ensino, as salas bilíngues para o atendimento dos alunos surdos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Na educação de Jovens e Adultos o atendimento ocorre com a presença de intérpretes nas salas de aula, o que favorece a comunicação entre os alunos ouvintes e os alunos com surdez. A sala de recurso para alunos com surdez, atende de segunda à sexta feira por um período de 2 horas. Para os alunos surdos o trabalho é realizado com LIBRAS.

O aluno cego ou deficiente visual matriculado na rede é acompanhado por uma professora assessora que solicita visita técnica da Terapeuta Ocupacional especializada em visão e a mesma providencia o material e a adaptação necessários para a inserção do aluno na sala regular. Ao mesmo tempo o aluno é indicado para sala de recursos onde recebe o Atendimento Educacional Especializado para o aprendizado do Braile e do Soroban. Realiza-se também a confecção de material específico com uso de tecnologia assistiva. Em 2018 foram atendidos 5 alunos cegos e 23 alunos com DV ou Baixa visão.

Sempre que necessário, após levantamento de dados, contratamos profissionais específicos para orientação aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado, como aos professores do ensino regular dos alunos com disfagia, dos alunos que necessitam de comunicação alternativa e dos alunos com baixa visão e cegueira.

Realizamos em parceria com o Instituto de Tecnologia Social - ITS BRASIL o EA (Emprego Apoiado) projeto que envolveu diversas ações que tinham como objetivo orientações, assessorias e busca de postos de trabalhos adequados para os alunos da EJA (Educação de jovens e Adultos), Também contamos com o NANASA (Núcleo de Apoio à Natação Adaptada de Santo André), que atende também essa faixa etária.

Há também parceria com a Fundação ABC, com profissionais técnicos atuando nas Unidades Escolares (ensino regular e Atendimento Educacional Especializado), com foco nas formações diversas para a rede, adaptações de materiais e acessibilidade; também tivemos a parceria com a Universidade Federal do ABC para formação continuada aos profissionais que

atuam junto aos alunos com deficiência e Programa Escola Preparatório para o ENEM que atendeu 13 alunos surdos, com o apoio de intérpretes de Libras.

Na rede estadual existe a EFAP (Escola de Formação de Professores) e o CAPE (Centro de Apoio Pedagógico Especializado), atualmente Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado, onde concentram-se os profissionais especializados que dão apoio ao trabalho que se faz nas escolas, em educação especial, responsabilizando-se por orientações técnicas, formação, confecção de materiais específicos (inclusive de tecnologia assistiva), sendo que a escola oficia o CAPE com a necessidade do aluno e este providencia o atendimento.

Nas unidades escolares da rede estadual existem as Salas de Recurso com professores efetivos para atendimento especializado a cada tipo de deficiência em contra turno. A rede trabalha principalmente com identificação de demanda; o gestor da unidade encaminha à D.R.E. a solicitação com as necessidades dos alunos, seja para interprete de libras ou material em braile. A rede conta com duas unidades com atendimento em libras e uma para atendimento aos alunos cegos.

Observando as figuras 4.1 e 4.2 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal e estadual.

Figura 4-1 Indicador 4A – percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

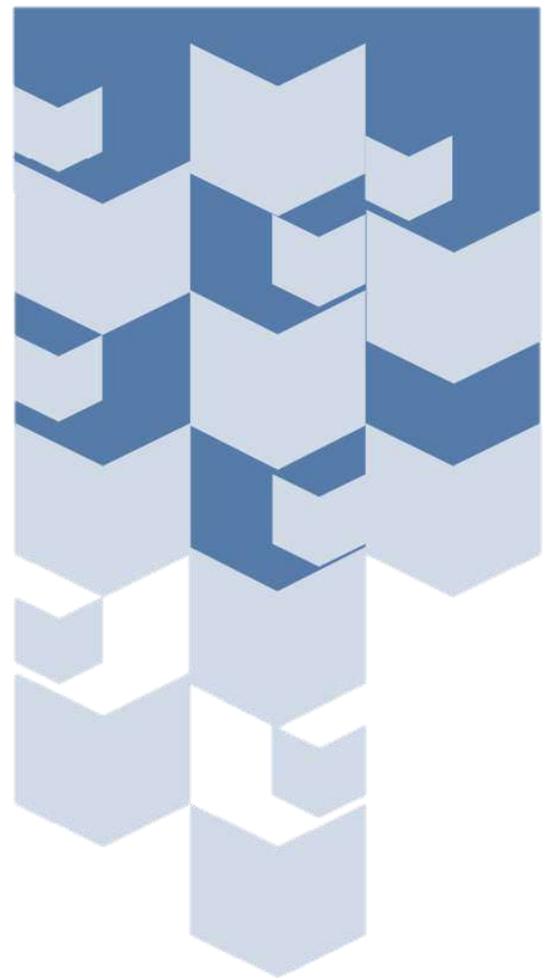
Figura 4-2 Indicador 4B – Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica. – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

META 5

ALFABETIZAR, NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO E DA EDUCAÇÃO INTEGRAL, TODAS AS CRIANÇAS, NO MÁXIMO, ATÉ O FINAL DO 3º (TERCEIRO) ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, GARANTINDO-LHES A CONTINUIDADE EDUCATIVA E CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, DURANTE A VIGÊNCIA DESTA PME.



5 - Descrição da Meta: Alfabetizar, na perspectiva do letramento e da educação integral, todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, garantindo-lhes a continuidade educativa e considerando as especificidades dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, durante a vigência deste PME.

Indicador 5A	Estudantes com proficiência insuficiente em leitura (nível 1 da escala de proficiência)											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	12,62%	11,36%	12,96%	11,35%	9,74%	8,13%	6,52%	4,91%	3,30%	1,69%	0%
≠ MP e ME	----	----	+3,21%	----	----							
Meta executada no período	13,88%	----	14,57%	----	----							
Indicador 5B	Estudantes com proficiência insuficiente em escrita (nível 1, 2 e 3 da escala de proficiência)											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	14,23%	12,81%	19,67%	17,22%	14,77%	12,32%	9,87%	7,42%	4,97%	2,52%	0%
≠ MP e ME	----	----	+9,31%	----	----							
Meta executada no período	15,65%	----	22,12%	----	----							
Indicador 5C	Estudantes com proficiência insuficiente em matemática (nível 1 e 2 da escala de proficiência)											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	38,21%	34,39%	38,48%	33,67%	28,86%	24,05%	19,24%	14,43%	9,62%	4,81%	0%
≠ MP e ME	----	----	+8,90%	----	----							
Meta executada no período	42,03%	----	43,29%	----	----							

O ingresso da criança a partir dos seis anos de idade no Ensino Fundamental, conforme determinado pela Lei nº 11.274/2006, tem como perspectivas, além de melhorar as condições de equidade e qualidade da Educação Básica e estruturar um novo Ensino Fundamental, assegurar um alargamento do tempo para as aprendizagens da alfabetização e do letramento.

Segundo o Censo Escolar de 2010. Pouco mais de 15% das crianças brasileiras com 8 anos de idade que cursavam o ensino fundamental eram analfabetas. O Plano de Metas pela Educação (Decreto nº 6.094/2007) estabelece que a alfabetização é responsabilidade dos entes federativos para crianças até, no máximo, os 8 (oito) anos de idade.

Instituições e órgãos governamentais devem dedicar-se à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos, além de melhorar suas referências culturais em diversas áreas. Para cumprir a meta 5, o aprendizado deve ser avaliado, periodicamente, bem como o estímulo dos sistemas de ensino e escolas a criar instrumentos de avaliação e monitoramento.

A alfabetização eficiente é determinante para que as aprendizagens em todas as áreas do conhecimento ocorram, ao longo de toda a vida, e o exercício da cidadania aconteça, de fato, nos planos pessoal e profissional, pois, entende-se que ALFABETIZAÇÃO não é apenas o domínio da leitura, escrita ou dos cálculos matemáticos, mas o desenvolvimento integral das crianças com habilidades compatíveis aos desafios atuais, marcados por avanços tecnológicos e científicos cada vez mais rápidos.

As redes municipal e estadual de ensino de Santo André seguiram as orientações do MEC e aderiram ao Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e outras ações de formação com os professores, além de avaliações diagnósticas com o intuito de colaborar com as unidades escolares na promoção da alfabetização dos alunos dos anos iniciais até o 3º ano do ensino fundamental.

Na rede municipal ao longo dos anos de 2017 e 2018 a Secretaria de Educação via CEPEC efetivou movimentos de discussões junto aos docentes e gestores da rede municipal para a elaboração de uma Proposta Curricular para a rede. O referido documento teve como referência a terminologia trazida pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), ou seja, habilidades para as etapas de Ensino Fundamental e direito de aprendizagem e desenvolvimento para a etapa de Educação Infantil. Nesse processo o eixo Avaliação conta com texto específico para as modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental, e terá continuidade com as equipes gestoras e coordenação para definição em conjunto com os professores, nas Unidades Escolares, dos instrumentos de avaliação.

Para qualificar os profissionais da educação, em termos de práticas pedagógicas inovadoras, a Secretaria de Educação Municipal trouxe ao longo do ano de 2018 o Projeto Mind Lab (ou Mente Inovadora), com formações mensais para docentes de Pré-escola (4 e 5 anos) e 1º ano do ensino fundamental, voltadas ao uso de jogos a serem utilizados mediante a metodologia

de aprendizagem mediada pela elaboração de estratégias, de raciocínio lógico e situações de transcendência para a vida. Tais aspectos da aprendizagem favorecem o trabalho pedagógico nas diferentes áreas do conhecimento. Anteriormente, em 2017, estabeleceu-se parceria com a UFSCar (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino – INCC-ECCE) e UFABC/Enactus, na qual a SE aderiu ao Projeto Alfatech, mediante o time Enactus. Este projeto foi idealizado por meio de pesquisas envolvendo um trabalho em parceria com engenharia da computação e psicologia cognitiva com o desenvolvimento de um software de ensino individualizado que tem como objetivo o aprimoramento do processo de alfabetização de crianças, especificamente voltado para crianças de 4º e 5º anos, ainda não alfabetizadas.

A rede estadual além de seguir as recomendações do MEC, através da SEE e da CGEB por meio da EFAP ofereceu o curso LER e ESCREVER para professores e o curso EMAI; implementou também o Programa Mais Alfabetização, criado pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, que é uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º anos do ensino fundamental e o programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº17/2017, que é uma estratégia do MEC que tem por objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola.

Em 2018 o programa foi implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar.

O programa tem por finalidade contribuir para a: I – alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico; II – redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; III – melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular; IV – ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

A Meta 5 propõe alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, desse modo monitorar a taxa de reprovação nessa etapa é de fundamental importância para garantir o atendimento da meta. Para o monitoramento da meta, são considerados os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), criada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2013 no âmbito do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com o objetivo de aferir os níveis de

alfabetização e letramento em língua portuguesa e alfabetização em matemática das crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental, fase final do ciclo de alfabetização, bem como verificar as condições das instituições de ensino às quais estão vinculadas. Apesar da alteração do BNCC para o 2º ano do Ensino Fundamental, mantemos o diagnóstico da alfabetização no 3º ano por falta de dados para o 2º ano, além disso o novo currículo nas redes inicia em 2020 e a avaliação da alfabetização, conforme solicitação da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC), foi adiada para o Saeb 2021, quando as escolas de todo país tiverem implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estiverem ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela referida Secretaria.

Para compreender os resultados da ANA, é necessário considerar as escalas de proficiência em leitura, escrita e matemática, apresentadas nos quadros 5.1, 5.2 e 5.3, as quais são divididas em níveis e possibilitam a interpretação pedagógica dos resultados. Vale ressaltar, contudo, que ainda não há uma definição oficial sobre o ponto de corte nas escalas, acima do qual se possa considerar que um aluno está alfabetizado. Não obstante, é desejável que haja mais alunos com desempenho situado nos níveis mais elevados das escalas de proficiência.

Abaixo seguem as tabelas 5.1, 5.2 e 5.3 com os dados disponíveis no INEP sobre o percentual de estudantes por nível de proficiência em leitura, escrita e matemática. E na tabela 5.4 o percentual de reprovação por rede do 1º ao 3º ano fundamental desde 2008, onde é possível observar o aumento da taxa de reprovação em todas com o aumento do ano de estudo, mostrando uma maior retenção no 3º ano do ensino fundamental e com maior ocorrência na rede municipal.

Tabela 5.1 Percentual dos estudantes por nível de proficiência – Leitura 2013 a 2016.

Nível	ANO		
	2013	2014	2016
I	13,07	13,88	14,57
II	27,32	26,52	27,98
III	43,8	41,01	39,51
IV	15,81	18,6	17,94

Fonte: INEP

Tabela 5.2 Percentual dos estudantes por nível de proficiência – Escrita 2013 a 2016.

Nível	ANO		
	2013	2014	2016
I	-	6,11	8,31
II	-	6,98	12,87
III	-	2,56	0,94
IV	-	70,07	67,88
V	-	14,28	10

Fonte: INEP – P.S. Em 2013 não foi realizada a Prova de Proficiência em Escrita.

Tabela 5.3 Percentual dos estudantes por nível de proficiência – Matemática 2013 a 2016

Nível	ANO		
	2013	2014	2016
I	12,72	14,12	15,59
II	28,53	27,91	27,7
III	21,23	20,57	21,29
IV	37,52	37,39	35,42

Fonte: INEP

Tabela 5.4 Ensino Fundamental – Taxa de Reprovação por Rede – 1º ao 3º ano – 2008 a 2018

Ano	Estadual			Municipal			Privada			Total		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
2008	0,0	1,8	1,2	0,4	0,3	12,6	0,2	0,6	1,3	0,4	1,0	4,4
2009	0,0	1,9	1,1	0,3	0,6	15,4	0,9	0,9	1,2	0,4	1,2	5,6
2010	0,0	1,7	1,3	0,2	0,3	15,5	0,5	1,0	1,1	0,3	1,0	6,7
2011	0,5	1,2	1,1	0,6	0,8	14,3	0,5	1,3	0,7	0,0	0,0	4,0
2012	0,6	0,8	1,1	0,6	0,6	16,8	0,6	1,6	1,1	0,0	11,2	18,5
2013	1,1	0,6	0,8	0,1	0,1	12,4	0,6	1,8	0,9	0,2	11,6	15,2
2014	0,4	0,3	5,5	0,0	0,0	9,1	0,6	1,7	1,2	0,0	0,0	12,0
2015	0,3	0,2	4,6	0,0	0,0	8,3	0,1	0,8	1,3	0,1	0,3	5,2
2016	0,0	0,1	5,3	0,0	0,0	7,9	0,2	0,6	0,8	0,1	0,3	4,9
2017	0,3	0,2	5,8	0,0	0,0	10,6	0,2	0,5	0,7	0,1	0,2	6,0
2018	1,6	0,2	3,0	0,0	0,0	9,4	0,2	0,4	0,8	0,5	0,2	4,8

Fonte: Censo Escolar/INEP

Observando as figuras 5.1, 5.2 e 5.3 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal e estadual.

Figura 5-1 Indicador 5A – Estudantes com proficiência insuficiente em leitura (nível 1 da escala de proficiência) – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

Figura 5-2 Indicador 5B – Estudantes com proficiência insuficiente em escrita (nível 1, 2 e 3 da escala de proficiência) – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

Figura 5-3 Indicador 5C – Estudantes com proficiência insuficiente em matemática (nível 1 e 2 da escala de proficiência) – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

Os quadros 5.1, 5.2 e 5.3 descrevem a interpretação de cada nível de competência de acordo com a área de conhecimento.

Quadro 5-1 Interpretação pedagógica da escala de leitura da ANA.

NÍVEL	DESCRIÇÃO
NÍVEL 1 (menor que 425 pontos)	Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: ✓ Ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica, ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas.

<p align="center">NÍVEL 2 (maior ou igual a 425 e menor que 525 pontos)</p>	<p>Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas em textos curtos, como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica, e em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto. ✓ Reconhecer a finalidade de texto como convite, campanha publicitária, infográfico, receita, bilhete, anúncio, com ou sem apoio de imagem. ✓ Identificar assunto em textos como campanha publicitária, curiosidade científica ou histórica, fragmento de reportagem e poema cujo assunto está no título ou na primeira linha. ✓ Inferir relação de causa e consequência em tirinha.
<p align="center">NÍVEL 3 (maior ou igual a 525 e menor que 625 pontos)</p>	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informação explícita em textos de maior extensão como fragmento de literatura infantil, curiosidade científica, sinopse, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou ao final do texto. ✓ Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo. ✓ Inferir relação de causa e consequência em textos verbais como piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica, com base na progressão textual; informação em textos como história em quadrinhos, tirinha, piada, poema e cordel; assunto em textos de divulgação científica e fragmento de literatura infantil; e sentido de expressão de uso cotidiano em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.
<p align="center">NÍVEL 4 (maior ou igual a 625 pontos)</p>	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar o referente de: pronome possessivo em poema e cantiga; advérbio de lugar em reportagem; pronome demonstrativo em fragmento de texto de divulgação científica para o público infantil; pronome indefinido em fragmento de narrativa infantil; e pronome pessoal oblíquo em fragmento de narrativa infantil. ✓ Identificar relação de tempo entre ações em fábula e os interlocutores de um diálogo em uma entrevista ficcional. ✓ Inferir sentido de expressão não usual em fragmento de texto de narrativa infantil.

Fonte: PNE-MEC

Quadro 5-2 Interpretação pedagógica da escala de escrita da ANA.

NÍVEL	DESCRIÇÃO
<p align="center">NÍVEL 1 (menor que 425 pontos)</p>	<p>Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente não escrevem as palavras ou estabelecem algumas correspondências entre as letras grafadas e a pauta sonora, porém ainda não escrevem palavras alfabeticamente. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.</p>
<p align="center">NÍVEL 2 (maior ou igual a 350 e menor que 450 pontos)</p>	<p>Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem alfabeticamente palavras com trocas ou omissão de letras, alterações na ordem das letras e outros desvios ortográficos. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem ou produzem textos ilegíveis.</p>
<p align="center">NÍVEL 3 (maior ou igual a 450 e menor que 500 pontos)</p>	<p>Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com estrutura silábica consoante-vogal, apresentando alguns desvios ortográficos em palavras com estruturas silábicas mais complexas. Em relação à produção de textos, provavelmente escrevem de forma incipiente ou inadequada ao que foi proposto, sem as partes da história a ser contada, ou produzem fragmentos sem conectivos e/ou recursos de substituição lexical e/ou pontuação para</p>

	estabelecer articulações entre partes do texto. Apresentam ainda grande quantidade de desvios ortográficos e de segmentação ao longo do texto.
NÍVEL 4 (maior ou igual a 500 e menor que 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado. Além disso, o texto pode apresentar poucos desvios de segmentação e alguns desvios ortográficos que não comprometem a compreensão.
NÍVEL 5 (maior ou igual a 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, evidenciando uma situação inicial, central e final, com narrador, espaço, tempo e personagens. Articulam as partes do texto com conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores textuais. Segmentam e escrevem as palavras corretamente, embora o texto possa apresentar poucos desvios ortográficos e de pontuação que não comprometem a compreensão.

Fonte: PNE-MEC

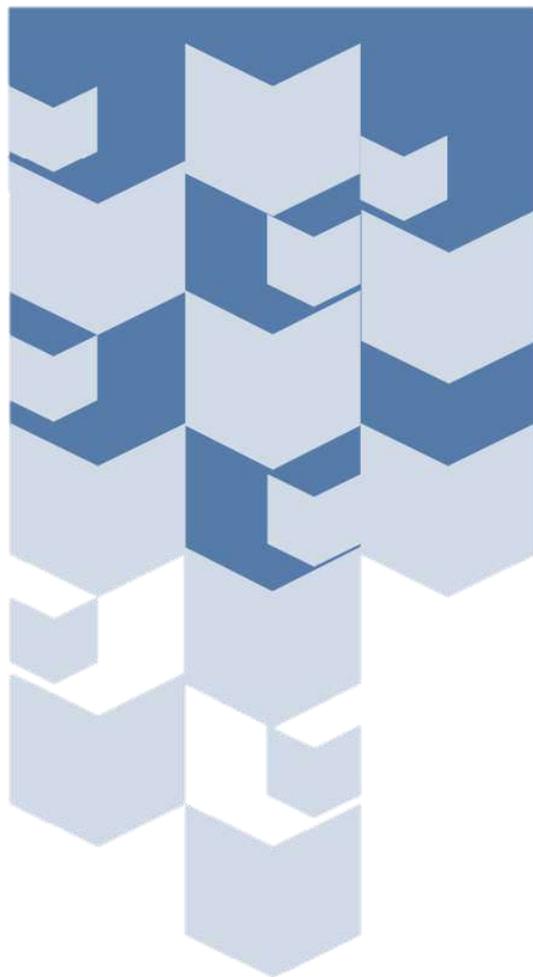
Quadro 5-3 Interpretação pedagógica da escala de matemática da ANA.

NÍVEL	DESCRIÇÃO
NÍVEL 1 (menor que 425 pontos)	<p>Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ler horas e minutos em relógio digital; medida em instrumento (termômetro, régua) com valor procurado explícito. ✓ Associar figura geométrica espacial ou plana à imagem de um objeto; contagem de até 20 objetos dispostos em forma organizada ou desorganizada à sua representação por algarismos. ✓ Reconhecer planificação de figura geométrica espacial (paralelepípedo). ✓ Identificar maior frequência em gráfico de colunas, com quatro categorias, ordenadas da maior para a menor. ✓ Comparar espessura de imagens de objetos; quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos organizados.
NÍVEL 2 (maior ou igual a 425 e menor que 525 pontos)	<p>Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Associar a escrita por extenso de números naturais com até 3 ordens à sua representação por algarismos. ✓ Reconhecer figura geométrica plana (triângulo, retângulo, quadrado e círculo) a partir de sua nomenclatura. ✓ Identificar o intervalo em que se encontra uma medida apresentada em um instrumento (balança analógica); registro de tempo em calendário; frequência associada a uma categoria em gráfico de colunas ou de barras, com quatro categorias; informação ou frequência associada a uma categoria em tabela simples ou de dupla entrada (com o máximo de 3 linhas e 4 colunas, ou 4 linhas e 3 colunas); a composição de um número natural de 2 algarismos, dada sua decomposição em ordens. ✓ Comparar comprimento de imagens de objetos; quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos desorganizados; quantidades pela contagem, identificando quantidades iguais; números naturais não ordenados com até 3 algarismos. ✓ Completar sequências numéricas crescentes de números naturais, de 2 em 2, de 4 em 4, de 5 em 5 ou de 10 em 10. ✓ Calcular adição envolvendo dois números naturais de até 3 algarismos sem reagrupamento; subtração envolvendo dois números naturais de até 2 algarismos sem reagrupamento.

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar valor monetário de cédulas ou de agrupamento de cédulas e moedas, sem envolver reagrupamento de centavos em reais. ✓ Resolver problema de adição ou subtração envolvendo números naturais de até 2 algarismos, sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de acrescentar ou retirar e em que o estado final é desconhecido; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de metade e em que o tamanho do grupo é desconhecido.
<p style="text-align: center;">NÍVEL 3 (maior ou igual a 525 e menor que 575 pontos)</p>	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Associar um agrupamento de cédulas e/ou moedas, com apoio de imagem ou dado por meio de um texto, a outro com mesmo valor monetário. ✓ Identificar frequências iguais em gráfico de colunas, com quatro categorias; gráfico de colunas que representa um conjunto de informações dadas em um texto; frequência associada a uma categoria em tabela de dupla entrada (com mais de 4 colunas ou mais de 4 linhas). ✓ Completar sequência numérica decrescente de números naturais não consecutivos. ✓ Calcular adição envolvendo dois números naturais de até 3 algarismos e apenas um reagrupamento (na ordem das unidades ou das dezenas); subtração envolvendo dois números naturais, em que pelo menos um deles tem 3 algarismos, sem reagrupamento. ✓ Resolver problema de adição ou subtração envolvendo números naturais de 1 ou 2 algarismos, com ou sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de retirar e em que o estado inicial ou o estado final é desconhecido.
<p style="text-align: center;">NÍVEL 4 (maior ou igual a 575 pontos)</p>	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Inferir medida em instrumento (termômetro) com valor procurado não explícito. ✓ Ler horas e minutos em relógios analógicos, identificando marcações de 10, 30 e 45 minutos, além de horas exatas. ✓ Identificar composição ou decomposição aditiva de números naturais com até 3 algarismos, canônica (mais usual, ex.: $123 = 100 + 20 + 3$) ou não canônica (ex.: $123 = 100 + 23$); composição de um número natural de 3 algarismos, dada sua decomposição em ordens; uma categoria associada a uma frequência específica em gráfico de barra, com quatro categorias. ✓ Calcular adição envolvendo dois números naturais de até 3 algarismos e mais de um reagrupamento (na ordem das unidades e das dezenas); subtração envolvendo dois números naturais com até 3 algarismos, com reagrupamento. ✓ Resolver problema de adição ou subtração, envolvendo números naturais de até 3 algarismos, com ou sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de comparar e em que a diferença, a menor ou a maior quantidade seja desconhecida; problema de adição ou subtração, envolvendo números naturais de até 3 algarismos, com reagrupamento nos cálculos, com o significado de acrescentar e em que o estado inicial é desconhecido; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, com ou sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de formação de grupos iguais e em que o produto é desconhecido; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, com apoio de imagem ou não, com o significado de formação de grupos iguais e em que o tamanho do grupo ou o número de grupos é desconhecido; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de comparar, incluindo dobro ou triplo, em que a maior quantidade é desconhecida; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de 2 algarismos, com o significado de comparar, incluindo terça ou quarta parte, em que a menor quantidade é desconhecida.

META 6

OFERECER EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS ESCOLAS PÚBLICAS, DE FORMA A ATENDER, PELO MENOS, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DOS (AS) ALUNOS (AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA.



6 - Descrição da Meta: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Indicador 6A	Descrição do Indicador: percentual de escolas públicas da educação básica que possuem pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral*											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	37,90%	32,20%	32,60%	39,12%	40,67%	42,22%	43,77%	45,32%	46,87%	48,42%	50%
≠ MP e ME	----	-7,47%	-1,77%	-1,11%	-6,70%							
Meta executada no período	36,7%	30,43%	30,43%	31,49%	32,42%							
Indicador 6B	Descrição do Indicador: percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral*											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	13,80%	14,94%	15,08%	14,18%	19,00%	20,00%	21,00%	22,00%	23,00%	24,00%	25%
≠ MP e ME	----	+6,43%	+6,21%	-2,43%	+3,83%							
Meta executada no período	10,4%	20,23%	21,15%	12,65%	18,01%							

* Descrição dos indicadores alterada conforme orientação de alterações no PNE; descrição de termos no glossário.

A meta 6 do PME em consonância com o PNE visa ampliar a oferta da Educação em Tempo Integral (ETI), prevendo o aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola ou em atividades escolares, de forma a oferecer, até o final da vigência do plano, esse atendimento a pelo menos 25% dos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino da educação básica em, no mínimo, 50% das escolas públicas. Os dois indicadores desenvolvidos inicialmente para monitorar a meta foram reformulados a nível nacional, em comparação ao utilizado no início deste plano municipal e que foi utilizado como base de monitoramento para Santo André; essa reformulação visa aprimorar o conceito e tornar mais claro o que os indicadores objetivam monitorar, não alterando a forma como ele é monitorado. No quadro dos indicadores da página anterior é possível ver a nova descrição dada aos indicadores 6A e 6B.

Esse aprimoramento conceitual se aproxima das recomendações legais que fomentam a progressiva expansão da oferta da ETI no ensino fundamental e médio, conforme a LDB e a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Lei n.º 13.415/2017). Além disso, procura contemplar um princípio fundamental que norteia a LDB e o PNE: a superação das desigualdades educacionais.

Ao ampliar a jornada de permanência das crianças e jovens nas situações de ensino é fundamental na busca pela igualdade e pela qualidade na Educação, mas é importante considerar que Educação Integral não é sinônimo de mais tempo na escola apenas, é preciso oferecer múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola.

93

É evidente que ao desenvolver a educação integral, a escola necessita propiciar ao aluno aprendizagens desafiadoras com a intenção de favorecer a prática de valores que aprimorem o processo de sociabilidade.

Nesse sentido, o currículo deve ser repensado de forma a garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes, por meio de ações e atividades que contemplem a promoção de atitudes que se materializam na formação humana integral, gerando a reflexão crítica e a autonomia dos estudantes.

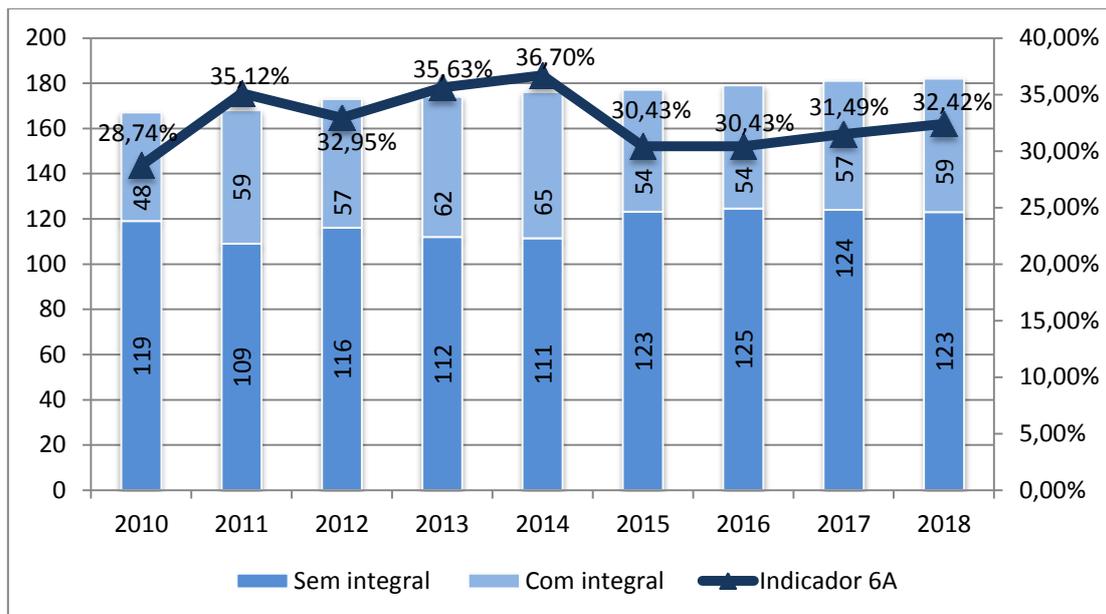
Assim, torna-se possível inferir que uma nova configuração da organização das atividades deva ser pensada como necessária para superar a histórica divisão de turnos de um tempo de escolarização formal, valorizando os múltiplos saberes passíveis de desenvolvimento em uma educação integral.

Santo André vem aumentando discreta e gradativamente as escolas com atendimento a ETI, com programas como o Mais Saber e o Mais Saber Integral na rede municipal. Na rede estadual o atendimento a ETI também é realizado em os alunos permanecem cerca de 9h na escola; é proposta a ampliação da educação integral na rede, porém a Diretoria Regional de Ensino não tem autonomia para decidir sobre essa modalidade de ensino, atendendo a Política Estadual de Educação, ainda assim, ao

longo dos anos de vigência deste PME a rede estadual, mesmo com um menor número de unidades escolares com ETI oferece maior número de vagas em tempo integral ao público alvo da ETI.

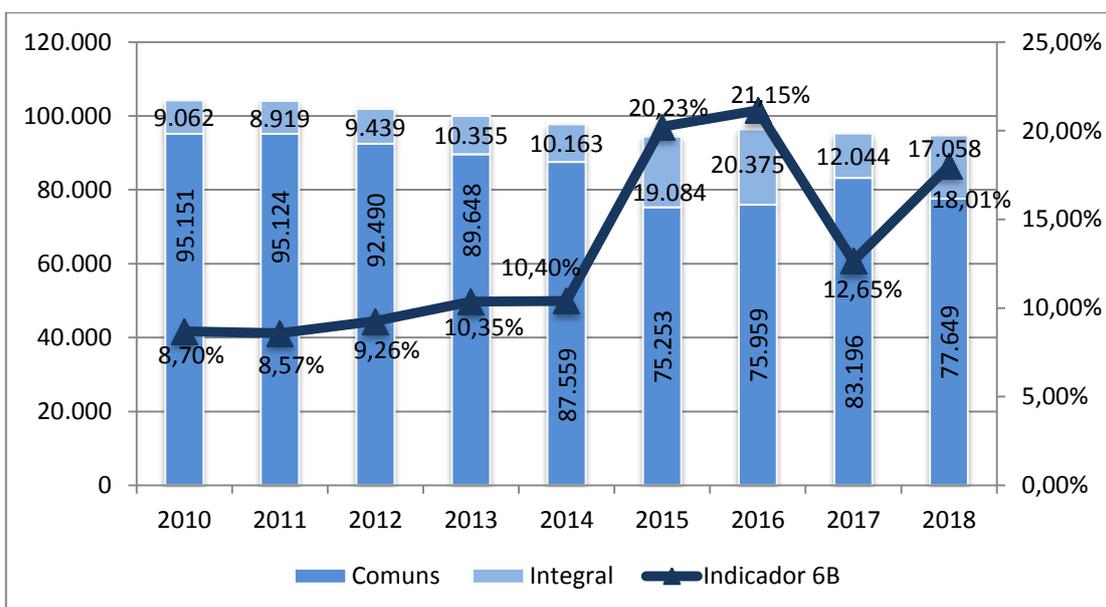
Ao analisar os dados do desenvolvimento da meta, gráficos 6.3 e 6.4, constatou-se que embora a relação de escolas que possuem atendimento integral não tenha demonstrado muitas mudanças, a disponibilidade de vagas neste período teve um grande aumento, isso deve-se aos projetos aderidos pela rede municipal e estadual que conseguiram contemplar mais alunos.

Gráfico 6.1 Número e percentual de unidades escolares públicas em tempo integral na Educação Básica – 2010-2018.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

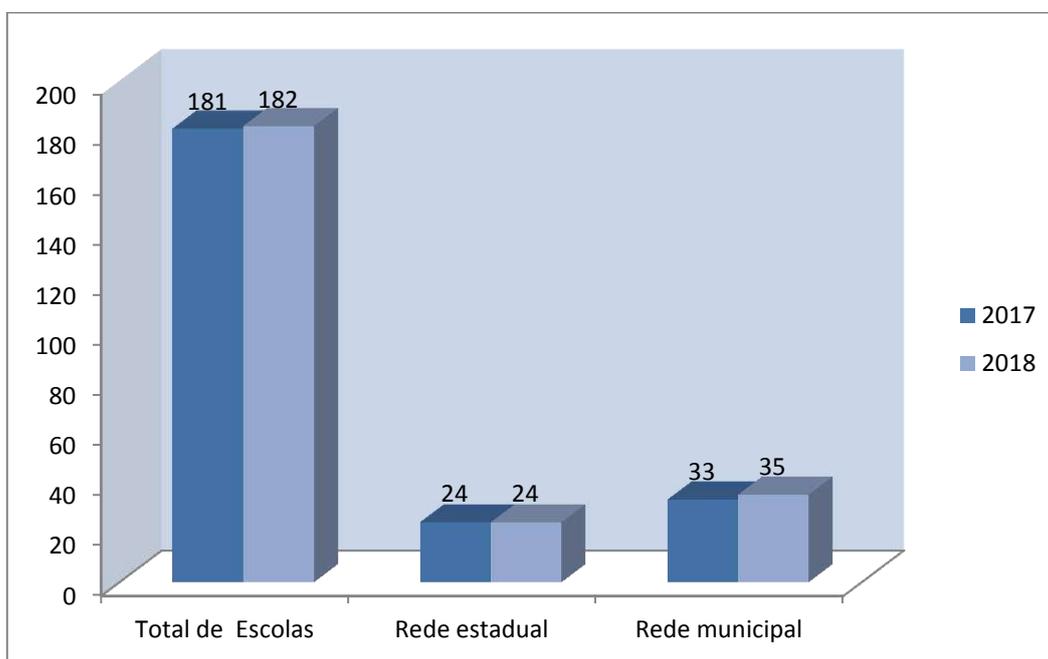
Gráfico 6.2 Número e percentual de matrículas em tempo integral na Educação Básica – 2010-2018.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Para uma melhor visualização disponibilizamos também os gráficos 6.1 e 6.2 contendo a proporção das matrículas e escolas em tempo integral com números absolutos.

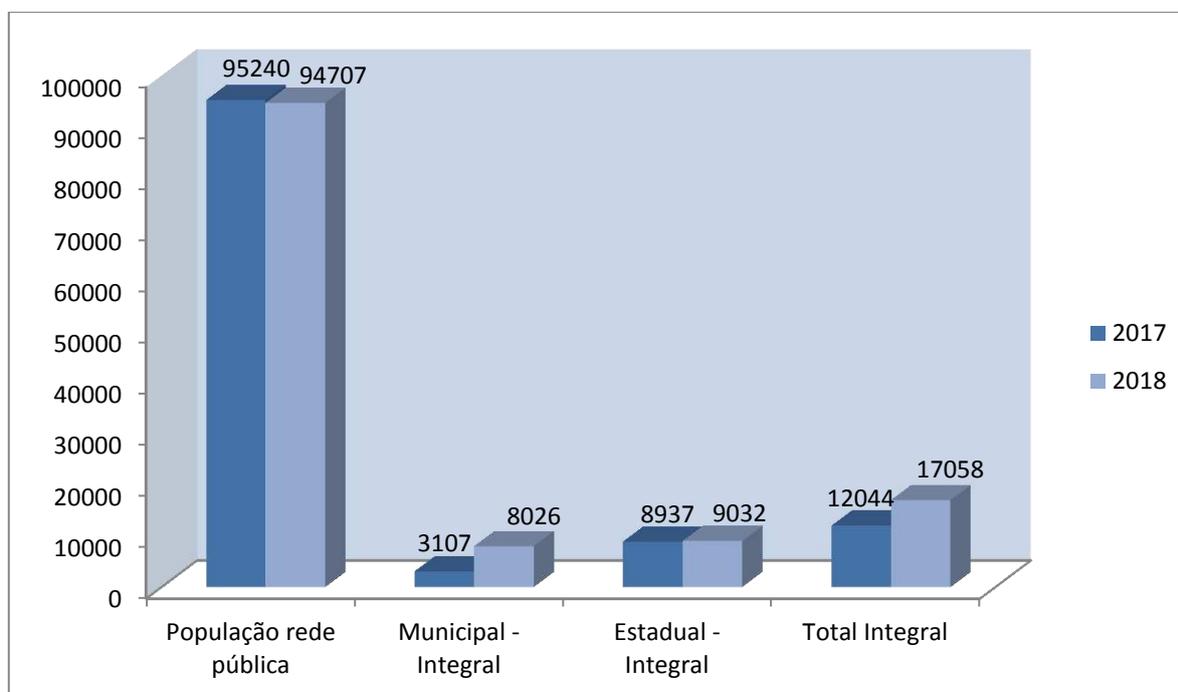
Gráfico 6.3 Unidades escolares públicas em tempo integral na Educação Básica.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

95

Gráfico 6.4 Número de alunos em tempo integral na Educação Básica.



Fonte: GISE/INEP/SE-PSA

Observando as figuras 6.1 e 6.2 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal e estadual.

Figura 6-1 Indicador 6A – percentual de escolas públicas da educação básica que possuem pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral* – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

96

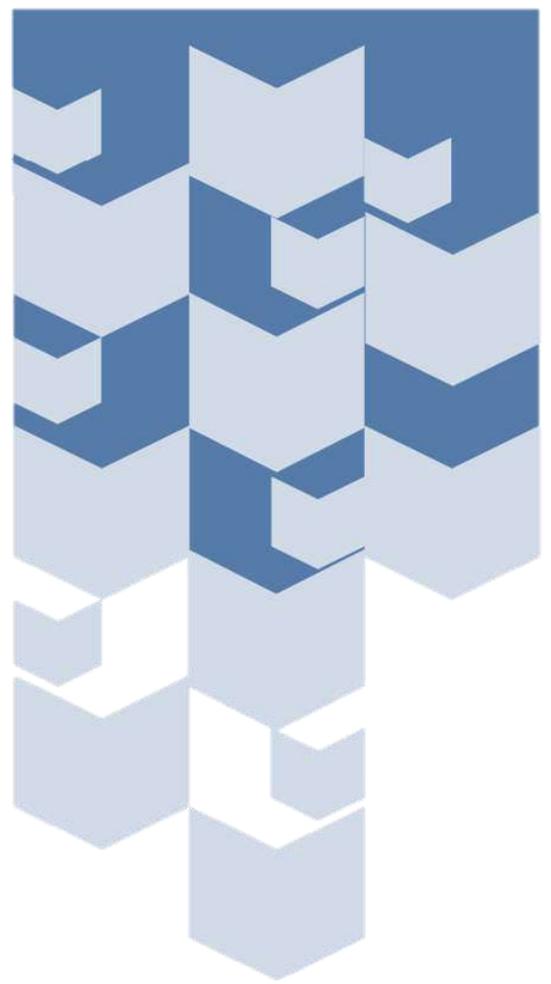
Figura 6-2 Indicador 6B – percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral* – Comparativo Federal, Regional e Estadual.



Fonte: PNE-MEC

META 7

FOMENTAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR E DA APRENDIZAGEM, COM VISTAS A ATINGIR AS METAS ESTABELECIDAS PARA O IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA) DA CIDADE E DE CADA UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL E ESTADUAL.



7 - Descrição da Meta: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, com vistas a atingir as metas estabelecidas para o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da cidade e de cada unidade escolar municipal e estadual.

Indicador 7A	Descrição do Indicador: Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	5,9	6,2	----	6,4	----	6,7	----	6,9	----		----	
≠ MP e ME	----	+0,2	----	+0,1	----		----		----		----	
Meta executada no período	5,7	6,4	----	6,5	----		----		----		----	
Indicador 7B	Descrição do Indicador: Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	5,0	5,3	----	5,8	----	5,8	----	6,1	----		----	
≠ MP e ME	----	-0,8	----	-0,7	----		----		----		----	
Meta executada no período	4,2	4,5	----	4,9	----		----		----		----	
Indicador 7C	Descrição do Indicador: Média do IDEB do ensino médio											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	3,9	4,2	----	4,9	----	4,1	----	4,3	----		----	
≠ MP e ME	----	----	----	-1,0	----		----		----		----	
Meta executada no período	3,7 ¹	3,9 ¹	----	3,9	----		----		----		----	

Essa meta preconiza o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o objetivo de atingir até 2021 as médias nacionais, sendo a que se refere de forma mais direta à qualidade da Educação.

A garantia de padrão de qualidade no que tange a oferta de ensino nas unidades escolares de Educação Básica vem sendo – mesmo apontada como direito na Constituição Federal de 1988 – um discurso recorrente e persuasivo na política educacional brasileira, principalmente na última década. No Brasil, a qualidade da Educação Básica vem sendo associada ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse índice foi criado pelo INEP em 2007 e considera em seu cálculo duas dimensões importantes da qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas Avaliações do Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB).

De modo geral, fomentar a qualidade da educação básica implica enfrentar a desigualdade social existente no município e assegurar a educação como um dos direitos humanos. Implica, também, melhor definição e articulação entre os sistemas de ensino e unidades escolares, organizar os processos de gestão do trabalho escolar, melhorar as condições de trabalho e valorização, formação e desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação.

Com essa meta, espera-se que as redes municipais, estaduais e instituições privadas de ensino articulem-se, por meio de diferentes estratégias e mecanismos, no âmbito do regime de colaboração, para garantir o alcance do nível suficiente de aprendizado, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de estudo, a cada ano e período, nas médias nacionais previstas.

99

Pesquisadores das áreas de políticas educacionais e avaliação apontam para a importância do indicador IDEB na história da educação brasileira, nesse sentido, a aplicação do IDEB no município ajuda a mostrar as limitações educacionais dos alunos da rede, bem como serve de reflexão para os gestores com objetivo de melhorar a qualidade da educação básica.

Tabela 7.1 Qualidade da Educação Básica – Metas Alcançadas e Projetadas IDEB – 2005-2021

Etapa	IDEB Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,9	4,9	5,4	5,6	5,7	6,4	6,5	4,9	5,2	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6	6,8
Anos Finais	4,1	4,2	4,4	4,2	4,2	4,5	4,9	4,4	4,6	4,8	5,2	5,6	5,8	6,0	6,3
Ensino Médio	---	---	---	---	---	---	3,9	3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3

Fonte: INEP

O aumento na proficiência média dos alunos, apresentada na tabela 7.1, no entanto, não significa que todos tenham atingido níveis suficientes de aprendizado, como preconiza a meta. Se analisarmos os resultados das tabelas 5.1, 5.2 e 5.3 na meta 5, veremos o percentual de alunos pelos níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e Matemática do SAEB, evidencia

as diferenças no aprendizado dos alunos do 5º ano na avaliação nacional. Se observamos bem, há um quantitativo considerável de alunos posicionados nos níveis mais baixos das escalas de proficiência nas duas áreas de conhecimento, indicando baixo aprendizado.

Para representar isso, podemos traçar um comparativo entre as tabelas 7.2 e 7.3, que demonstram a média das notas do SAEB, e as tabelas 7.4 e 7.5, com a distribuição conforme nível de proficiência dos alunos, observamos que embora a média das redes no fundamental I tenham tido uma leve melhoria, temos muitos alunos nos níveis iniciais de proficiência demonstrando a carência do ensino na faixa etária.

Tabela 7.2 Resultado médio do SAEB - Língua portuguesa anos iniciais 5º anos - Santo André

	2013	2015	2017
Estadual	207,72	227,00	229,80
Municipal	203,51	220,71	225,88
Total - Estadual e Municipal	205,45	223,43	227,55

Fonte:/INEP

Tabela 7.3 Resultado médio do SAEB - Matemática anos iniciais 5º anos - Santo André

	2013	2015	2017
Estadual	226,69	247,97	243,99
Municipal	215,87	231,88	235,26
Total - Estadual e Municipal	220,86	238,83	238,99

Fonte: INEP

100

Tabela 7.4 Distribuição percentual dos alunos do 5º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de língua portuguesa da ANEB/ANRESC - Santo André - Municipal/Estadual/Pública - 2017

Nível	ANO INICIAIS – 5º ANO		
	Estadual	Municipal	Rede publica
0 (<125)	1,03%	1,48%	1,28%
1 (≥125 <150)	3,32%	4,94%	4,25%
2 (≥150 <175)	8,62%	7,50%	7,98%
3 (≥175 <200)	14,38%	14,15%	14,25%
4 (≥200 <225)	18,37%	20,09%	19,36%
5 (≥225 <250)	19,59%	20,25%	19,97%
6 (≥250 <275)	17,07%	17,32%	17,21%
7 (≥275 <300)	11,06%	9,15%	9,96%
8 (≥300 <325)	5,15%	4,35%	4,69%
9 (≥325)	1,41%	0,77%	1,05%

Fonte: INEP

Tabela 7.5 Distribuição percentual dos alunos do 5º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de matemática da ANEB/ANRESC - Santo André - Municipal/Estadual/Pública - 2017

Nível	ANO INICIAIS – 5º ANO		
	Estadual	Municipal	Rede pública
0 (<125)	0,44%	0,56%	0,51%
1 (≥125 <150)	2,15%	2,26%	2,21%
2 (≥150 <175)	5,90%	6,56%	6,27%
3 (≥175 <200)	9,12%	12,12%	10,84%
4 (≥200 <225)	15,80%	19,07%	17,67%
5 (≥225 <250)	19,04%	21,25%	20,30%
6 (≥250 <275)	22,43%	19,50%	20,75%
7 (≥275 <300)	13,54%	11,79%	12,54%
8 (≥300 <325)	7,99%	4,90%	6,22%
9 (≥325 <350)	2,74%	1,65%	2,11%
10 (≥350)	0,84%	0,36%	0,56%

Fonte: INEP

Traçando o mesmo panorama para o fundamental II, e utilizando como base as tabelas de 7.6 a 7.9, observamos que a quantidade de crianças nos primeiros níveis de proficiência é ainda maior, tal fato nos faz acreditar que os anos finais são mais deficitários que os anos iniciais. Embora não tenha sido definido de forma oficial qual é o nível de suficiência de aprendizado adequado para cada área do conhecimento, conforme prevê a estratégia 7.3³, esses resultados permitem inferir que há deficiências no aprendizado dos alunos avaliados, tendo em vista o expressivo percentual de crianças que não ultrapassam os níveis iniciais da escala.

101

Tabela 7.6 Resultado médio do SAEB - Língua portuguesa anos finais 9º anos - Santo André

	2013	2015	2017
Estadual	237,76	244,35	261,92
Municipal	-	-	-
Total - Estadual e Municipal	237,76	244,35	261,92

Fonte: INEP

Tabela 7.7 Resultado médio do SAEB - Matemática anos finais 9º anos - Santo André

	2013	2015	2017
Estadual	242,35	249,28	257,04
Municipal	-	-	-
Total - Estadual e Municipal	242,35	249,28	257,04

Fonte: INEP

³ Estratégia 7.3: Discutir e elaborar com os(as) professores(as) e demais profissionais da educação os princípios para a construção de roteiros de avaliação para cada modalidade de ensino, considerando os direitos e objetivos de aprendizagem para o acompanhamento e planejamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, até o 3º(terceiro) ano de vigência deste PME.

Tabela 7.8 Distribuição percentual dos alunos do 9º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de língua portuguesa da ANEB/ANRESC - Santo André - Municipal/Estadual/Pública - 2017

Nível	ANO INICIAIS – 9º ANO		
	Estadual	Municipal	Rede publica
0 (<200)	12,25%	-	12,25%
1 (≥200 <225)	10,53%	-	10,53%
2 (≥225 <250)	14,57%	-	14,57%
3 (≥250 <275)	19,86%	-	19,86%
4 (≥275 <300)	20,24%	-	20,24%
5 (≥300 <325)	14,56%	-	14,56%
6 (≥325 <350)	5,93%	-	5,93%
7 (≥350 <375)	2,07%	-	2,07%
8 (≥375)	0%	-	0%

Fonte: INEP

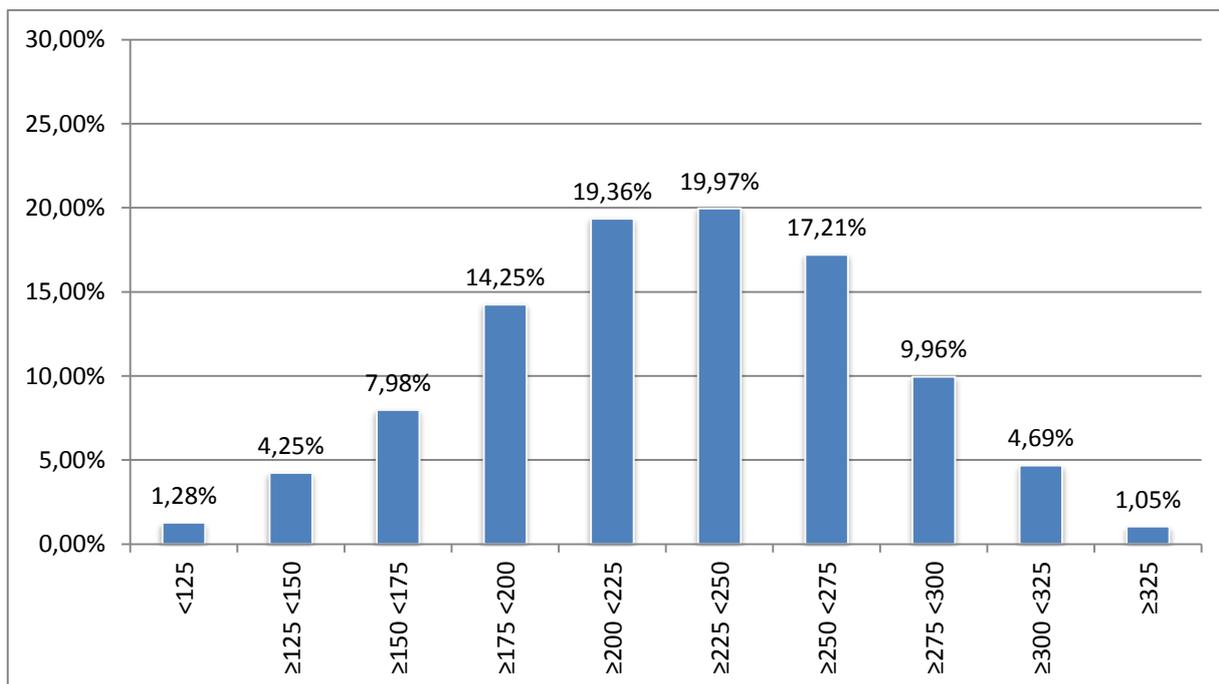
Tabela 7.9 Distribuição percentual dos alunos do 9º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de matemática da ANEB/ANRESC - Santo André - Municipal/Estadual/Pública - 2017

Nível	ANO INICIAIS – 9º ANO		
	Estadual	Municipal	Rede publica
0 (<200)	12,96%	-	12,96%
1 (≥200 <225)	12,56%	-	12,56%
2 (≥225 <250)	17,2%	-	17,2%
3 (≥250 <275)	21,08%	-	21,08%
4 (≥275 <300)	17,32%	-	17,32%
5 (≥300 <325)	11,88%	-	11,88%
6 (≥325 <350)	5,09%	-	5,09%
7 (≥350 <375)	1,55%	-	1,55%
8 (≥375 <400)	0,31%	-	0,31%
9 (≥400)	0,06%	-	0,06%

Fonte: INEP

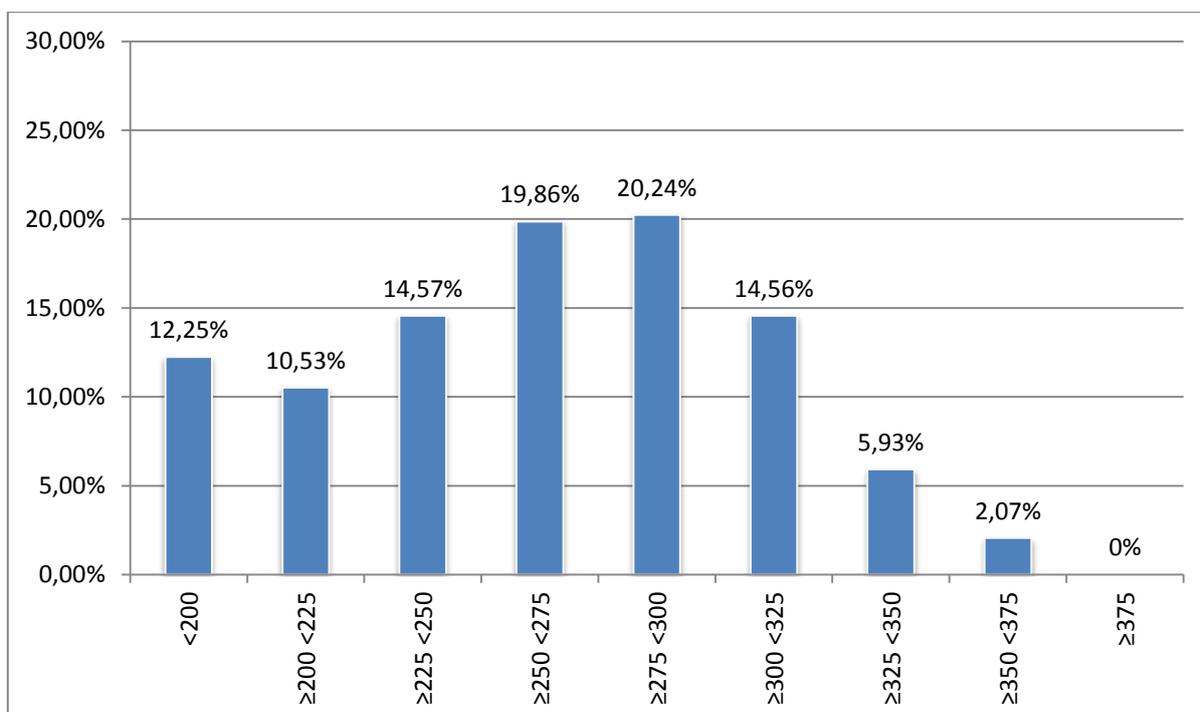
Para uma melhor representação do que foi tratado, os gráficos 7.1 e 7.2 mostram respectivamente o percentual de alunos distribuídos por nível de proficiência em língua portuguesa do Ensino Fundamental I e II e, os gráficos 7.3 e 7.4 mostram respectivamente o percentual de alunos distribuídos por nível de proficiência em matemática do Ensino Fundamental I e II. E ao final do capítulo os quadros de 7.1 a 7.4 descrevem a interpretação de cada nível de competência de acordo com a área de conhecimento.

Gráfico 7.1 Distribuição percentual dos alunos do 5º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de língua portuguesa da ANEB/ANRESC – Santo André – rede pública - 2017



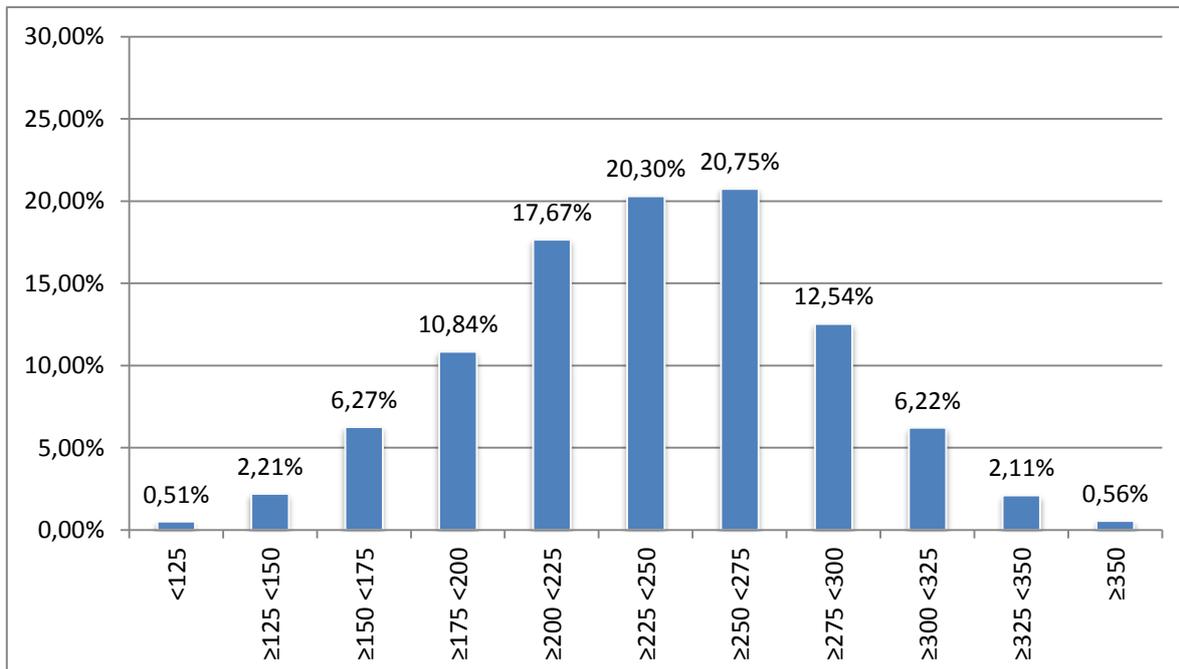
Fonte: INEP

Gráfico 7.2 Distribuição percentual dos alunos do 9º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de língua portuguesa da ANEB/ANRESC – Santo André – rede pública - 2017



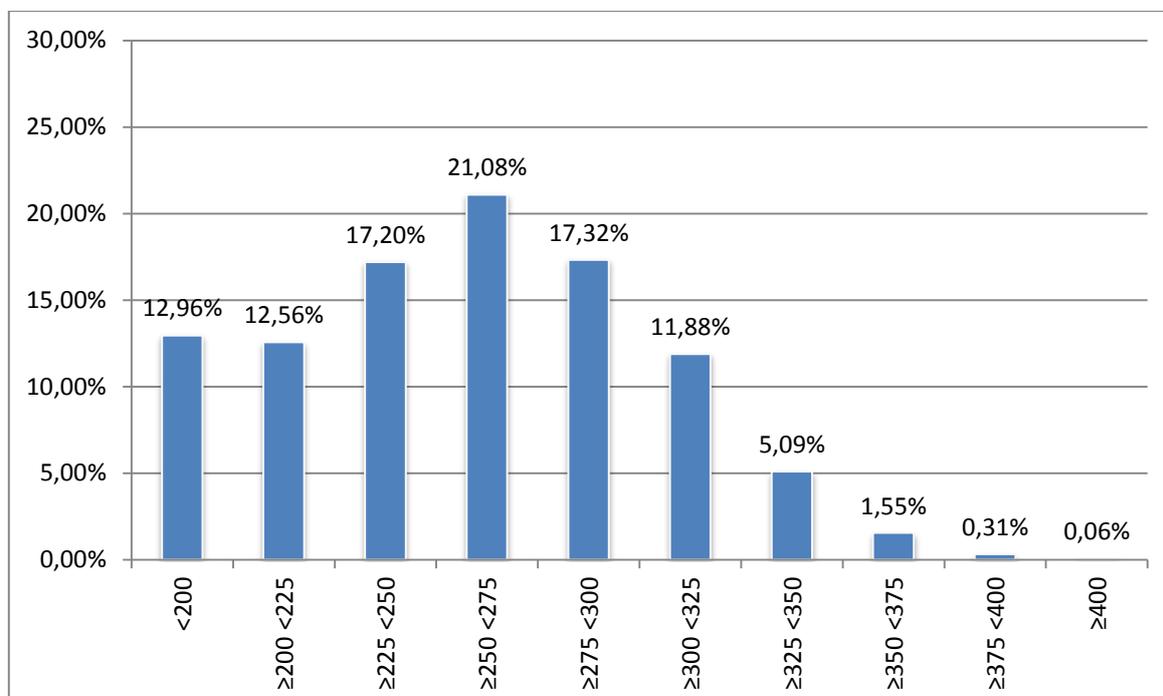
Fonte: INEP

Gráfico 7.3 Distribuição percentual dos alunos do 5º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de matemática da ANEB/ANRESC – Santo André – rede pública - 2017



Fonte: INEP

Gráfico 7.4 Distribuição percentual dos alunos do 9º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de matemática da ANEB/ANRESC – Santo André – rede pública - 2017



Fonte: INEP

De acordo com a estratégia 7.6⁴ da meta, espera-se que 80% dos alunos atinjam o nível suficiente de aprendizado até o final da vigência do PME, sendo assim, imprescindível definir oficialmente qual é o nível “suficiente” de aprendizado em relação aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para o 5º ano do EF, para que se possa monitorar de forma efetiva o aprendizado de todos os alunos e o alcance integral da meta.

Cada ação planejada tem o objetivo de atender a uma ou mais das estratégias prevista no PME. Tanto estado quanto município contam com o apoio da comunidade escolar no desenvolvimento de aprendizagem de seus alunos. Seja através de atividades desportivas, culturais, de lazer, incentivo a leitura, formação docente e/ou conhecimento de especificidades regionais, dentre outros.

A Secretaria de Educação procura articular os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar a partir dos PPPs das unidades escolares nas especificidades de cada espaço. Em 2018, por conta do movimento de elaboração da Proposta Curricular, realizaram-se encontros com diferentes segmentos, principalmente com membros dos Conselhos de Escola e das equipes de apoio para discussão em torno dos principais aspectos pedagógicos que foram traçados para a rede. Esses encontros foram formativos e informativos possibilitando a participação no processo de análise e aprovação da Proposta curricular através de Conferências e mini Conferências.

A parceria com os Conselhos Escolares tanto na rede municipal quanto na Estadual visa divulgar a importância da participação e conscientização da responsabilidade de todos no processo ensino-aprendizagem e na elaboração e execução de políticas públicas educacionais.

Observando as figuras 6.1 e 6.2 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal e estadual.

Quadro 7-1 Interpretação da escala de proficiência de língua portuguesa 5º ano do ensino fundamental

NÍVEL	DESCRIÇÃO
Nível 0 Desempenho menor que 125	A Prova Brasil não utilizou itens que avaliam as habilidades deste nível. Os estudantes localizados abaixo do nível 125 requerem atenção especial, pois não demonstram habilidades muito elementares.
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 125 e menor que 150	Os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas em textos narrativos curtos, informativos e anúncios. ✓ Identificar o tema de um texto. ✓ Localizar elementos como o personagem principal. ✓ Estabelecer relação entre partes do texto: personagem e ação; ação e tempo; ação e lugar.

⁴ Estratégia 7.6: Estabelecer, até o último ano de vigência deste PME, estratégias locais para o acompanhamento da aprendizagem de cada aluno(a) do ensino fundamental e médio para atingir, gradativamente, 80% (oitenta por cento) do nível desejado de aprendizado, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento relativo ao seu ano de estudo.

<p>Nível 2 Desempenho maior ou igual a 150 e menor que 175</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas em contos. ✓ Identificar o assunto principal e a personagem principal em reportagem e em fábulas. ✓ Reconhecer a finalidade de receitas, manuais e regulamentos. ✓ Inferir características de personagens em fábulas. ✓ Interpretar linguagem verbal e não-verbal em tirinhas.
<p>Nível 3 Desempenho maior ou igual a 175 e menor que 200</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informação explícita em contos e reportagens. ✓ Localizar informação explícita em propagandas com ou sem apoio de recursos gráficos. ✓ Reconhecer relação de causa e consequência em poemas, contos e tirinhas. ✓ Inferir o sentido de palavra, o sentido de expressão ou o assunto em cartas, contos, tirinhas e histórias em quadrinhos com o apoio de linguagem verbal e não verbal.
<p>Nível 4 Desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar informação explícita em sinopses e receitas culinárias. ✓ Identificar assunto principal e personagem em contos e letras de música. ✓ Identificar formas de representação de medida de tempo em reportagens. ✓ Identificar assuntos comuns a duas reportagens. ✓ Identificar o efeito de humor em piadas. ✓ Reconhecer sentido de expressão, elementos da narrativa e opinião em reportagens, contos e poemas. ✓ Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em fábulas, poemas, contos e tirinhas. ✓ Inferir sentido decorrente da utilização de sinais de pontuação e sentido de expressões em poemas, fábulas e contos. ✓ Inferir efeito de humor em tirinhas e histórias em quadrinhos.
<p>Nível 5 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar assunto e opinião em reportagens e contos. ✓ Identificar assunto comum a cartas e poemas. ✓ Identificar informação explícita em letras de música e contos. ✓ Reconhecer assunto em poemas e tirinhas. ✓ Reconhecer sentido de conjunções e de locuções adverbiais em verbetes, lendas e contos. ✓ Reconhecer finalidade de reportagens e cartazes. ✓ Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronome e seu referente em tirinhas, contos e reportagens. ✓ Inferir elementos da narrativa em fábulas, contos e cartas. ✓ Inferir finalidade e efeito de sentido decorrente do uso de pontuação e assunto em fábulas. ✓ Inferir informação em poemas, reportagens e cartas. ✓ Diferenciar opinião de fato em reportagens. ✓ Interpretar efeito de humor e sentido de palavra em piadas e tirinhas.
<p>Nível 6 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar opinião e informação explícita em fábulas, contos, crônicas e reportagens. ✓ Identificar informação explícita em reportagens com ou sem o auxílio de recursos gráficos. ✓ Reconhecer a finalidade de verbetes, fábulas, charges e reportagens. ✓ Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em poemas, fábulas e contos. ✓ Inferir assunto principal e sentido de expressão em poemas, fábulas,

	<p>contos, crônicas, reportagens e tirinhas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Inferir informação em contos e reportagens. ✓ Inferir efeito de humor e moral em piadas e fábulas.
<p>Nível 7 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar assunto principal e informações explícitas em poemas, fábulas e letras de música. ✓ Identificar opinião em poemas e crônicas. ✓ Reconhecer o gênero textual a partir da comparação entre textos e assunto comum a duas reportagens. ✓ Reconhecer elementos da narrativa em fábulas. ✓ Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em fábulas, contos e crônicas. ✓ Inferir informação e efeito de sentido decorrente do uso de sinais gráficos em reportagens e em letras de música. ✓ Interpretar efeito de humor em piadas e contos. ✓ Interpretar linguagem verbal e não verbal em histórias em quadrinhos.
<p>Nível 8 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar assunto principal e opinião em contos e cartas do leitor. ✓ Reconhecer sentido de locução adverbial e elementos da narrativa em fábulas e contos. ✓ Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em fábulas e reportagens. ✓ Reconhecer assunto comum entre textos de gêneros diferentes. ✓ Inferir informações e efeito de sentido decorrente do uso de pontuação em fábulas e piadas.
<p>Nível 9 Desempenho maior ou igual a 325</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar opinião em fábulas e reconhecer sentido de advérbios em cartas do leitor.

Fonte: INEP

Quadro 7-2 Interpretação da escala de proficiência de matemática 5º ano do ensino fundamental

NÍVEL	DESCRIÇÃO
<p>Nível 0 Desempenho menor que 125</p>	<p>A Prova Brasil não utilizou itens que avaliam as habilidades deste nível. Os estudantes localizados abaixo do nível 125 requerem atenção especial, pois não demonstram habilidades muito elementares.</p>
<p>Nível 1 Desempenho maior ou igual a 125 e menor que 150</p>	<p>Os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar a área de figuras desenhadas em malhas quadriculadas por meio de contagem.
<p>Nível 2 Desempenho maior ou igual a 150 e menor que 175</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Resolver problemas do cotidiano envolvendo adição de pequenas quantias de dinheiro. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações, relativas ao maior ou menor elemento, em tabelas ou gráficos
<p>Nível 3 Desempenho maior ou igual a 175 e menor que 200</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar um ponto ou objeto em uma malha quadriculada ou croqui, a partir de duas coordenadas ou duas ou mais referências. ✓ Reconhecer dentre um conjunto de polígonos, aquele que possui o maior

	<p>número de ângulos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Associar figuras geométricas elementares (quadrado, triângulo e círculo) a seus respectivos nomes. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Converter uma quantia, dada na ordem das unidades de real, em seu equivalente em moedas. ✓ Determinar o horário final de um evento a partir de seu horário de início e de um intervalo de tempo dado, todos no formato de horas inteiras. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Associar a fração $\frac{1}{4}$ a uma de suas representações gráficas. ✓ Determinar o resultado da subtração de números representados na forma decimal, tendo como contexto o sistema monetário. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer o maior valor em uma tabela de dupla entrada cujos dados possuem até duas ordens. ✓ Reconhecer informações em um gráfico de colunas duplas.
<p style="text-align: center;">Nível 4 Desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer retângulos em meio a outros quadriláteros. ✓ Reconhecer a planificação de uma pirâmide dentre um conjunto de planificações. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o total de uma quantia a partir da quantidade de moedas de 25 e/ou 50 centavos que a compõe, ou vice-versa. ✓ Determinar a duração de um evento cujos horários inicial e final acontecem em minutos diferentes de uma mesma hora dada. ✓ Converter uma hora em minutos. ✓ Converter mais de uma semana inteira em dias. ✓ Interpretar horas em relógios de ponteiros. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o resultado da multiplicação de números naturais por valores do sistema monetário nacional, expressos em números de até duas ordens e posterior adição. ✓ Determinar os termos desconhecidos em uma sequência numérica de múltiplos de cinco. ✓ Determinar a adição, com reserva, de até três números naturais com até quatro ordens. ✓ Determinar a subtração de números naturais usando a noção de completar. ✓ Determinar a multiplicação de um número natural de até três ordens por cinco, com reserva. ✓ Determinar a divisão exata por números de um algarismo. ✓ Reconhecer o princípio do valor posicional do Sistema de Numeração Decimal. ✓ Reconhecer uma fração como representação da relação parte-todo, com o apoio de um conjunto de até cinco figuras. ✓ Associar a metade de um total ao seu equivalente em porcentagem. ✓ Associar um número natural à sua decomposição expressa por extenso. ✓ Localizar um número em uma reta numérica graduada onde estão expressos números naturais consecutivos e uma subdivisão equivalente à metade do intervalo entre eles. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer o maior valor em uma tabela cujos dados possuem até oito ordens. ✓ Localizar um dado em tabelas de dupla entrada.
<p style="text-align: center;">Nível 5 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar um ponto entre outros dois fixados, apresentados em uma figura composta por vários outros pontos. ✓ Reconhecer a planificação de um cubo dentre um conjunto de planificações

	<p>apresentadas.</p> <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar a área de um terreno retangular representado em uma malha quadriculada. ✓ Determinar o horário final de um evento a partir do horário de início, dado em horas e minutos, e de um intervalo dado em quantidade de minutos superior á uma hora. ✓ Converter mais de uma hora inteira em minutos. ✓ Converter uma quantia dada em moedas de 5, 25 e 50 centavos e 1 real em cédulas de real. ✓ Estimar a altura de um determinado objeto com referência aos dados fornecidos por uma régua graduada em centímetros. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o resultado da subtração, com recursos à ordem superior, entre números naturais de até cinco ordens, utilizando as ideias de retirar e comparar. ✓ Determinar o resultado da multiplicação de um número inteiro por um número representado na forma decimal, em contexto envolvendo o sistema monetário. ✓ Determinar o resultado da divisão de números naturais, com resto, por um número de uma ordem, usando noção de agrupamento. ✓ Resolver problemas envolvendo a análise do algoritmo da adição de dois números naturais. ✓ Resolver problemas, no sistema monetário nacional, envolvendo adição e subtração de cédulas e moedas. ✓ Resolver problemas que envolvam a metade e o triplo de números naturais. ✓ Localizar um número em uma reta numérica graduada onde estão expressos o primeiro e o último número representando um intervalo de tempo de dez anos, com dez subdivisões entre eles. ✓ Localizar um número racional dado em sua forma decimal em uma reta numérica graduada onde estão expressos diversos números naturais consecutivos, com dez subdivisões entre eles. ✓ Reconhecer o valor posicional do algarismo localizado na 4ª ordem de um número natural. ✓ Reconhecer uma fração como representação da relação parte-todo, com apoio de um polígono dividido em oito partes ou mais. Associar um número natural às suas ordens e vice-versa.
<p>Nível 6 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer polígonos presentes em um mosaico composto por diversas formas geométricas. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar a duração de um evento a partir dos horários de início, informado em horas e minutos, e de término, também informado em horas e minutos, sem coincidência nas horas ou nos minutos dos dois horários informados. ✓ Converter a duração de um intervalo de tempo, dado em horas e minutos, para minutos. ✓ Resolver problemas envolvendo intervalos de tempo em meses, inclusive passando pelo final do ano (outubro a janeiro). ✓ Reconhecer que entre quatro ladrilhos apresentados, quanto maior o ladrilho, menor a quantidade necessária para cobrir uma dada região. ✓ Reconhecer o m² como unidade de medida de área. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o resultado da diferença entre dois números racionais representados na forma decimal. ✓ Determinar o resultado da multiplicação de um número natural de uma ordem por outro de até três ordens, em contexto que envolve o conceito

	<p>de proporcionalidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o resultado da divisão exata entre dois números naturais, com divisor até quatro, e dividendo com até quatro ordens. ✓ Determinar 50% de um número natural com até três ordens. ✓ Determinar porcentagens simples (25%, 50%). ✓ Associar a metade de um total a algum equivalente, apresentado como fração ou porcentagem. ✓ Associar números naturais à quantidade de agrupamentos de 1 000. ✓ Reconhecer uma fração como representação da relação parte-todo, sem apoio de figuras. ✓ Localizar números em uma reta numérica graduada onde estão expressos diversos números naturais não consecutivos e crescentes, com uma subdivisão entre eles. ✓ Resolver problemas por meio da realização de subtrações e divisões, para determinar o valor das prestações de uma compra a prazo (sem incidência de juros). ✓ Resolver problemas que envolvam soma e subtração de valores monetários. ✓ Resolver problemas que envolvam a composição e a decomposição polinomial de números naturais de até cinco ordens. ✓ Resolver problemas que utilizam a multiplicação envolvendo a noção de proporcionalidade. ✓ Reconhecer a modificação sofrida no valor de um número quando um algarismo é alterado. ✓ Reconhecer que um número não se altera ao multiplicá-lo por 1. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Interpretar dados em uma tabela simples. ✓ Comparar dados representados pelas alturas de colunas presentes em um gráfico.
<p>Nível 7 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Interpretar a movimentação de um objeto utilizando referencial diferente do seu. ✓ Reconhecer um cubo a partir de uma de suas planificações desenhadas em uma malha quadriculada. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o perímetro de um retângulo desenhado em malha quadriculada, com as medidas de comprimento e largura explicitados. ✓ Converter medidas dadas em toneladas para quilogramas ✓ Converter uma quantia, dada na ordem das dezenas de real, em moedas de 50 centavos. ✓ Estimar o comprimento de um objeto a partir de outro, dado como unidade padrão de medida. ✓ Estimar o comprimento de um objeto a partir de outro, dado como unidade padrão de medida. ✓ Resolver problemas envolvendo conversão de quilograma para grama. ✓ Resolver problemas envolvendo conversão de litro para mililitro. ✓ Resolver problemas sobre intervalos de tempo envolvendo adição e subtração e com intervalo de tempo passando pela meia noite. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar 25% de um número múltiplo de quatro. ✓ Determinar a quantidade de dezenas presentes em um número de quatro ordens. ✓ Resolver problemas que envolvem a divisão exata ou a multiplicação de números naturais. ✓ Associar números naturais à quantidade de agrupamentos menos usuais, como 300 dezenas. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Interpretar dados em gráficos de setores.

<p style="text-align: center;">Nível 8 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer uma linha paralela a outra dada como referência em um mapa. ✓ Reconhecer os lados paralelos de um trapézio expressos em forma de segmentos de retas. ✓ Reconhecer objetos com a forma esférica dentre uma lista de objetos do cotidiano. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar a área de um retângulo desenhado numa malha quadriculada, após a modificação de uma de suas dimensões. ✓ Determinar a razão entre as áreas de duas figuras desenhadas numa malha quadriculada. ✓ Determinar a área de uma figura poligonal não convexa desenhada sobre uma malha quadriculada. ✓ Estimar a diferença de altura entre dois objetos, a partir da altura de um deles. ✓ Converter medidas lineares de comprimento (m/cm). ✓ Resolver problemas que envolvem a conversão entre diferentes unidades de medida de massa. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Resolver problemas que envolvem grandezas diretamente proporcionais requerendo mais de uma operação. ✓ Resolver problemas envolvendo divisão de números naturais com resto. ✓ Associar a fração $\frac{1}{2}$ à sua representação na forma decimal. ✓ Associar 50% à sua representação na forma de fração. ✓ Associar um número natural de seis ordens à sua forma polinomial. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Interpretar dados em um gráfico de colunas duplas.
<p style="text-align: center;">Nível 9 Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer a planificação de uma caixa cilíndrica. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o perímetro de um polígono não convexo desenhado sobre as linhas de uma malha quadriculada. ✓ Resolver problemas que envolvem a conversão entre unidades de medida de tempo (minutos em horas, meses em anos). ✓ Resolver problemas que envolvem a conversão entre unidades de medida de comprimento (metros em centímetros). <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o minuendo de uma subtração entre números naturais, de três ordens, a partir do conhecimento do subtraendo e da diferença. ✓ Determinar o resultado da multiplicação entre o número oito e um número de quatro ordens com reserva. ✓ Reconhecer frações equivalentes. ✓ Resolver problemas envolvendo multiplicação com significado de combinatória. ✓ Comparar números racionais com quantidades diferentes de casas decimais. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer o gráfico de linhas correspondente a uma sequência de valores ao longo do tempo (com valores positivos e negativos).
<p style="text-align: center;">Nível 10 Desempenho maior ou igual a 350</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer dentre um conjunto de quadriláteros, aquele que possui lados perpendiculares e com a mesma medida. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Converter uma medida de comprimento, expressando decímetros e centímetros, para milímetros.
--	---

Fonte: INEP

Quadro 7-3 Interpretação da escala de proficiência de língua portuguesa 9º ano do ensino fundamental

NÍVEL	DESCRIÇÃO
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225	Os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer expressões características da linguagem (científica, jornalística etc.) e a relação entre expressão e seu referente em reportagens e artigos de opinião. ✓ Inferir o efeito de sentido de expressão e opinião em crônicas e reportagens.
Nível 2 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas em fragmentos de romances e crônicas. ✓ Identificar tema e assunto em poemas e charges, relacionando elementos verbais e não verbais. ✓ Reconhecer o sentido estabelecido pelo uso de expressões, de pontuação, de conjunções em poemas, charges e fragmentos de romances. ✓ Reconhecer relações de causa e consequência e características de personagens em lendas e fábulas. ✓ Reconhecer recurso argumentativo em artigos de opinião. ✓ Inferir efeito de sentido de repetição de expressões em crônicas.
Nível 3 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas em crônicas e fábulas. ✓ Identificar os elementos da narrativa em letras de música e fábulas. ✓ Reconhecer a finalidade de abaixo-assinado e verbetes. ✓ Reconhecer relação entre pronomes e seus referentes e relações de causa e consequência em fragmentos de romances, diários, crônicas, reportagens e máximas (provérbios). ✓ Interpretar o sentido de conjunções, de advérbios, e as relações entre elementos verbais e não verbais em tirinhas, fragmentos de romances, reportagens e crônicas. ✓ Comparar textos de gêneros diferentes que abordem o mesmo tema. ✓ Inferir tema e ideia principal em notícias, crônicas e poemas. ✓ Inferir o sentido de palavra ou expressão em história em quadrinhos, poemas e fragmentos de romances.
Nível 4 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas em artigos de opinião e crônicas. ✓ Identificar finalidade e elementos da narrativa em fábulas e contos. ✓ Reconhecer opiniões distintas sobre o mesmo assunto em reportagens, contos e enquetes. ✓ Reconhecer relações de causa e consequência e relações entre pronomes e seus referentes em fragmentos de romances, fábulas, crônicas, artigos de opinião e reportagens. ✓ Reconhecer o sentido de expressão e de variantes linguísticas em letras de música, tirinhas, poemas e fragmentos de romances., ✓ Inferir tema, tese e ideia principal em contos, letras de música, editoriais, reportagens, crônicas e artigos. ✓ Inferir o efeito de sentido de linguagem verbal e não verbal em charges e história em quadrinhos. ✓ Inferir informações em fragmentos de romance. ✓ Inferir o efeito de sentido da pontuação e da polissemia como recurso

	para estabelecer humor ou ironia em tirinhas, anedotas e contos.
Nível 5 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar a informação principal em reportagens. ✓ Identificar ideia principal e finalidade em notícias, reportagens e resenhas. ✓ Reconhecer características da linguagem (científica, jornalística etc.) em reportagens. ✓ Reconhecer elementos da narrativa em crônicas. ✓ Reconhecer argumentos e opiniões em notícias, artigos de opinião e fragmentos de romances. ✓ Diferenciar abordagem do mesmo tema em textos de gêneros distintos. ✓ Inferir informação em contos, crônicas, notícias e charges. ✓ Inferir sentido de palavras, da repetição de palavras, de expressões, de linguagem verbal e não verbal e de pontuação em charges, tirinhas, contos, crônicas e fragmentos de romances.
Nível 6 Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar ideia principal e elementos da narrativa em reportagens e crônicas. ✓ Identificar argumento em reportagens e crônicas. ✓ Reconhecer o efeito de sentido da repetição de expressões e palavras, do uso de pontuação, de variantes linguísticas e de figuras de linguagem em poemas, contos e fragmentos de romances. ✓ Reconhecer a relação de causa e consequência em contos. ✓ Reconhecer diferentes opiniões entre cartas de leitor que abordam o mesmo tema. ✓ Reconhecer a relação de sentido estabelecida por conjunções em crônicas, contos e cordéis. ✓ Reconhecer o tema comum entre textos de gêneros distintos. ✓ Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de figuras de linguagem e de recursos gráficos em poemas e fragmentos de romances. ✓ Diferenciar fato de opinião em artigos e reportagens. ✓ Inferir o efeito de sentido de linguagem verbal e não verbal em tirinhas.
Nível 7 Desempenho maior ou igual a 350 e menor que 375	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas, ideia principal e expressão que causa humor em contos, crônicas e artigos de opinião. ✓ Identificar variantes linguísticas em letras de música. ✓ Reconhecer a finalidade e a relação de sentido estabelecida por conjunções em lendas e crônicas.
Nível 8 Desempenho maior ou igual a 375	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar ideia principal em manuais, reportagens, artigos e teses. ✓ Identificar os elementos da narrativa em contos e crônicas. ✓ Diferenciar fatos de opiniões e opiniões diferentes em artigos e notícias. ✓ Inferir o sentido de palavras em poemas.

Fonte: INEP

Quadro 7- 4 Interpretação da escala de proficiência de matemática 9º ano do ensino fundamental

NÍVEL	DESCRIÇÃO
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 200 e menor	Os estudantes provavelmente são capazes de: NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer o maior ou o menor número em uma coleção de números

que 225	<p>racionais, representados na forma decimal.</p> <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Interpretar dados apresentados em tabela e gráfico de colunas.
<p>Nível 2 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer a fração que corresponde à relação parte-todo entre uma figura e suas partes hachuradas. ✓ Associar um número racional que representa uma quantia monetária, escrito por extenso, à sua representação decimal. ✓ Determinar uma fração irredutível, equivalente a uma fração dada, a partir da simplificação por três. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Interpretar dados apresentados em um gráfico de linha simples. ✓ Associar dados apresentados em gráfico de colunas a uma tabela.
<p>Nível 3 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer o ângulo de giro que representa a mudança de direção na movimentação de pessoas/objetos. ✓ Reconhecer a planificação de um sólido simples, dado através de um desenho em perspectiva. ✓ Localizar um objeto em representação gráfica do tipo planta baixa, utilizando dois critérios: estar mais longe de um referencial e mais perto de outro. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar uma fração irredutível, equivalente a uma fração dada, a partir da simplificação por sete. ✓ Determinar a soma, a diferença, o produto ou o quociente de números inteiros em situações-problema. ✓ Localizar o valor que representa um número inteiro positivo associado a um ponto indicado em uma reta numérica. ✓ Resolver problemas envolvendo grandezas diretamente proporcionais, representadas por números inteiros. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Associar dados apresentados em tabela a gráfico de setores. Analisar dados dispostos em uma tabela simples. ✓ Analisar dados apresentados em um gráfico de linha com mais de uma grandeza representada.
<p>Nível 4 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar um ponto em um plano cartesiano, com o apoio de malha quadriculada, a partir de suas coordenadas. ✓ Reconhecer as coordenadas de um ponto dado em um plano cartesiano, com o apoio de malha quadriculada. ✓ Interpretar a movimentação de um objeto utilizando referencial diferente do seu. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Converter unidades de medidas de comprimento, de metros para centímetros, na resolução de situação-problema. ✓ Reconhecer que a medida do perímetro de um retângulo, em uma malha quadriculada, dobra ou se reduz à metade quando os lados dobram ou são reduzidos à metade. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar a soma de números racionais em contextos de sistema monetário. ✓ Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica de 1º grau envolvendo números naturais, em situação-problema. ✓ Localizar números inteiros negativos na reta numérica. ✓ Localizar números racionais em sua representação decimal. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Analisar dados dispostos em uma tabela de dupla entrada.
<p>Nível 5 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer que o ângulo não se altera em figuras obtidas por ampliação/ redução. ✓ Localizar dois ou mais pontos em um sistema de coordenadas. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o perímetro de uma região retangular, com o apoio de figura, na resolução de uma situação-problema. ✓ Determinar o volume através da contagem de blocos. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Associar uma fração com denominador dez à sua representação decimal. ✓ Associar uma situação problema à sua linguagem algébrica, por meio de equações do 1º grau ou sistemas lineares. ✓ Determinar, em situação-problema, a adição e multiplicação entre números racionais, envolvendo divisão por números inteiros. ✓ Determinar a porcentagem envolvendo números inteiros. ✓ Resolver problema envolvendo grandezas diretamente proporcionais, representadas por números racionais na forma decimal.
<p>Nível 6 Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer a medida do ângulo determinado entre dois deslocamentos, descritos por meio de orientações dadas por pontos cardeais. ✓ Reconhecer as coordenadas de pontos representados no primeiro quadrante de um plano cartesiano. ✓ Reconhecer a relação entre as medidas de raio e diâmetro de uma circunferência, com o apoio de figura. ✓ Reconhecer a corda de uma circunferência, as faces opostas de um cubo, a partir de uma de suas planificações. ✓ Comparar as medidas dos lados de um triângulo a partir das medidas de seus respectivos ângulos opostos. ✓ Resolver problema utilizando o Teorema de Pitágoras no cálculo da medida da hipotenusa, dadas as medidas dos catetos. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Converter unidades de medida de massa, de quilograma para grama, na resolução de situação problema. ✓ Resolver problema fazendo uso de semelhança de triângulos. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer frações equivalentes. ✓ Associar um número racional, escrito por extenso, à sua representação decimal, e vice-versa. ✓ Estimar o valor da raiz quadrada de um número inteiro aproximando-o de um número racional em sua representação decimal. ✓ Resolver problema envolvendo grandezas diretamente proporcionais, com constante de proporcionalidade não inteira. ✓ Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica que contenha parênteses, envolvendo números naturais. ✓ Determinar um valor monetário obtido por meio de um desconto ou um acréscimo percentual. ✓ Determinar o valor de uma expressão numérica, com números irracionais, fazendo uso de uma aproximação racional fornecida. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Resolver problemas que requerem a comparação de dois gráficos de colunas.
<p>Nível 7 Desempenho maior ou igual a 350 e menor</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p>

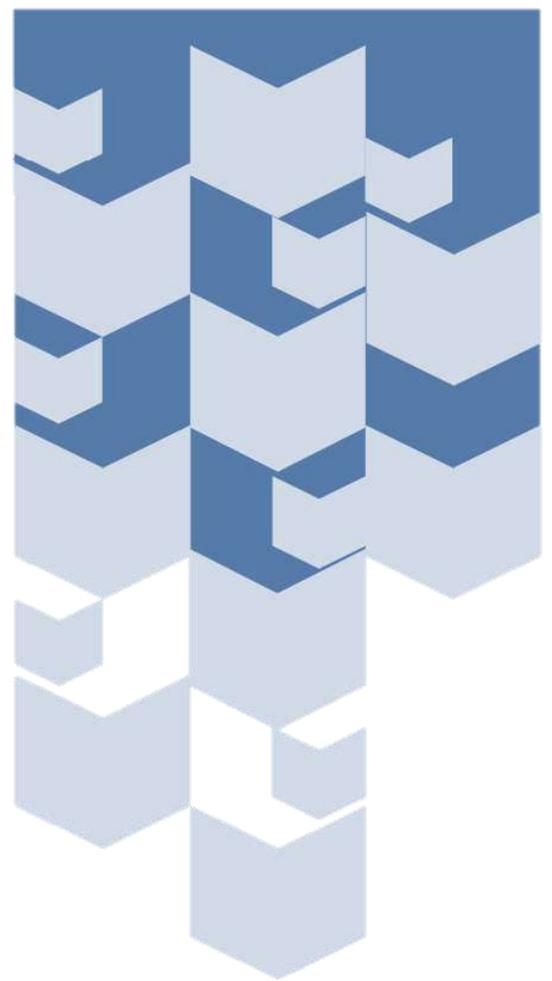
<p>que 375</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer ângulos agudos, retos ou obtusos de acordo com sua medida em graus. ✓ Reconhecer as coordenadas de pontos representados num plano cartesiano localizados em quadrantes diferentes do primeiro. ✓ Determinar a posição final de um objeto, após a realização de rotações em torno de um ponto, de diferentes ângulos, em sentido horário e anti-horário. ✓ Resolver problemas envolvendo ângulos, inclusive utilizando a Lei Angular de Tales sobre a soma dos ângulos internos de um triângulo. ✓ Resolver problemas envolvendo as propriedades de ângulos internos e externos de triângulos e quadriláteros, com ou sem justaposição ou sobreposição de figuras. ✓ Resolver problema utilizando o Teorema de Pitágoras no cálculo da medida de um dos catetos, dadas as medidas da hipotenusa e de um de seus catetos. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o perímetro de uma região retangular, obtida pela justaposição de dois retângulos, descritos sem o apoio de figuras. ✓ Determinar a área de um retângulo em situações-problema. ✓ Determinar a área de regiões poligonais desenhadas em malhas quadriculadas. ✓ Determinar o volume de um cubo ou de um paralelepípedo retângulo, sem o apoio de figura. ✓ Converter unidades de medida de volume, de m^3 para litro, em situações-problema. ✓ Reconhecer a relação entre as áreas de figuras semelhantes. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o quociente entre números racionais, representados na forma decimal ou fracionária, em situações-problema. ✓ Determinar a soma de números racionais dados na forma fracionária e com denominadores diferentes. ✓ Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica de 2º grau, com coeficientes naturais, envolvendo números inteiros. ✓ Determinar o valor de uma expressão numérica envolvendo adição, subtração, multiplicação e/ou potenciação entre números inteiros. ✓ Determinar o valor de uma expressão numérica com números inteiros positivos e negativos. ✓ Determinar o valor de uma expressão numérica com números racionais. ✓ Comparar números racionais com diferentes números de casas decimais, usando arredondamento. ✓ Localizar na reta numérica um número racional, representado na forma de uma fração imprópria. ✓ Associar uma fração à sua representação na forma decimal ✓ Associar uma situação problema à sua linguagem algébrica, por meio de inequações do 1º grau. ✓ Associar a representação gráfica de duas retas no plano cartesiano a um sistema de duas equações lineares e vice-versa. ✓ Resolver problemas envolvendo equação do 2º grau. <p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar a média aritmética de um conjunto de valores. ✓ Estimar quantidades em gráficos de setores. ✓ Analisar dados dispostos em uma tabela de três ou mais entradas. ✓ Interpretar dados fornecidos em gráficos envolvendo regiões do plano cartesiano. ✓ Interpretar gráficos de linhas com duas sequências de valores.
<p>Nível 8 Desempenho maior ou igual a 375 e menor que 400</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Resolver problemas utilizando as propriedades das cevianas (altura, mediana e bissetriz) de um triângulo isósceles, com o apoio de figura. <p>GRANDEZAS E MEDIDAS</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Converter unidades de medida de capacidade, de mililitro para litro, em situações-problema. ✓ Reconhecer que a área de um retângulo quadruplica quando seus lados dobram. ✓ Determinar a área de figuras simples (triângulo, paralelogramo, trapézio), inclusive utilizando composição/decomposição. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica do 1^o grau, com coeficientes racionais, representados na forma decimal. ✓ Determinar o valor de uma expressão numérica envolvendo adição, subtração e potenciação entre números racionais, representados na forma decimal. ✓ Resolver problemas envolvendo grandezas inversamente proporcionais.
<p style="text-align: center;">Nível 9 Desempenho maior ou igual a 400</p>	<p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <p>ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Resolver problemas utilizando a soma das medidas dos ângulos internos de um polígono. <p>NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer a expressão algébrica que expressa uma regularidade existente em uma sequência de números ou de figuras geométricas.

Fonte: INEP

META 8

ELEVAR A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 29 (VINTE E NOVE) ANOS, DE MODO A ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) ANOS DE ESTUDO, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PLANO, PARA OS 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) MAIS POBRES, E IGUALAR A ESCOLARIDADE MÉDIA ENTRE NEGROS E NÃO NEGROS DECLARADOS À FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).



8 - Descrição da Meta: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo, até o último ano de vigência deste Plano, para os 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Indicador 8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	-----	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos
≠ MP e ME	-----	-----	----	----	----							
Meta executada no período	10,7 anos	12,3 anos	12,4 anos	12,4 anos	12,4 anos							
Indicador 8B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	-----	-----	-----	-----							
≠ MP e ME	-----	-----	-----	-----	-----							
Meta executada no período	-----	-----	-----	-----	-----							
Indicador 8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	-----	-----	-----	-----							
≠ MP e ME	-----	-----	-----	-----	-----							
Meta executada no período	8,9	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							

Indicador 8D	Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	86,18%	86,86%	89,51%	87,22%	87,48%	89,56%	91,64%	93,72%	95,8%	97,88%	100%
≠ MP e ME	----	-0,78%	+1,34%	- 4,11%	-1,82%							
Meta executada no período	84,8%	85,4%	88,2%	85,4%	85,4%							
Indicador 8E	Percentual da população de 18 a 29 anos residente no campo com menos de 12 anos de escolaridade											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	-----	----	-----	-----							
≠ MP e ME	-----	-----	----	-----	-----							
Meta executada no período	-----	27,4%	27,4%	27,4%	27,4%*							
Indicador 8F	Percentual da população de 18 a 29 anos residente no campo com menos de 12 anos de escolaridade											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	-----	-----	-----	-----							
≠ MP e ME	-----	-----	-----	-----	-----							
Meta executada no período	-----	-----	-----	-----	-----							

Indicador 8G	Percentual da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres com menos de 12 anos de escolaridade											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	----	----	----	----							
≠ MP e ME	----	----	----	----	----							
Meta executada no período	----	----	----	----	----							
Indicador 8H	Percentual da população negra entre 18 e 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade.											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	----	----	----	----							
≠ MP e ME	----	----	----	----	----							
Meta executada no período	----	39,7%	39,7%	39,7%	39,7%*							

- Dados fornecidos pela SDGE/GISE.

A meta tem como objetivos gerais a redução das desigualdades e a ampliação da escolaridade da população entre 18 e 29 anos de idade até o fim da vigência deste plano. Os objetivos específicos se voltam para os grupos que registram historicamente menores percentuais de acesso à escolarização: os mais pobres, os negros e os residentes nas áreas rurais e nas regiões de menor escolaridade. As estratégias para alcançar tais objetivos são ações para correção de fluxo, programas de educação de jovens e adultos, exames de certificação, ampliação da oferta de educação profissional e ações de busca ativa de jovens fora da escola.

As redes Municipal e Estadual ofertaram a Educação de Jovens e Adultos presencial, em unidades escolares localizadas nas diversas regiões do município, a fim de garantir o acesso ou dar continuidade aos estudos da população na educação básica. Apesar das ações e dos investimentos realizados pelo município não é garantida a permanência e conclusão deste público até o final do curso.

Os indicadores visam proporcionar compreensão mais detalhada sobre os desafios postos às políticas e ações voltadas ao alcance dos objetivos da meta. Não é possível constatar se houve evolução nos indicadores, pois o último Censo Populacional do IBGE é de 2010 e não foi realizado outro para fazer comparativo. Cabe ressaltar que esta meta refere-se à população de 18 a 29 anos, ou seja, faixa escolar não obrigatória, o que dificulta ainda mais o retorno e a permanência nos bancos escolares, principalmente quando a necessidade financeira se sobrepõe à educacional.

123

A escolaridade média é resultante do acúmulo de anos concluídos com sucesso na educação básica e em etapas superiores. A meta ainda expressa a preocupação em igualar a escolaridade média entre jovens negros e não negros para garantir que esse processo ocorra de forma equitativa e sem reproduzir desigualdades.

A melhoria dos indicadores relativos a meta vincula-se à universalização da educação básica e à ampliação do acesso aos níveis mais elevados do ensino, bem como requer políticas voltadas à educação de jovens e adultos e daqueles provenientes dos grupos mais vulneráveis. Nessa direção, a Secretaria de Estado de Educação e Secretaria Municipal de Educação promovem a divulgação e certificação em exames gratuitos para jovens e adultos finalizarem o ensino fundamental e médio e programas para atender aos alunos com defasagem idade/série. Observamos que os programas devam ser ampliados para que o atendimento à meta 8 aconteça até 2025.

De forma geral alguns indicadores não foram aferidos, pois não foram localizadas fontes oficiais para consulta quanto aos dados requisitados.

De forma geral alguns indicadores não foram aferidos, pois não foram localizadas fontes oficiais para consulta quanto aos dados requisitados. Observando as figuras de 8.1 a 8.8, podemos averiguar numa perspectiva nacional, regional e estadual o andamento da meta conforme o site oficial de monitoramento do Plano Nacional de Educação. Vale ressaltar que para

os indicadores das figuras 8.5 a 8.8, existem dados para o município que não temos como identificar a forma de cálculo ou sua veracidade.

Figura 8-1 Indicador 8A - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade



Fonte: PNE-MEC

Figura 8-2 Indicador 8B - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural



Fonte: PNE-MEC

Figura 8-3 Indicador 8C - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)



Fonte: PNE-MEC

Figura 8-4 Indicador 8D - Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos



Fonte: PNE-MEC

Figura 8-5 Indicador 8E - Percentual da população de 18 a 29 anos residente no campo com menos de 12 anos de escolaridade



Fonte: PNE-MEC

Figura 8-6 Indicador 8F - Percentual da população de 18 a 29 anos residente no campo com menos de 12 anos de escolaridade



Fonte: PNE-MEC

Figura 8-7 Indicador 8G - Percentual da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres com menos de 12 anos de escolaridade



Fonte: PNE-MEC

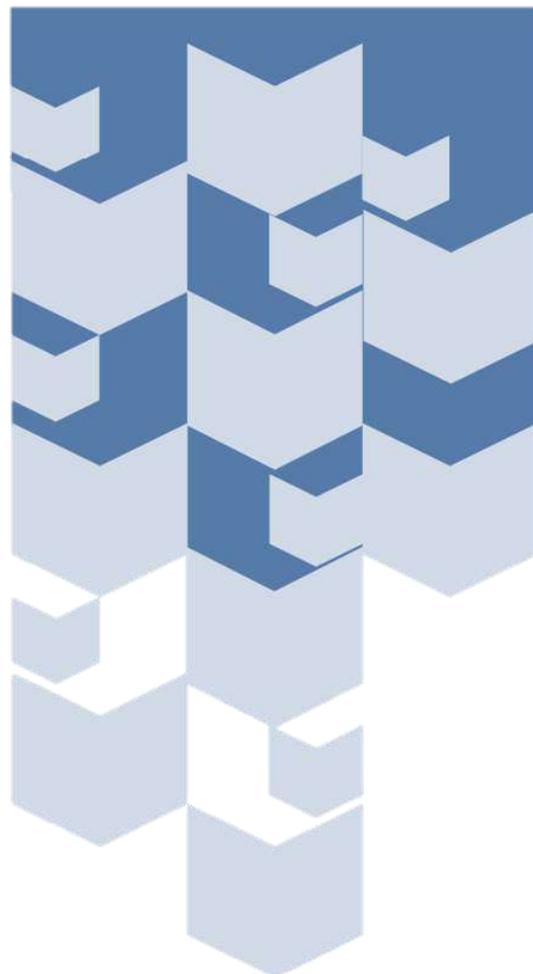
Figura 8-8 Indicador 8H - Percentual da população negra entre 18 e 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade.



Fonte: PNE-MEC

META 9

A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS PARA 98,6% (NOVENTA E OITO INTEIROS E SEIS DÉCIMOS POR CENTO) ATÉ 2020 E, ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PME, SUPERAR O ANALFABETISMO ABSOLUTO E REDUZIR EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) A TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL.



9 - Descrição da Meta: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98,6% (noventa e oito inteiros e seis décimos por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste PME, superar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Indicador 9A	Descrição do Indicador: taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais idade											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	97,35%	97,40%	97,47%	97,60%	97,85%	98,6%	98,88%	99,16%	99,44%	99,72%	100%
≠ MP e ME	-----	-0,27%	-0,30%	-0,37%	-0,50%							
Meta executada no período	97,1%	97,1%	97,1%	97,1%	97,1%							
Indicador 9B	Descrição do Indicador: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	14,04%	13,97%	13,89%	13,79%	13,65%	12,60%	11,55%	10,50%	9,45%	8,40%	7,35%
≠ MP e ME	-----	+0,66	+0,73	+0,81	+0,91							
Meta executada no período	14,7%	14,7%	14,7%	14,7%	14,7%							

Com base nas definições adotadas pelo IBGE, considera-se alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever e analfabeta funcional a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de quatro anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever.

Apesar do município de Santo André ter recebido em 2014 o Selo “sem analfabetismo” por atingir a marca de 97,2% de sua população com 15 anos ou mais, alfabetizadas, sabemos que esses quase 3% ainda carecem de atenção para a alfabetização.

A educação de jovens e adultos é importante na perspectiva da totalidade da escolarização fundamental como patamar mínimo para qualificação pessoal e profissional do sujeito, como condição para o acesso aos diferentes espaços culturais e como elemento possibilitador de reflexão e posicionamento político autônomo. Nesse foco, as bases do conhecimento sistematizado deverão estar em seus aspectos sócio-econômico-político-culturais, visando a construção da consciência crítica e reflexiva, onde as capacidades, atitudes e valores sejam necessário para que as pessoas melhorem a qualidade de vida e continuem aprendendo, tendo uma vida justa e digna.

A alfabetização e o analfabetismo compõem a meta que necessita ser discutida, amplamente, em todo território nacional como política pública imprescindível para o desenvolvimento do país.

Podemos dizer que o analfabetismo entre a população de jovens e adultos no Brasil é persistente, tem causas históricas e reflete problemas estruturais não superados.

Apesar da sua persistência, e o analfabetismo ser reconhecido como uma violação do direito humano à educação, as diversas políticas públicas implementadas ao longo da história não conseguiram superar a questão, muito menos baixar os seus índices para padrões internacionais compatíveis com o nível de desenvolvimento do país.

Dados recentes mostram que temos 11,5 milhões de pessoas acima de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever, o equivalente a 7% para esta faixa etária. (PNAD, 2018).

Os direitos educativos dos jovens e adultos brasileiros estão inscritos, na atualidade, em três instrumentos jurídicos de âmbito nacional. A Constituição Federal de 1988 atendeu os reclamos da sociedade e reconheceu o direito dos jovens e adultos no ensino fundamental, obrigando os poderes públicos à sua oferta gratuita.

Esse direito foi detalhado pela Lei nº 9.394 de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi inscrita como modalidade da Educação Básica, apropriada às necessidades e condições peculiares dessas gerações.

Finalmente, em 2000, o Parecer 11 da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE, fixa as Diretrizes Curriculares, enfatizando o direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino de qualidade, à luz dos princípios da proporção, equidade e diferença; explicita as funções dessa modalidade da educação básica (reparação de direitos educativos violados, equalização de oportunidades educacionais e qualificação permanente); impõe limites de idade (distinguindo a educação de jovens e adultos da aceleração de estudos que visa a regularização do fluxo escolar

de adolescentes); assinala a necessidade de flexibilizar a organização escolar e contextualizar o currículo e as metodologias de ensino, proporcionando aos professores e formação específica correspondente.

O município mantém uma parceria entre poder público municipal, federal e a sociedade civil organizada por meio de 09 (nove) entidades em atendimento ao MOVA (Movimento de Alfabetização). A Educação de Jovens e Adultos tem atendimento gratuito nas unidades escolares municipais onde utiliza-se também os recursos do FUNDEB.

Para EJA I (anos iniciais do ensino fundamental) e EJA II (anos finais do ensino fundamental) oferecidos pela rede municipal, são realizadas campanhas de matrículas semestralmente na cidade e nos arredores das EMEIEFs e CPFs que atendem a modalidade. É estabelecido um período de inscrição para realização de matrículas, porém cada unidade escolar tem um instrumento de registro de demanda com o objetivo de criar um cadastro de interesse.

Na rede estadual as unidades escolares abrem cadastro para demanda semestralmente e também recebem os concluintes do fundamental II da rede municipal.

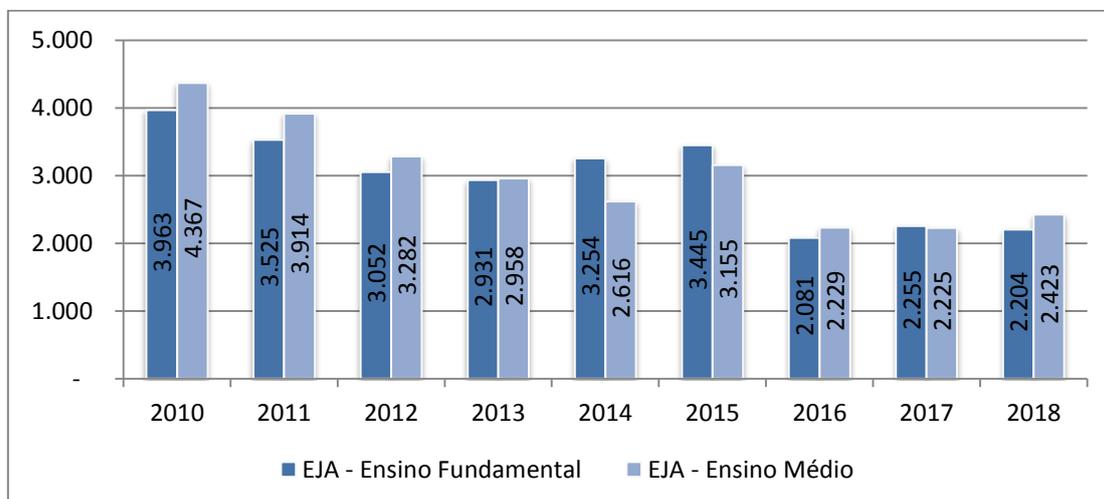
Na rede municipal a campanha de divulgação de matrículas é realizada no início de cada semestre letivo. Neste processo são envolvidos os professores, funcionários e equipes gestoras que produzem materiais visuais e virtuais para ampla divulgação. Também são realizadas ações em campo no entorno dos bairros e comunidades para abordagem qualificada e possível cadastro de interesse.

130

Na rede estadual as unidades escolares são polos de divulgação da EJA.

No gráfico 9.1 é demonstrada a série histórica de evolução das matrículas da EJA, tanto no Ensino Fundamental I e II como no Ensino Médio, pode ser notada uma diminuição crescente na quantidade de matrículas ao longo do período, tal fato pode representar a existência de menos pessoas analfabetas no município contribuindo para o atendimento da meta.

Gráfico 9.1 Número que frequentava a educação de jovens e adultos em nível médio e fundamental– Santo André – 2010-2018.



Fonte: INEP

Observando as figura 9.1 e 9.2 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal, regional e estadual.

Figura 9-1 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais idade



Fonte: PNE-MEC

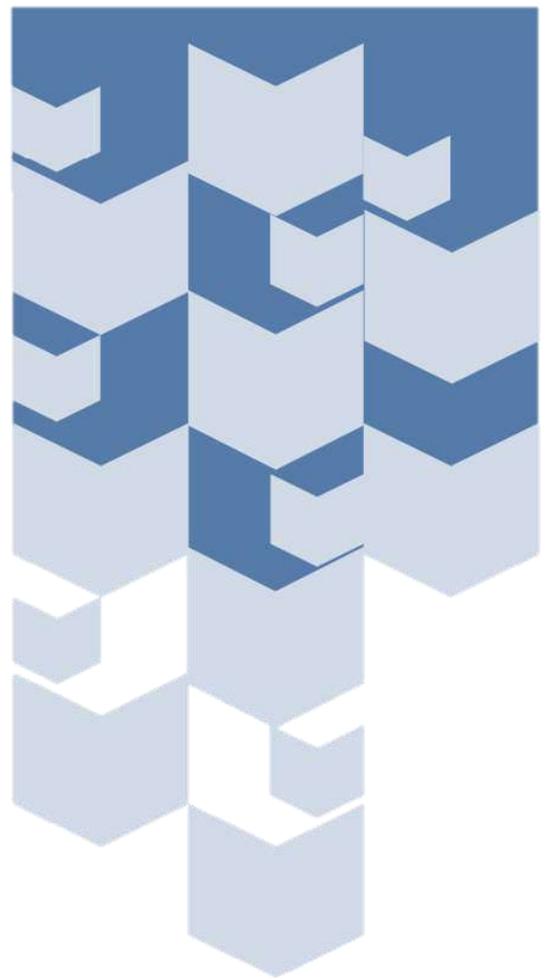
Figura 9-2 Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade



Fonte: PNE-MEC

META 10

OFERECER, NO MÍNIMO, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, GARANTINDO O AUMENTO PROGRESSIVO DE 5% (CINCO POR CENTO) AO ANO ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PLANO, NÃO ULTRAPASSANDO A 30% (TRINTA POR CENTO) DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRADO



Essa meta tem como foco não só ampliar a escolarização dos jovens e adultos, mas também, proporcionar capacitação profissional, de modo que estejam preparados para atuar no mercado de trabalho, a meta articula-se aos esforços de ampliação da escolarização de jovens e adultos – objeto das metas 8 e 9 – e da universalização da educação básica, qualificando a oferta de educação para esse público ao integrá-la à educação profissional, de modo a proporcionar condições mais favoráveis à inserção no mundo do trabalho.

O indicador 10A representa a proporção de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional de nível fundamental oferecido pela rede municipal. A rede estadual não oferece a integração à educação profissionalizante cabendo ao educando procurar uma das entidades que oferecem a profissionalização, como a ETEC Julio de Mesquita ou o Sistema S. Apesar disso atingimos a meta proposta pelo PME que teve a porcentagem de matrículas duplicada desde 2015 no início deste plano.

A rede municipal atende os alunos com a modalidade FIC em parceria com o Centro Paula Souza, SEBRAE, SENAI e SENAI, oferecendo diversos cursos integrados ao EJA respeitando inclusive regionalidade, experiência extraescolar, especificidade do público, as deficiências e o nível de escolaridade.

Dando continuidade à proposta de implementação do currículo integrado na EJA, tendo o trabalho como princípio educativo e articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, em 2018 foram realizados grupos de trabalho para a construção do currículo próprio da rede, praticamente finalizado estando em discussão a documentação pedagógica e a avaliação que será apresentada para a avaliação do Conselho Municipal de Educação.

135

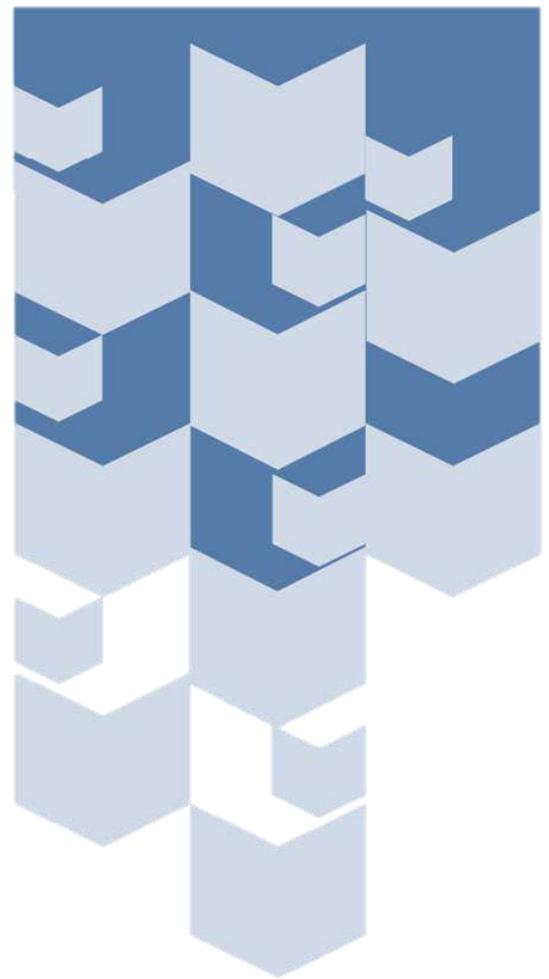
Observando a figura 10.1 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal, regional e estadual.

Figura 10-1 Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional



META 11

TRIPlicAR AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, ASSEGURANDO A QUALIDADE DA OFERTA E PELO MENOS 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA EXPANSÃO NO SEGMENTO PÚBLICO, GARANTINDO QUE, ATÉ 2018, O MUNICÍPIO ATENDA 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA META NACIONAL.



11 - Descrição da Meta: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público, garantindo que, até 2018, o município atenda 50% (cinquenta por cento) da meta nacional.

Indicador 11A	Descrição do Indicador: percentual de alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	41,66%	36,36%	29,26%	31,84%	33,78%	40,65%	47,52%	54,39%	61,26%	68,13%	75%
≠ MP e ME	----	-10,44%	-12,81%	-3,58%	-4,93%							
Meta executada no período	38,33%	31,22%	23,55%	25,68%	26,91%							
Indicador 11B	Descrição do Indicador percentual de alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio na rede pública											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	12,30%	14,28%	14,01%	15,61%	15,86%	21,54%	27,22%	32,90%	38,58%	44,26%	50%
≠ MP e ME	----	-1,98%	-4,76%	-3,30%	-5,43%							
Meta executada no período	8,53%	10,32%	9,52%	10,71%	10,18%							

A Educação Profissional e Tecnológica abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica, de Graduação e de Pós-Graduação, integrando-se aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, conforme a LDB 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio pode apresentar-se nas formas articuladas (integrada ou concomitante) e subsequente⁵ ao Ensino Médio. Os cursos de Educação Profissional Técnica e Tecnológica são organizados por eixos tecnológicos, tendo “por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais.”

Os indicadores aqui apresentados foram os aferidos desde o início do monitoramento do PME, mas seguindo a tendência e as análises feitas a nível nacional para o próximo monitoramento os indicadores serão alterados como apresentado no Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento do PNE de 2018, onde os indicadores foram ajustados para melhor mensurar o que a meta propõe em relação à participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio. Além de alterar os indicadores existentes, foi desenvolvido e incorporado um terceiro indicador ao monitoramento da meta para possibilitar o acompanhamento da expansão acumulada da EPT de nível médio, especificamente no segmento público, no período de vigência do plano.

139

Buscando novas fontes de informação na expectativa de preencher esta meta, mesmo que não seja um trabalho exclusivo da Secretaria de Educação, o comitê interfederativo oficiou outras secretarias da prefeitura. E foi revelado que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico desde 2017 tem feito atividades que contemplam algumas estratégias para a meta.

Para a estratégia 11.2⁶, houve a oferta de 150 vagas em curso de graduação no polo da UNIVESP criado no CESA Cata Preta, em 2017 e a criação da Nova FATEC com novo espaço físico em 2017, mas não foi informada a quantidade de vagas abertas.

Continuando para estratégia 11.3⁷, na modalidade EAD, foram abertas vagas na Escola Aberta de Empreendedorismo e Inovação, no portal da prefeitura, em 2018; Cursos de

⁵ Art. 7º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio:

I - a articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas: a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; b) concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino; c) concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições

educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;

II - a subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. (RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012)

⁶ Estratégia 11.2: Garantir, até 2018, a ampliação de 50%(cinquenta por cento) na expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

qualificação e ou apoiados pelo município e também por intermédio de parcerias, especialmente pelo sistema S (SENAC, SEST, SENAT, SENAI), através do portal da Escola Profissionalizante Andreense, em 2018; e mais 5000 vagas de cursos variados pelo PRONATEC, entre 2017 e 2019.

E com o intuito de ofertar cursos em consonância com o desenvolvimento regional, conforme a estratégia 11.7⁸ diz, foi desenvolvido em 2018 o Circuito Andreense de Empreendedorismo, com ações itinerantes de capacitações e serviços às MPEs junto aos 11 CESAs (Centros Educacionais de Santo André), levando SEBRAE móvel, palestra Empreendedorismo e palestra de gestão (parceria SEBRAE) e atendimento do Banco do Povo Paulista. Que tinham como objetivos informar na cidade os produtos e serviços de apoio às atividades ofertadas pelo município às MPEs, alcançar empreendedor que não possui condições de se deslocar para o centro da cidade, ofertando suporte às suas atividades, promover o desenvolvimento nas áreas mais periféricas do município e criar ações de promoção às micro e pequenas empresas em regiões tradicionalmente não assistidas por este tipo de iniciativa.

Observando as figuras 11.1 e 11.2 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal, regional e estadual.

Figura 11-1 Números de alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio

140



Fonte: PNE-MEC

⁷ Estratégia 11.3: Fomentar a expansão de oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade.

⁸ Estratégia 11.7: Organizar a oferta dos cursos, em consonância com o desenvolvimento local e regional.

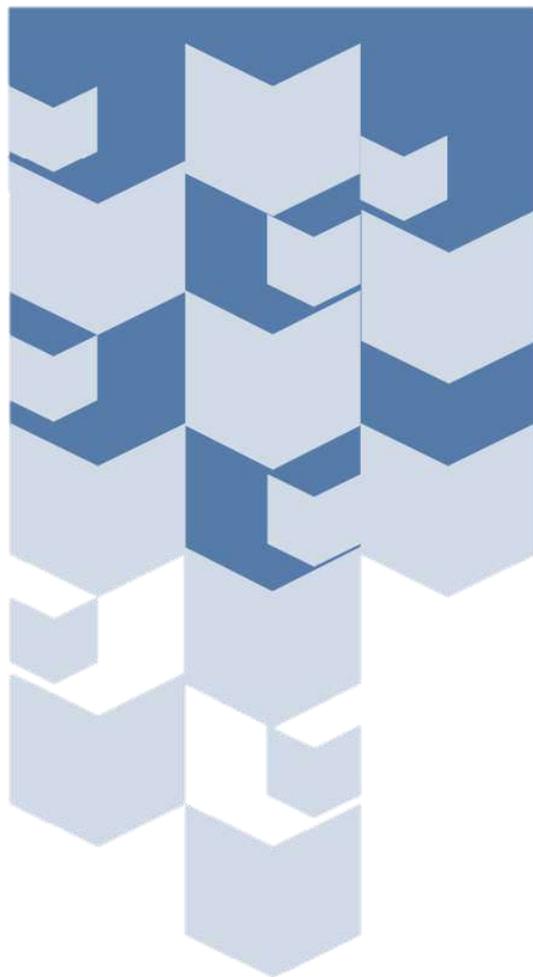
Figura 11-2 Números de alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio na rede pública



Fonte: PNE-MEC

META 12

AMPLIAR E FORTALECER AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS, A FIM DE FAVORECER A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR EM SALA DE AULA.



12 - Descrição da Meta: Ampliar e fortalecer as Políticas Afirmativas, a fim de favorecer a permanência dos alunos no ensino superior em sala de aula.

Indicador 12A	Descrição do Indicador: taxa bruta de matrículas na educação superior (percentual de matrículas na Educação Superior em relação a população de 18 a 24?)											
	2014	2015	2016	2017	2018							
Meta Prevista	0%	----	----	----	----							
Diferença entre MP e ME	---	---	---	----	----							
Meta executada no período	32,7% SP S.A. ----	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Indicador 12B	Descrição do Indicador: taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior (percentual de população com nível superior?)											
	2014	2015	2016	2017	2018							
Meta Prevista	0%	----	----	----	----							
≠ MP e ME	-----	----	----	----	----							
Meta executada no período	20,1%SP S.A. ----	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							

A Educação Superior tem como finalidade a criação e difusão cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo de modo a incentivar trabalhos de pesquisa e investigação científica que visem o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, além de formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento aptos para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira (LDB, 1996). De acordo com os Arts. 44 e 45 da LDB 9394/96, a Educação Superior compreende cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão podendo ser oferecida em instituições de ensino superior pública ou privada, com a garantia dos padrões de qualidade conforme estabelecido na LDB e na Constituição Federal do Brasil de 1988.

O principal papel da Educação Superior é encontrar soluções para os problemas atuais, em todos os campos da atividade humana, visando trazer um futuro melhor para a sociedade. Infelizmente não conseguimos obter de todas as instituições de ensino do município os dados necessários para aferir os indicadores.

No total 53 IES foram notificadas no município, sendo 04 públicas, 49 privadas e dentre essas algumas com atendimento somente EAD. Todas foram oficiadas solicitando dados para compormos os índices dos indicadores, porém tivemos retorno apenas de 37 instituições. 37 instituições receberam os ofícios, 5 instituições não receberam os ofícios, 7 instituições que não existem polos na cidade e 4 instituições que não obtivemos resposta.

Além disso, para o próximo período de monitoramento haverá a inclusão de mais um indicador acrescentado pelo relatório do 2º ciclo de monitoramento do PNE que visa averiguar a participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação.

145

De forma geral alguns indicadores não foram aferidos, pois não foram localizadas fontes oficiais para consulta quanto aos dados requisitados. Observando as figuras 12.1 e 12.2, podemos averiguar numa perspectiva nacional, regional, estadual e municipal o andamento da meta conforme o site oficial de monitoramento do Plano Nacional de Educação. Vale ressaltar que não temos como identificar a forma de cálculo ou sua veracidade.

Figura 12-1 Taxa bruta de matrículas na educação superior.



Fonte: PNE-MEC

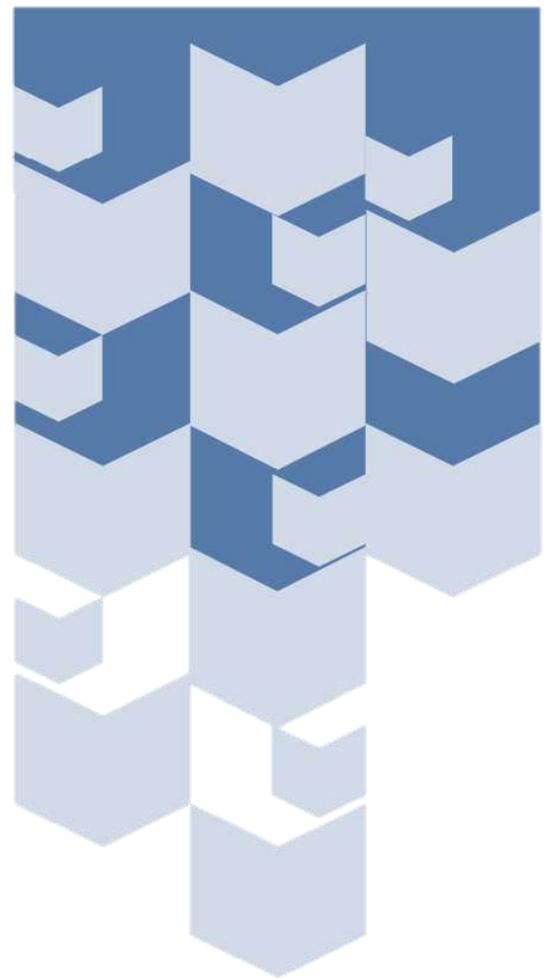
Figura 12-2 Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior.



Fonte: PNE-MEC

META 13

SUBSIDIAR AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) DA REGIÃO, POR MEIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ABC, NA CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO – LATO E STRICTO SENSU - A REFORMULAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS JÁ EXISTENTES E O OFERECIMENTO DE VAGAS NESTES NÍVEIS.



13 - Descrição da Meta: Subsidiar as Instituições de Ensino Superior (IES) da região, por meio do Consórcio Intermunicipal da Região do ABC, na criação de novos cursos de graduação e pós-graduação – lato e stricto sensu - a reformulação curricular dos cursos já existentes e o oferecimento de vagas nestes níveis.

Indicador A	Descrição do Indicador: Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado ou doutorado											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	0%	-----	-----	-----	-----							
≠ MP e ME	-----	-----	-----	-----	-----							
Meta executada no período	SP: 71,7% SA: -----	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Indicador B	Descrição do Indicador: Percentual de funções docentes na educação superior com doutorado											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	0%	-----	-----	-----	-----							
≠ MP e ME	-----	-----	-----	-----	-----							
Meta executada no período	SP:36,8% SA:-----	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							

A presente meta destoa em todos os aspectos das proposições do PNE. Não há referência no documento federal para atendimento do enunciado como se faz nessa meta, além do fato dos indicadores 13A e 13B não sintonizarem com a meta, estando ligados ao que propõe a meta 13 do PNE que visa a qualificação docente do ensino superior, e subentende-se que para garantir um Ensino Superior de qualidade faz-se necessário ter um bom quadro de profissionais dando aula, portanto, aumentar a quantidade de mestres e doutores dando aula nas universidades, sejam públicas ou privadas, e um desafio para garantirmos o melhor aprendizado para os alunos.

E como explicado na meta anterior, apesar de oficiadas, as IES do município não retornaram com as informações requisitadas, o que também impede de aferirmos os indicadores, restando apenas os dados oficiais colhidos do site do observatório do PNE.

Figura 13-1 Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado ou doutorado



149

Fonte: PNE-MEC

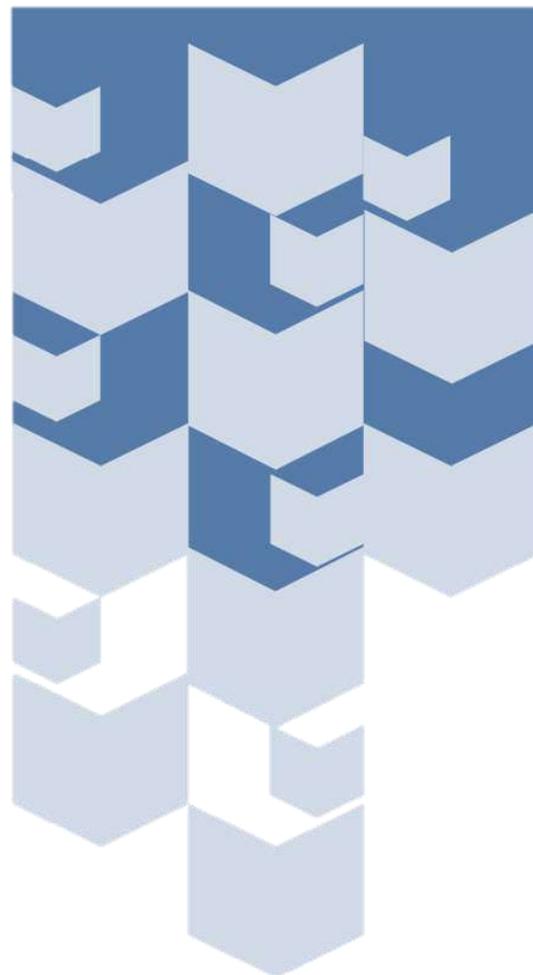
Figura 13-2 Percentual de funções docentes na educação superior com doutorado



Fonte: PNE-MEC

META 14

GARANTIR, EM REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS, NO PRAZO DE 1 (UM) ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME, POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE QUE TRATAM OS INCISOS I, II E III DO CAPUT DO ART. 61 DA LEI NO 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, ASSEGURANDO QUE TODOS OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POSSUAM FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE NÍVEL SUPERIOR, OBTIDA EM CURSO DE LICENCIATURA, NA ÁREA DE CONHECIMENTO EM QUE ATUAM.



14 - Descrição da Meta: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura, na área de conhecimento em que atuam.

Indicador 14A	Descrição do Indicador: Porcentagem de docentes na educação básica com formação de nível superior											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	88,09%	89,67%	89,98%	90,63%	90,34%	91,95%	93,56%	95,17%	96,78%	98,39%	100%
≠ MP e ME	-----	+0,28%	-1,20%	-1,08%	-1,92%							
Meta executada no período	87,63%	88,37%	88,47%	88,90%	88,71%							

% Educação Infantil	75,30%	78,40%	78,90%	79,90%	74,20%							
% Ensino Fundamental	90,50%	91,30%	91,20%	91,60%	94,60%							
% Ensino Médio	94,70%	95,90%	96,10%	96,40%	97,50%							

A meta tem por objetivo assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. O Decreto nº 8752 de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica vem atender a Meta 14 do Plano Municipal de Educação que estabelece a garantia, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência, política de formação dos profissionais da educação. Visto que o decreto regulador foi publicado um ano após o PME, o prazo também deve ser reconsiderado, apesar de tanto a rede municipal, quanto a estadual do município oferecerem aos seus professores, por diversos meios, o acesso à formação superior.

Para o próximo período de monitoramento os indicadores serão separados, sendo 4 a serem analisados levando em consideração a porcentagem de docentes por etapa de ensino com formação específica de nível superior, facilitando o diagnóstico caso haja defasagem a ser sanada.

Para, além disso, o Fórum Municipal de Educação se compromete a junto com o Fórum Regional, o Consórcio Intermunicipal e a Secretaria de Educação iniciar debates a fim de contribuir com a reforma curricular dos cursos de licenciatura e a implementação de cursos específicos para formação de professores, priorizando o curso de pedagogia, com as IES públicas.

Embora o indicador da meta nacional esteja um pouco diferente da municipal, observando a figura 14-1 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal, regional e estadual.

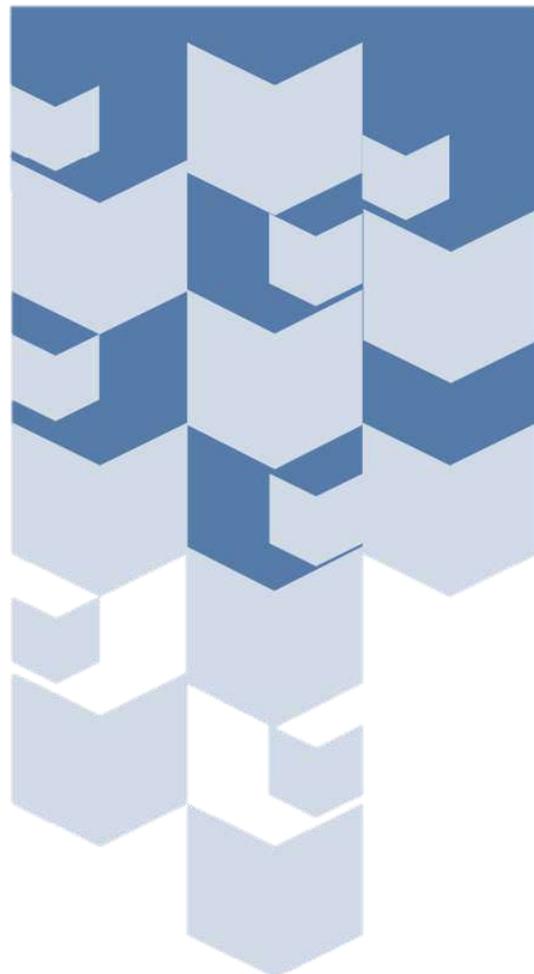
153

Figura 14-1 Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica



META 15

FORMAR, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO, PREFERENCIALMENTE EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME, E GARANTIR A TODOS (AS) OS (AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES, DEMANDAS E CONTEXTUALIZAÇÕES DOS SISTEMAS DE ENSINO.



15 - Descrição da Meta: Formar, em nível de pós-graduação, preferencialmente em universidades públicas, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Indicador 15A	Descrição do Indicador: percentual de docentes da educação básica com pós-graduação <i>latu sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	30,18%	34,37%	35,50%	36,75%	33,45%	36,20%	38,95%	41,70%	44,45%	47,20%	50%
≠ MP e ME	-----	+2,46%	-0,68%	-0,64%	-6,05%							
Meta executada no período	28,20%	32,64%	33,69%	34,86%	30,70%							

A meta é constituída por dois objetivos centrais: o primeiro é formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica; e o segundo visa garantir a formação continuada a todos os profissionais da educação básica na sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino. Atualmente trabalhamos com apenas um indicador, mas já há um outro que será incluído no próximo monitoramento que visa levantar o percentual de professores que realizam cursos de formação continuada.

A formação continuada constitui-se em forte aliada no que tange a atuação docente, pois possibilita que o profissional preencha lacunas que eventualmente ocorreram em sua formação inicial como também o mantém em constante aperfeiçoamento em sua atividade profissional.

Na rede municipal há a Lei do Mestrado (Lei Municipal n.º 9.693/2015) – autorização de afastamento para formação de servidores instituindo benefícios aos profissionais que cursam mestrado ou doutorado. Com a aprovação e execução da legislação nossos professores podem licenciar-se parcial ou integralmente para cursar a pós-graduação *stricto sensu*.

Para registro de formação continuada, no período de 2017 e 2018 a Secretaria de Educação teve parceria com a Fundação Telefônica Vivo por intermédio do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS, com formações sobre Gestão e práticas inovadoras para professores e gestores da rede municipal.

Em se tratando de práticas pedagógicas inovadoras a Secretaria de Educação Municipal trouxe ao longo do ano de 2018 o Projeto Mind Lab ou Mente Inovadora, com formações mensais para docentes de Pré-escola e 1º ano do Ensino Fundamental, voltadas ao uso de jogos a serem utilizados mediante a metodologia da aprendizagem mediada pela elaboração de estratégias de raciocínio lógico e situações de transcendência para a vida. Tais aspectos de aprendizagem favorecem o trabalho pedagógico nas diferentes áreas de conhecimento.

Contamos também com a UFABC que por meio de ações em parceria com escolas, tem promovido ações formativas em cursos de extensão, como Produção de Material didático para o ensino de Ciências e Matemática, ensino de álgebra, astronomia, sexualidade e educação, conceito de fração, libras básico, escolha profissional, ensino de álgebra e matemática através de jogos, conceitos de metacognição, novas tecnologias e metodologias educacionais e projetos com robótica e arduíno.

E na rede estadual há a EFAP, encarregada de realizar a formação continuada de professores na rede; a agenda de formação é feita pela Secretaria Estadual de Ensino e as Diretorias Regionais apenas retransmitem.

Observando a figura 15.1 é possível verificar a situação da cidade de Santo André diante do panorama federal, regional e estadual.

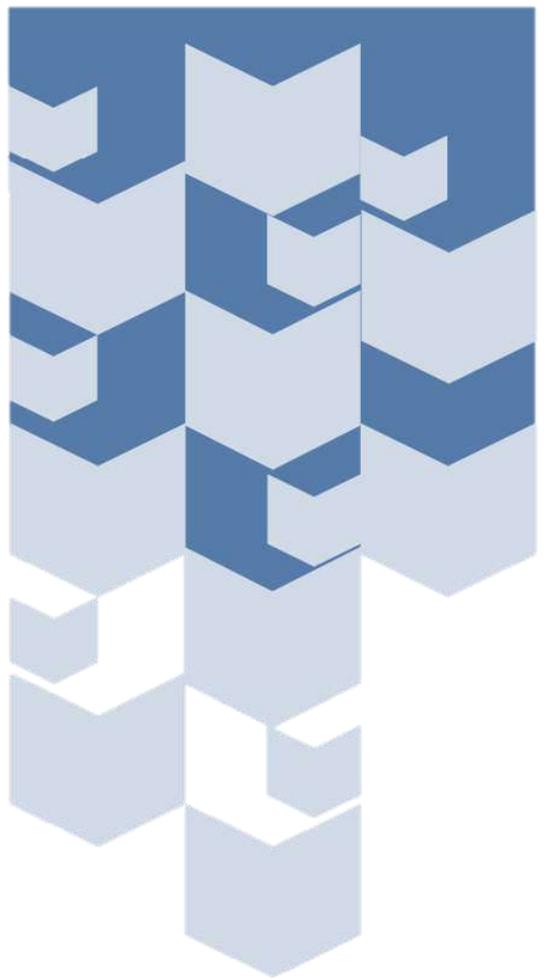
Figura 15-1 Percentual de docentes da educação básica com pós-graduação *latu sensu* ou *stricto sensu*



Fonte: PNE-MEC

META 16

VALORIZAR OS (AS) PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, DE FORMA A EQUIPARAR SEU RENDIMENTO MÉDIO AO DOS (AS) DEMAIS PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, ATÉ O FINAL DO SEXTO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME.



16 - Descrição da Meta: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Indicador 16A	Descrição do Indicador: razão entre o salário médio de professores de educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores, com escolaridade semelhante.											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	----	----	-----	-----	-----							
≠ MP e ME	----	----	-----	-----	-----							
Meta executada no período	----	----	-----	-----	-----							

Observação: A escolaridade semelhante estabelece diversas faixas salariais, a meta com este indicador fica sem parâmetros para comparação

A valorização dos profissionais do magistério representa um dos principais desafios para a promoção da melhoria da educação básica no Brasil. Tal valorização perpassa por diferentes dimensões, como formação – inicial e continuada – adequada e de qualidade, estruturação de planos de carreira e remuneração e condições laborais adequadas. Historicamente, a carreira docente esteve vinculada a ideia de missão ou vocação, portanto, a valorização como profissionais do magistério é tomada nesta meta pelo aspecto da sua remuneração média.

Hoje, segundo dados do documento *Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação* (2014, p. 53) elaborado pelo Ministério da Educação, a diferença entre o salário médio dos profissionais do magistério com escolaridade de nível médio comparado com o de outros profissionais com igual nível de escolaridade é 9% superior. Já entre os profissionais do magistério com escolaridade superior ou mais e os demais profissionais com a mesma escolaridade existe uma defasagem de 57%. Também, segundo o documento, esta defasagem na remuneração dos profissionais da educação é apontada como um dos principais motivos do declínio e evasão do número de universitários em cursos de formação de professores o que coloca “em risco a meta de universalização e ampliação da obrigatoriedade da educação básica, além de ser contrária às necessidades de educação da população brasileira”.

Desse modo, elevar os salários dos profissionais do magistério implica em reconhecer a Educação como a principal via para se alcançar o desenvolvimento econômico e social projetado para o município, uma vez “... que professores com formação adequada, com condições dignas de trabalho e que se sentem valorizados contribuem para uma aprendizagem mais significativa dos estudantes, resultando em maior qualidade da educação.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 53)

Não conseguimos estabelecer uma base de comparação para estabelecer a razão do salário médio dos professores de educação básica de Santo André, como salário de não professores com escolaridade semelhante como mostra a figura 16.1 no panorama federal, regional e estadual. Até o momento não fica claro que tipo de profissional deve ser utilizado como base de comparação dos salários, já que com nível superior temos os mais diversos profissionais.

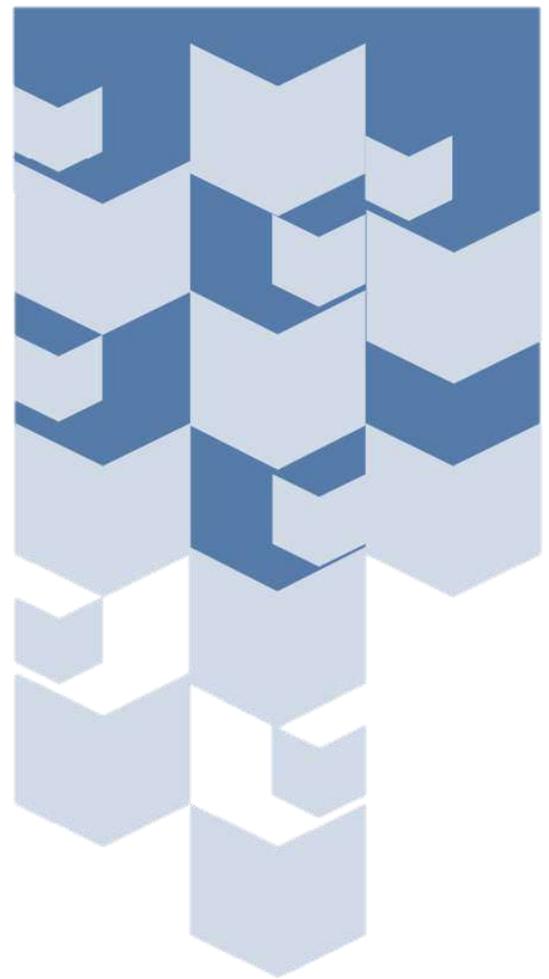
Figura 16-1 Razão entre o salário médio de professores de educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores, com escolaridade semelhante.



Fonte: PNE-MEC

META 17

ASSEGURAR, NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS DE VIGÊNCIA DESTE PME, A EXISTÊNCIA DE PLANOS DE CARREIRA PARA OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR PÚBLICA DE TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO E, PARA O PLANO DE CARREIRA DOS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, TOMAR COMO REFERÊNCIA O PISO SALARIAL NACIONAL PROFISSIONAL, DEFINIDO EM LEI FEDERAL, NOS TERMOS DO INCISO VIII DO ART. 206 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.



17 - Descrição da Meta: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos de vigência deste PME, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

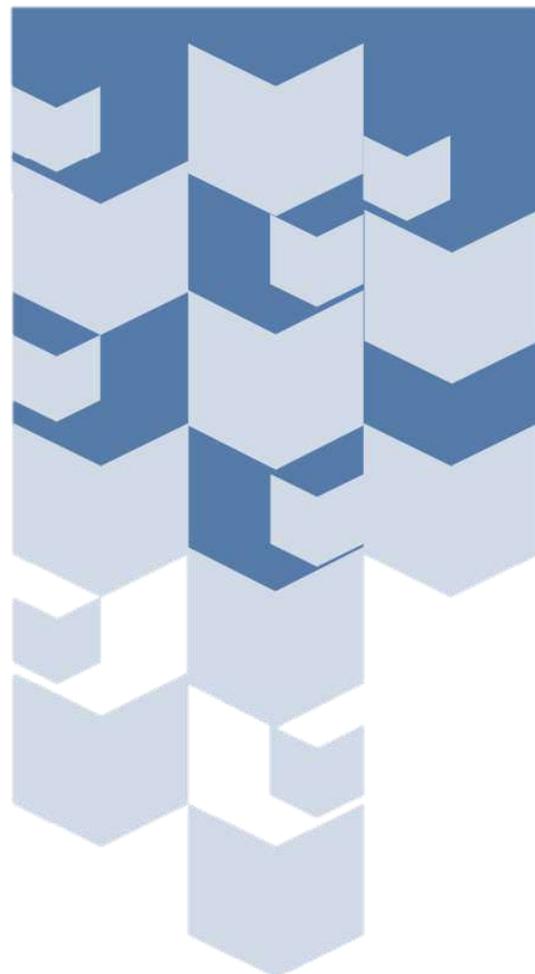
Tornar a carreira do magistério atrativa e viável é fundamental para “garantir a educação como um direito fundamental, universal e inalienável, superando o desafio de universalização do acesso e garantia da permanência, desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, e ainda assegurar a qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica”. (Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do PNE – Ministério da Educação, 2014, p.56)

Nesse sentido, uma das formas de expressar a valorização dos profissionais da educação é o estabelecimento de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior, como está determinado na meta. De acordo com o documento citado no parágrafo anterior, “O reconhecimento da relação entre valorização do magistério e estabelecimento de plano de carreira é feito em diversos dispositivos legais, como na LDB, art. 67, e na posterior revisão do texto da Constituição Federal de 1998”.

Nas redes municipal e estadual há o estatuto do magistério, porém este não inclui os demais profissionais da educação, neste quesito fica sugerido ao CME a criação de um grupo de discussão para elaboração de proposta de um plano de carreira para os demais funcionários.

META 18

ASSEGURAR E APRIMORAR, NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS DE VIGÊNCIA DESTE PME, CONDIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO, ASSOCIADA À CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR, PREVENDO RECURSOS E APOIO TÉCNICO DA UNIÃO PARA TANTO.



18 - Descrição da Meta: Assegurar e aprimorar, nas escolas públicas do município, no prazo de 2 (dois) anos de vigência deste PME, condições para qualificação da gestão democrática da educação, associada à consulta pública à comunidade escolar, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A gestão democrática da educação no âmbito das escolas públicas mais que uma proposta ou abordagem se constitui em direito constitucional. No Capítulo III da Constituição Federal (1988), que trata da Educação, identificamos sua formulação no Art. 205, que ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, impôs à sociedade o dever de colaborar em sua promoção. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) a gestão democrática está prevista nos artigos 13, 14 e 15 que tratam, respectivamente, da participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico, da comunidade nos conselhos escolares e da progressiva autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às escolas públicas de Educação Básica.

Promover a gestão democrática é oportunizar espaços de deliberação e discussão coletiva, mobilizar a sociedade a participar efetivamente, possibilitar aos cidadãos o protagonismo neste processo e favorecer situações nas quais eles lutem por seus direitos legais, tente ampliá-los, acompanhem e controlem a execução das políticas públicas.

166

Neste sentido, a criação de espaços de deliberação coletiva torna-se fator decisivo para a melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais, conforme Documento final da CONAE (2010, p. 57) “a gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal”.

A gestão democrática na educação deve ser efetivada nas instituições de ensino por meio da participação de toda a comunidade escolar na elaboração dos projetos políticos pedagógicos, planos de desenvolvimento e de gestão financeira, bem como a implantação de órgãos colegiados (conselhos universitários, conselhos escolares, Associações de Pais e Professores - APPs, grêmios escolares e diretórios acadêmicos), desta forma favorecendo a autonomia pedagógica e financeira das instituições, a superação das dificuldades e a busca pela melhoria da qualidade da educação.

Nos sistemas de ensino, a gestão democrática deve ser efetivada pela consolidação de conselhos e fóruns de educação, institucionalização das conferências de educação, garantia de mecanismos de transparência e realização de audiências e consultas públicas.

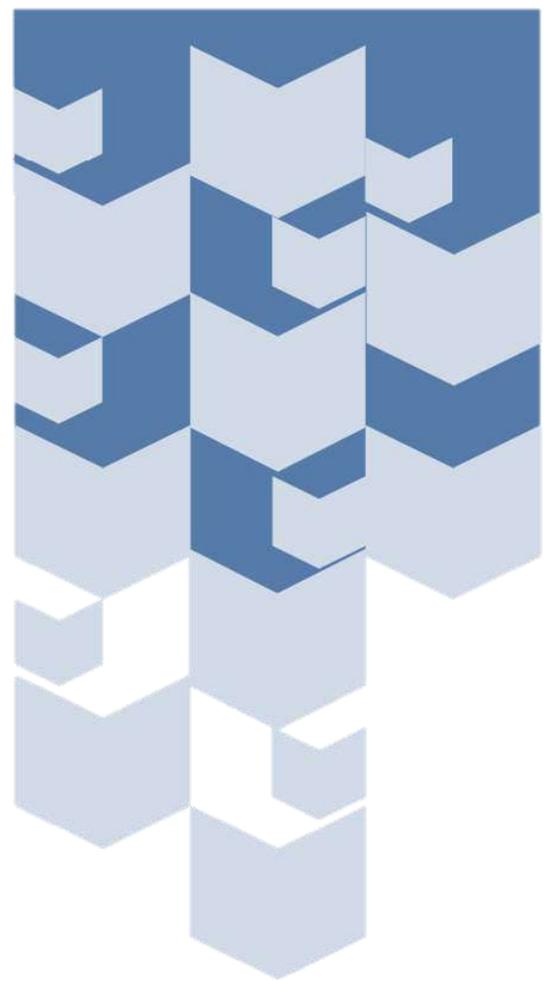
O município conta com seus colegiados, legalmente instituídos, como o FME – Fórum Municipal de Educação, o CME – Conselho Municipal de Educação, o CAE – Conselho de Alimentação Escolar e o FUNDEB – Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Nas redes públicas de Santo André todas as unidades escolares contam com Conselhos de Escola e plano de gasto de recursos discriminado no PPP.

Na rede municipal há a Gestão de Conselhos e a Gerência de Contas da Gestão Democrática que oferece suporte técnico aos conselheiros dos Conselhos de Controle Social.

META 19

AMPLIAR OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DESTINANDO, NO MÍNIMO, 30% (TRINTA POR CENTO) DA RECEITA DO MUNICÍPIO PARA QUALIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, EM AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO ENSINO E EM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO-ESCOLAR, ALIMENTAÇÃO, UNIFORME E TRANSPORTE ESCOLAR, BUSCANDO A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS ATRAVÉS DO REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS.



19 - Descrição da Meta: Ampliar os investimentos em educação pública gratuita, destinando, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita do município para qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação, uniforme e transporte escolar, buscando a complementação de recursos financeiros através do regime de colaboração entre os entes federados.

Indicador 19A	Descrição do Indicador: Porcentagem do investimento público direto em Educação em relação à receita do município											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	-----	-----	26,96%	29,47%	29,64%	29,70%	29,76%	29,82%	29,88%	29,93%	30%
≠ MP e ME	-----	-----	-----	+2,44%	+0,12%							
Meta executada no período	-----	-----	26,58%	29,40%	29,59%							
Indicador 19B	Descrição do Indicador: Porcentagem do investimento público direto em Educação em relação ao PIB											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta Prevista	-----	-----	-----	-----	-----							
≠ MP e ME	-----	-----	-----	-----	-----							
Meta executada no período	-----	-----	-----	-----	-----							

O financiamento público da educação visa garantir a educação e a efetivação do princípio da garantia de qualidade, ambos se constituem em preceitos constitucionais. O Art. 211 da Constituição Federal estabelece competências para cada ente federado em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, de modo a garantir a manutenção dos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. A União tem a incumbência de organizar e financiar o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios. Os municípios atuarão prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental e os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. O parágrafo 4º deste artigo estabelece que a organização dos sistemas de ensino da União, Estados e Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

A vinculação obrigatória de receitas tributárias destinadas ao financiamento da educação nas três esferas do governo – federal, estadual e municipal – está determinada no Art. 212 da Constituição, que estabelece que a União aplique anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados e os Municípios no mínimo 25% da receita resultante da arrecadação de impostos.

Outras fontes de financiamento da educação são provenientes dos repasses realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei n.º 5.537/1968, que é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Os repasses realizados pelo FNDE aos Estados e municípios podem ser constitucionais, automáticos e voluntários – convênios. O FNDE é responsável pela execução de vários projetos e programas que visam garantir uma educação de qualidade a todos, em especial à Educação Básica da rede pública: Brasil Carinhoso, Brasil Profissionalizado, Plano de Ações Articuladas (PAR), Caminho na Escola, Formação pela Escola, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA) e Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo).

Desde 2010, o FNDE passou a ser também o agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa do MEC destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao FUNDEF que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado no total de 27 fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados e municípios, vinculados à educação. Além desses recursos, ainda compõe o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Independentemente da origem, todo recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

A tabela 19.1 apresenta o demonstrativo dos recursos do FUNDEB disponibilizados para o Município de Santo André. Observa-se que grande parte dos recursos recebidos constitui-se de receitas proveniente do próprio município.

Tabela 19.1 Demonstrativo de Recursos aplicados na Educação

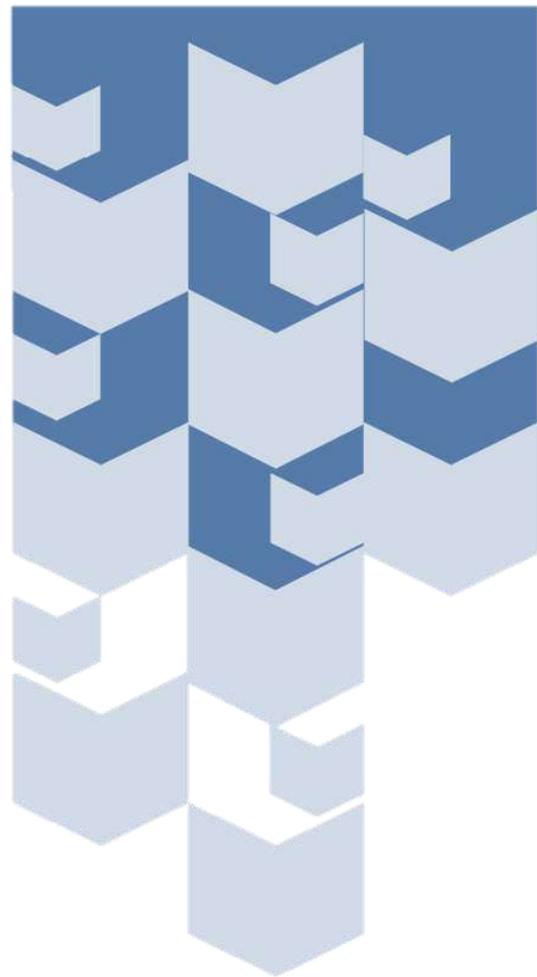
Ano	Aplicação conta Educação Básica	Aplicação conta FUNDEB	Ganho do FUNDEB
2012	159.483.131,06	101.435.138,20	3.828.329,47
2013	172.757.004,36	120.681.138,96	7.925.770,36
2014	190.898.608,24	127.513.441,64	21.640.225,13
2015	202.061.912,38	142.760.813,75	28.689.283,95
2016	179.058.661,15	150.892.382,32	34.395.350,69
2017	234.169.456,87	153.529.443,53	42.042.827,99
2018	274.648.065,98	161.556.488,25	40.782.922,49

Fonte: SE-PSA

Em relação ao investimento público em educação, é imprescindível mobilizar a sociedade civil e política para reivindicar que a União cumpra com sua ação redistributiva e supletiva, previstas no art. 211 da CF, no art. 75 da LDB e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e também garanta fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados.

No município todos os recursos advindos do ente federal são acompanhados e fiscalizados pelos conselhos do FUNDEB e do CAE que possuem reuniões mensais para análise das prestações de conta. Toda informação de recursos recebidos e aplicados também fica disponível no portal da transparência no site oficial da prefeitura, e quando ainda assim o cidadão tem dúvidas ou requer esclarecimentos, este pode através da praça de atendimento do paço municipal abrir processo de questionamento de determinado assunto que será encaminhado à área responsável para resposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisarmos a execução das estratégias é possível verificar que a eficiência das metas parece não estar relacionada com sua execução e atendimento. Após conclusão do levantamento de dados para o relatório de avaliação e levantamento prévio das estratégias atendidas, verificamos um total de 36% concluídas. Porém se analisarmos a eficiência de atendimento das metas, medida por seus respectivos indicadores, podemos afirmar que executamos 56% do PME já que os indicadores são os índices oficiais de medição das metas.

Para tentar ilustrar essa informação, na tabela 20.1, podemos verificar meta a meta a quantidade de estratégias propostas, a quantidade atendida e qual porcentagem representam, assim como, meta a meta qual a porcentagem de atendimento ou eficiência do indicador. Por último tentamos relacionar meta e estratégias em um coeficiente de eficiência analisando a razão entre a proporção de atendimento dos indicadores com o das estratégias, em uma tentativa de identificar se o atendimento das estratégias de alguma forma está contribuindo para a evolução dos indicadores.

Observamos **em 9 metas** que a eficiência dos indicadores ultrapassa a das estratégias, isso nos leva a duas hipóteses, primeira: as estratégias não são efetivas para atingir as metas do PME; segunda: as estratégias alcançadas foram suficientes e justificam o desenvolvimento do indicador; **Na meta 8**, única em seu resultado, temos duas formas de analisar a sua eficiência; na primeira forma a eficiência das estratégias ultrapassam muito o atendimento dos indicadores, que nos remete a primeira hipótese apresentada anteriormente, porém indicadores contidos nesta meta não condizem com a realidade de Santo André e não poderiam ser considerados já que a cidade não conta com área de campo nem área rural, e nessa segunda forma a eficiência se afasta do “zero” e se aproxima mais do “1” o que indicaria uma maior consonância entre metas e estratégias mesmo ainda não atingindo a eficiência total.

174

Nas **metas 4, 9 e 19** temos a melhor relação de eficiência registrada entre as metas. Porém cabem análises individuais a cada uma. Na meta 4 temos proximidade entre eficiência de estratégias e meta, mas um indicador da meta é de cálculo improvável devido ausência de dados das fontes oficiais já que nenhum informa a quantidade de pessoas portadoras de deficiência no município. O mesmo ocorre na meta 19, pois não temos dados para cálculo de um dos indicadores. Já a meta 9 é a que mais se aproxima do universo ideal de uma relação de eficiência quase em “1” demonstrando um desenvolvimento paralelo das estratégias com a meta.

Nas metas 12, 13 e 16, nem as estratégias e nem os indicadores tiveram nenhum desenvolvimento, e isso nos leva a crer que tanto a meta quanto as estratégias precisam de reavaliação. Na meta 17 não há indicador quantitativo para medição de eficiência, porém o não atendimento ao objetivo da meta nos remete ao não atendimento da mesma e não há possibilidade de estabelecer relação de eficiência.

Tabela 20.1 Relação de Eficiência entre metas e estratégias na execução do PME

Meta	Número de Estratégias	% de cumprimento das estratégias	Número de Indicadores	% de cumprimento dos Indicadores	Relação de Eficiência
1	15	53,33	2	91,28	1,711
2	10	30,00	2	85,10	2,837
3	10	20,00	2	79,14	3,957
4	22	40,91	2	49,69	1,215
5	7	14,29	3	73,34	5,134
6	24	33,33	2	68,44	2,053
7	35	42,86	3	61,49	1,435
8	7	85,71	1 ^a – 8 2 ^a – 6	1 ^a – 39,79 2 ^a – 53,05	1 ^a – 0,464 2 ^a – 0,619
9	21	52,38	2	48,55	0,927
10	13	23,08	1	100,00	4,333
11	7	0,00	2	28,12	ID
12	6	0,00	2	0,00	NA
13	3	0,00	2	0,00	NA
14	8	12,50	1	88,71	7,097
15	7	28,57	1	61,40	2,149
16	3	0,00	1	0,00	NA
17	8	25,00	1	0,00	0,000
18	25	52,00	1	100,00	1,923
19	21	38,10	2	49,32	1,295
Total	252	36,51	1^a – 40 2^a – 38	1^a – 53,79 2^a – 56,62	1^a – 1,473 2^a – 1,551

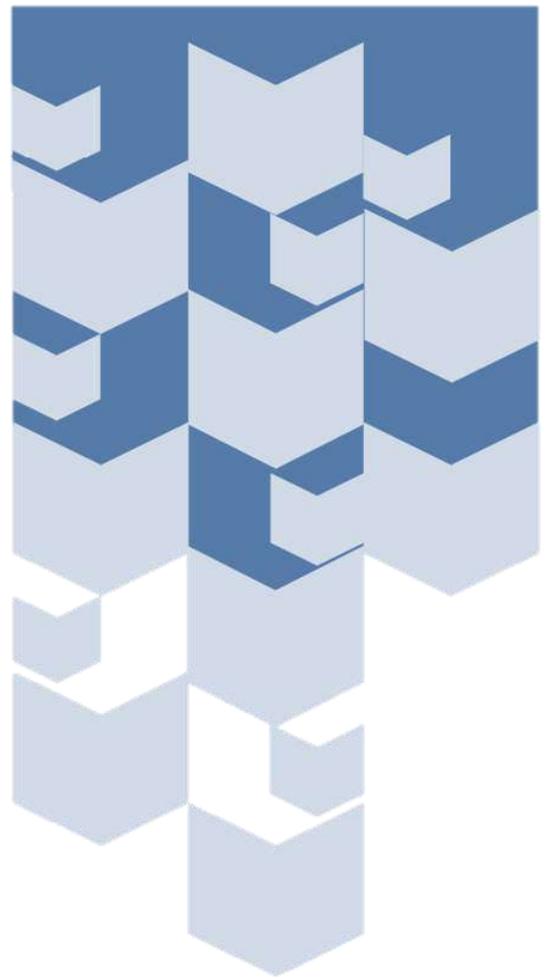
Legenda da Relação de Eficiência:

>1	Quanto mais distante de 1, sugere maior independência do indicador sobre as estratégias
<1	Quanto mais próximo a 0, sugerem que o atendimento das estratégias não afetam diretamente o desenvolvimento dos indicadores
=0	Não há relação aparente entre estratégias e indicadores
NA	Não Atendido , nem as metas nem as estratégias foram desenvolvidas, impossível estabelecer relação.
ID	Indicador em Desenvolvimento , indicador se desenvolveu mesmo com o não cumprimento de nenhuma estratégia, sugerindo total independência.

Um detalhe que vale ser ressaltado, é que todo o avanço que o PME apresentou ao longo dessa primeira metade do decênio decorre principalmente das informações obtidas da educação básica, EJA, e ensino profissionalizante, as metas que tratam sobre ensino superior não puderam ser averiguadas, pois nenhum dado confiável pode ser obtido.

Por fim, não obstante, podemos levar à reflexão o quão eficientes realmente essas estratégias são para atendimento aos que os indicadores pedem, e talvez rever sua construção em algum momento com vista a melhorar os índices aferidos pelos indicadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL, DECRETO Nº 8.752, DE 9 DE MAIO DE 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm>

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). SIOPE: Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação. [s.d.]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/siope>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório Saeb/ANA 2016: panorama do Brasil e dos estados. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados: Censo Escolar 2010-2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/microdados>>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados: Saeb(Aneb/Prova Brasil) 2015 e 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/microdados>>

178

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados: ANA 2014 e 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/microdados>>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados: Indicadores Educacionais 2010-2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados: Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2010-2018. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE. Brasília, DF: INEP, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. Brasília, DF: INEP, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>

BRASIL. Ministério da Fazenda. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 6. Ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773>

179

BRASIL. Ministério da Fazenda. SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. [s.d.]. Disponível em: <<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br>>

BRASIL. Ministério da Fazenda. SINCONFI: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro: contas anuais. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>.

BRASIL. Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do PNE – Ministério da Educação, 2014, p.56) Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>

BRASIL. Panorama da Distorção Idade-Série no Brasil – UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/panorama_da_distorcao_idade-serie_no_brasil>